

Financiamento público da África do Sul para o projecto de gás natural líquido em Moçambique

FairFinance
Southern Africa



Sobre Este Relatório

A Fair Finance Coalition Southern Africa é uma coligação da sociedade civil que trabalha para garantir que as instituições financeiras públicas investem de uma forma responsável do ponto de vista social e ambiental na África do Sul e em África. A Coligação centra-se nas questões das alterações climáticas e da transparência e responsabilidade no que respeita às instituições financeiras que operam na região.

A Coligação é actualmente constituída pelas seis organizações seguintes:

350Africa.org - <https://350africa.org/>

Centro para os Direitos Ambientais - <https://cer.org.za/>

Projeto Africano para a Realidade Climática - <https://climatereality.africa/>

Centro de Estudos Jurídicos Aplicados - <https://www.wits.ac.za/cals/>

Justica Ambiental - <https://ja4change.org>

Earthlife Africa - <https://earthlife.org.za/>

Autoria: Este relatório foi escrito em co-autoria por Neil Overy e Daniel Ribeiro

Edição: Jennifer Harris

© Coligação para o Financiamento Justo na África Austral (FFCSA) 2024. Todos os direitos reservados.

Sítio Web: <https://www.fairfinancesouthernafrica.org/>

Correio eletrónico: info@fairfinancesouthernafrica.org



Este relatório foi financiado pela agência sueca de desenvolvimento internacional, Sida. A responsabilidade pelo conteúdo é inteiramente do criador. A Sida não partilha necessariamente as opiniões e interpretações expressas.

Índice

Sobre Este Relatório	2
Introdução	4
Breve Nota Sobre a Metodologia	5
Secção 1 - Impactos do Projecto	6
Impactos económicos	7
Impactos Sociais	18
Impactos ambientais	25
Secção 2 - Financiamento do Projecto	28
Uma breve história do entrelaçamento	29
Interesses financeiros na Área 1 da TotalEnergies	32
Investimentos privados Sul-Africanos na Área 1 da TotalEnergies	33
O Banco de Desenvolvimento da África Austral	35
A Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul	47
Corporação de Seguros de Crédito à Exportação da África do Sul	51
Secção 3 - Conclusões e Recomendações	69
As IFDs Sul-Africanas e o investimento no GNL Moçambicano	69

Introdução

Em abril de 2023, o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, declarou que era agora seguro para a empresa transnacional francesa de energia, TotalEnergies, reiniciar o seu projecto de gás natural liquefeito (GNL) de 20 mil milhões de dólares.¹ em Afungi, na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, depois do projecto ter sido interrompido pela TotalEnergies no início de 2021 devido à violência generalizada na região ². Este projecto, um dos três grandes projectos de GNL no norte de Moçambique, atingiu o encerramento financeiro em 2019 e previa-se que produzisse aproximadamente 13 mt/ano de GNL a partir de 2024.³ Apesar de permanecer suspenso, sem data aparente de reinício, o projecto já resultou em graves impactos económicos, sociais e ambientais negativos em Moçambique. Sérios impactos negativos que se agravarão à medida que as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes da queima de gás do mesmo se concretizarem após o seu início. Em suma, o projecto TotalEnergies GNL em Moçambique ilustra perfeitamente como a contínua busca imprudente de combustíveis fósseis é uma maldição para aqueles que têm de viver com as consequências - a nível regional, nacional e internacional.

Apesar destas consequências negativas, que serão brevemente descritas na Secção Um do presente relatório, o projecto TotalEnergies GNL recebeu apoio financeiro de várias entidades privadas e públicas. A Secção 2 do presente relatório explorará estas modalidades de financiamento. Centrar-se-á especificamente na forma como três instituições estatais Sul-Africanas com financiamento público - a Corporação de Desenvolvimento Industrial (IDC), o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) e a Corporação de Seguros de Crédito à Exportação da África do Sul (ECIC) decidiram contribuir com mais de 1,2 mil milhões de dólares para o projecto. Por último, a Secção Três recomenda medidas que devem ser tomadas para inverter o actual financiamento do projecto e garantir que o financiamento de projectos insustentáveis semelhantes não se concretize no futuro.

1 “\$” refere-se a dólares americanos em todo este estudo de caso.

2 Banya, N. & Mucari, M., ‘Mozambique president says TotalEnergies can safely resume \$20 billion gas project’, Reuters, 26 de abril de 2023, <https://www.reuters.com/business/energy/mozambiques-president-says-totalenergies-can-safely-resume-20-bln-gas-project-2023-04-26/>. Acedido em 19 de julho de 2023.

3 Gaventa, J., ‘The Failure of “Gas for Development”’: Mozambique Case Study’, E3G, 2021, p. 7.

Breve Nota Sobre a Metodologia

Este estudo foi realizado entre maio e setembro de 2023. Foram enviadas mensagens de correio eletrônico solicitando entrevistas aos membros dos conselhos de administração e dos órgãos executivos de cada empresa pública. Nunca foi recebida qualquer resposta da IDC. Inicialmente, foi recebida uma resposta positiva da IDC, mas, após o envio de uma lista das perguntas que lhes seriam feitas, a correspondência da IDC cessou imediatamente. Foi recebida uma resposta positiva do DBSA, que levou à realização de uma única entrevista com um dos seus membros.

Foram também enviadas várias mensagens de correio eletrônico solicitando o acesso à documentação sobre a política relativa à forma como as decisões de investimento são tomadas nas três instituições. Nenhum destes e-mails resultou na partilha de quaisquer documentos. Os documentos de política referidos no presente relatório estão, por conseguinte, disponíveis ao público ou foram obtidos junto de outras organizações. A transparência e o acesso à informação têm sido um desafio para estas instituições. Por exemplo, em 2021, a organização ambiental Sul-Africana, o Centro para os Direitos Ambientais (CER), utilizou a Lei de Promoção do Acesso à Informação (PAIA) para tentar obter informações da IDC relacionadas com a sua decisão de financiar o Projecto Mozambique GNL⁴. A IDC recusou-se a divulgar um único documento, alegando que tal constituiria uma violação da confidencialidade comercial. Um resultado semelhante resultou do pedido de PAIA da CER à DBSA em 2021.⁵

4 "Request to the Industrial Development Corporation (IDC policies, MMSEZ, LNG project financing and green hydrogen economy)", Centre for Environmental Rights, 20 de setembro de 2021, <https://cer.org.za/paia/request-to-the-industrial-development-corporation-idc-policies-mmsez-lng-project-financing-and-green-hydrogen-economy>. Acedido a 24 de outubro de 2023.

5 'Request to the Development Bank of Southern Africa: Information on Climate Change, Powership funding, the Musina-Makhado Special Economic Zone (MMSEZ) and financing of the Mozambique LNG Project', Centre for Environmental Rights, 20 de setembro de 2021, <https://cer.org.za/paia/request-to-the-development-bank-of-south-africa-climate-change-powership-funding-the-musina-makhado-special-economic-zone-mmsez-and-financing-of-the-mozambique-lng-project>. Acedido a 24 de outubro de 2024.

Secção 1 - Impactos do Projecto

Esta secção examinará brevemente as consequências económicas, sociais e ambientais dos projectos de GNL em Moçambique. Embora os impactos económicos, sociais e ambientais sejam considerados separadamente por uma questão de clareza, não devem ser considerados categorias discretas porque cada impacto negativo tem inevitavelmente consequências mais amplas.

Antes de proceder a esta análise, uma breve referência à história do norte de Moçambique, e da província de Cabo Delgado em particular, é útil para contextualizar o projecto TotalEnergies⁶. Os analistas argumentam que, desde o tráfico de escravos nos séculos XVIII e XIX, a região esteve sempre associada ao extractivismo. Antes da abolição da escravatura no final da década de 1860, mais de um milhão de escravos foram brutalmente “extraídos” da região. Seguiu-se um período de extractivismo agrícola imposto pelas autoridades coloniais portuguesas que pretendiam obrigar os residentes de Cabo Delgado a cultivar algodão como cultura de rendimento à custa da agricultura de subsistência. As condições de trabalho impostas pelas autoridades portuguesas eram tão duras que dezenas de milhares de habitantes fugiram da região para não serem obrigados a trabalhar nas plantações de algodão.

A região sofreu ainda mais danos durante a luta pela independência contra Portugal e a guerra civil que se seguiu em Moçambique entre 1977 e 1992⁷. Com o fim das hostilidades, muitos ex-soldados foram reinstalados em Cabo Delgado. Argumenta-se que estes processos históricos de deslocação e reassentamento ‘destruíram e estagnaram o sistema socioeconómico da província’ em comparação com as partes do sul de Moçambique⁸. Uma situação que persiste na província até aos dias de hoje.

6 Esta análise foi extraída de Namaganda, E., Stsuki, K & Steel, G., ‘Learning from Africana critical theory: A historicized contextualization of the impacts of Mozambique’s natural gas project’, *The Extractive Industries and Society*, 10, 2022.

7 Registaram-se surtos de violência até à assinatura do acordo de paz e reconciliação nacional em 2019.

8 Namaganda (et al), 2022, p. 3.

IMPACTOS ECONÓMICOS

A maldição prévia à exploração dos recursos - O 'Escândalo das Dívidas Ocultas'

Mesmo antes do encerramento financeiro de qualquer um dos projectos de GNL, Moçambique mergulhou numa grave crise financeira conhecida como o 'Escândalo da Dívida Oculta' que foi precipitada pela descoberta e prometida exploração de GNL. Três anos depois de terem sido descobertas quantidades extremamente grandes de GNL ao largo da costa norte de Moçambique, em 2010, funcionários corruptos do governo dos sectores militar e de segurança do Estado contraíram secretamente (sem aprovação parlamentar) empréstimos ilegais no valor de 2,2 mil milhões de dólares junto de bancos europeus, apoiados por garantias soberanas de Moçambique. O empréstimo, supostamente necessário para a compra de navios destinados à proteção da costa e do sector pesqueiro Moçambicanos, foi pago por centenas de milhões de dólares a três empresas fictícias, sem que o povo Moçambicano tenha obtido qualquer benefício tangível.

Incapazes de cumprir os reembolsos dos empréstimos, estes entraram em incumprimento em 2016, afundando Moçambique numa grave crise económica. Catorze financiadores internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI), retiraram o apoio financeiro, enquanto as agências de rating baixaram a classificação de Moçambique, aumentando ainda mais os seus custos de empréstimo. Em consequência destas acções, a moeda Moçambicana perdeu 75% do seu valor e a inflação subiu para 25% no final de 2016. Esta situação teve o efeito de "agravar o custo de vida dos Moçambicanos, gerando mais desemprego e pobreza".⁹

Este escândalo aumentou significativamente a dívida de Moçambique, que passou de 46% para 126% do PIB entre 2012 e 2016. Isto significa que quaisquer receitas obtidas com o GNL serão absorvidas pelo pagamento da dívida, em vez de entrarem no fisco público, durante muitos anos¹⁰. Embora nenhuma empresa privada de gás tenha estado directamente envolvida no "Escândalo da Dívida Oculta", este é um exemplo claro da chamada maldição da pré-fonte (também conhecida como "economia da antecipação" ou empréstimo "baseado no boom"), em que as dívidas ou despesas são incorridas por funcionários públicos corruptos que procuram "comer antes do tempo", antecipando as receitas futuras dos recursos naturais.¹¹

9 Nuvunga, A., 'Introduction' in Nuvunga, A., Siteo, E. & Gwemende, T., 'Extractive Sector Governance and Violent Conflict in Mozambique, Oxfam e Centro Para Democracia E Desenvolvimento, 2021, p. 17 & 'Ernst & Young and the scam that cost Mozambique \$2.2bn', Daily Maverick, 5 de Julho 2021, <https://www.dailymaverick.co.za/article/2021-07-05-ernst-young-and-the-scam-that-cost-mozambique-2-2bn>. Acedido a 19 de julho de 2023 & Wensing, A., "Alimentando a Crise em Moçambique: Como as Agências de Crédito à Exportação contribuem para as alterações climáticas e o desastre humanitário", Amigos da Terra Europa e Justiça Ambiental, 2022, p. 24.

10 Muttitt, G. (et al), 'Step Off the Gas: International public finance, natural gas, and clean alternatives in the Global South', International Institute for Sustainable Development, 2021, p. 20.

11 Nuvunga, 2021, p. 17 & Frynas, J. & Buur, L., 'The Presource curse in Africa: Economic and political effects of anticipating natural resource revenues', The Extractive Industries and Society, 7(4), Novembro 2020, pp. 1259 – 1263.

As evidências indicam que esta despesa em vez de receitas concretas também pode ser atribuída aos actores sociais que inflacionam as potenciais receitas dos recursos naturais. A investigação aponta para a forma como as “narrativas credíveis sobre os recursos” são criadas pelos esforços de marketing e publicidade das empresas de combustíveis fósseis, e por políticos e meios de comunicação social complacentes, alguns ou todos os quais podem estar a trabalhar apenas nos seus próprios interesses.¹² É evidente que as descobertas de GNL em Moçambique têm sido sistematicamente exageradas por todos os actores que têm a ganhar com a exploração do gás.¹³

A Maldição dos Recursos ou o Paradoxo da Abundância

A TotalEnergies afirma que o seu investimento em GNL em Moçambique “incentiva o investimento estrangeiro adicional e contribui a longo prazo para a estabilidade social e económica do país”.¹⁴ Declarações semelhantes foram feitas pelo Presidente Nyusi, que afirmou em 2022 que o GNL em Moçambique daria início a uma “nova era” para o país e traria “paz, estabilidade, segurança e (sic) promoção do desenvolvimento ... para o benefício do povo, incluindo as gerações futuras”.¹⁵

É provável que a realidade em Moçambique seja muito diferente. A experiência de outros países, e particularmente os de África e da América do Sul, demonstra que ter acesso a recursos minerais altamente lucrativos não conduz necessariamente a benefícios socioeconómicos para os cidadãos. Pelo contrário, os dados mostram inequivocamente que os países com abundância de recursos naturais tendem a ter níveis mais baixos de desenvolvimento e crescimento económico inclusivo do que aqueles que não dispõem desses recursos. Tendem também a apresentar níveis mais elevados de desigualdade e má governação¹⁶. Este fenómeno é conhecido como a “maldição dos recursos” ou o “paradoxo da abundância”.

Em suma, há uma série de razões complexas e inter-relacionadas que explicam esta situação. Em primeiro lugar, os países ricos em recursos naturais geralmente não diversificam as suas economias, dando prioridade aos ganhos fáceis que advêm da extração em detrimento de um planeamento económico inclusivo a mais longo prazo. Isto pode levar ao que foi descrito como uma “economia de enclave”, na qual uma economia se torna dependente de exportações baseadas em recursos que

12 Frynas & Buur, 2020.

13 Ver, por exemplo, Saigal, K., ‘Hyped Up Expectations? Total, ENI in Mozambique: Can LNG Deliver on its Promise?’, Africa Report, 28 Outubro 2022, <https://www.theafricareport.com/251824/mozambique-can-lng-deliver-on-its-promise/>. Acedido a 31 de Julho 2023.

14 TotalEnergies, ‘About the project’, TotalEnergies, sem data, <https://mzlng.totalenergies.co.mz/en/about-mozambique-liquefied-natural-gas-project>. Acedido a 21 de Julho 2023.

15 ‘País vai dar ‘salto’ este ano em termos de exportação de gás – Presidente Filipe Nyusi’, 360Moçambique, 22 de fevereiro de 2022, <https://360mozambique.com/oil-gas/country-to-make-leap-this-year-in-terms-of-gas-exports-president-filipe-nyusi/>. Acedido a 20 de julho de 2023.

16 Ver Rosser, A., ‘The Political Economy of the Resource Curse: A Literature Survey’, Institute of Development Studies, abril de 2006 & Udosen, C, Abasi-Ifreke, S & George, I., ‘Fifty Years of Oil Exploration in Nigeria: The Paradox of Plenty’, Global Journal of Social Sciences, 8(2) & Dauvin, M & Guerreiro, D., ‘The Paradox of Plenty: A Meta-Analysis’, Economix, Working paper 14 & Humphreys, M., Sachs, J., Stiglitz, J. (eds.), Escaping the Resource Curse, (Columbia University Press: New York), 2007 & Soares de Oliveira, R., Patey, J., Oppong, N. (eds.), 2020, ‘Special Section: Governing African Oil and Gas: Boom-Era Political and Institutional Innovation’, The Extractive Industries and Society, 7(4) & Frynas & Buur, 2020.

são extraídos, exportados e vendidos pelo capital estrangeiro, em grande parte apenas no seu interesse. Isto resulta frequentemente em desemprego, uma vez que não são criados postos de trabalho noutras sectores económicos, ao mesmo tempo que a pobreza nas zonas rurais se agrava à medida que o sector agrícola é negligenciado. Como observam os analistas sobre Moçambique, “uma implicação importante da natureza extractiva da economia é que a acumulação e o rendimento da classe capitalista nacional não se baseiam na produção em sectores produtivos, mas nas rendas dos serviços ligados às economias extractivas, enquanto a economia está fortemente dependente dos influxos de capital externo”.¹⁷

Em segundo lugar, o boom dos recursos pode aumentar o valor da moeda de um país, tornando as exportações caras e as importações mais atractivas, o que pode ter um impacto negativo no crescimento económico. Em terceiro lugar, a riqueza obtida com os recursos tende a ser redireccionada para elites políticas corruptas e não para o Estado, o que significa que a riqueza não é reinvestida, nem aplicada em bens públicos essenciais, como a educação ou os cuidados de saúde. As elites políticas corruptas conseguem redireccionar os fundos desta forma devido à fraqueza das instituições políticas e dos regimes de gestão financeira, fraqueza essa que é muitas vezes deliberadamente fomentada pelas elites políticas. Além disso, a oposição política é muitas vezes “comprada” através de redes de clientelismo criadas através do desembolso de receitas redireccionadas.¹⁸

Estas questões são ainda mais complicadas pela volatilidade dos preços dos recursos, que faz com que os fluxos de receitas sejam imprevisíveis. Esta situação torna “difícil manter a disciplina orçamental e conduz a decisões de planeamento e de despesa a curto prazo”¹⁹. Por último, quando os recursos naturais finitos, como o petróleo e o gás, se esgotam, surgem outros problemas devido à incapacidade de diversificar as economias.

Tendo em conta estas realidades, não é surpreendente que um relatório que examinou especificamente se as descobertas de gás natural ajudariam Moçambique a “desenvolver-se” tenha concluído que “a produção de gás natural não é uma solução milagrosa para o desenvolvimento de Moçambique. O crescimento rápido e a mudança para uma economia de energia intensiva não irão necessariamente ajudar os mais pobres e vulneráveis”. O relatório observa que, na ausência de uma gestão e de um investimento eficazes das receitas, qualquer crescimento económico resultante do gás natural fará “pouco para reduzir a pobreza absoluta”.²⁰

A Nigéria é uma ilustração perfeita da maldição dos recursos. Apesar da Nigéria ter ganho mais de 8 biliões de dólares desde 1960 com a venda de petróleo e gás,

17 Buur, L. & Monjane, C., ‘Elite capture and the development of natural resource linkages in Mozambique’, em M. Pichler (et al), *Fairness and Justice in Natural Resource Politics*, (Routledge: London), 2017, p, 203.

18 Ross, M. “What have we learned about the Resource Curse?”, *Annual Review of Political Science*, 2015, 18, p. 9.

19 Frynas & Buur, 2020, p. 1262.

20 Porter, A., (et al), ‘Can natural gas improve Mozambique’s development?’, *Institute for Security Studies*, 2017, pp. 3 - 4.

o valor do Índice de Desenvolvimento Humano da Nigéria em 2021 foi de 0,535, classificando-a em 163º lugar entre 191 países e territórios.²¹

Corrupção

O perigo da indústria de GNL em Moçambique ficar submersa em corrupção é muito real. De acordo com o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, Moçambique ficou classificado em 142º lugar entre os 180 países do índice. No critério 'governo limpo', Moçambique obteve 26 pontos em 100, sendo 100 muito limpo e 0 altamente corrupto.²² Uma análise recente da governação em Moçambique conclui que esta é “caracterizada por uma corrupção endémica e por práticas de renda monopolista” devido à falta de transparência e de responsabilidade na gestão das finanças públicas²³. Estima-se que o custo anual da corrupção em Moçambique seja próximo do orçamento anual do Estado.²⁴

A corrupção é endémica em Moçambique devido ao profundo envolvimento entre o partido no poder FRELIMO e o Estado, onde o poder do Estado é explorado por líderes políticos corruptos para obter acesso a recursos para servir os seus interesses, em vez dos interesses do público²⁵. Como refere uma análise recente, “o aparelho de Estado actua como um forte guardião da economia Moçambicana, permitindo que as elites captem e controlem as oportunidades económicas e as rendas ... As redes patrão-cliente são uma característica forte da política em Moçambique, e as elites configuraram a economia política do país para maximizar a captura de rendas e riqueza”.²⁶

Neste contexto de governação frágil, surge a promessa de vastas receitas e o potencial para captar ilegalmente algumas dessas receitas ao longo de toda a cadeia de valor do GNL - o “lado da procura” da corrupção. A capacidade de captar ilegalmente receitas desta forma é facilitada por uma indústria extractiva onde “a corrupção é generalizada e endémica” - o “lado da oferta” das relações corruptas.²⁷ Os observadores notam que o “controlo apertado” da FRELIMO sobre o desenvolvimento de políticas e partes da economia, significou que até à data, “a riqueza gerada no sector extrativo tendeu a fluir para aqueles que têm conexões políticas”.²⁸

21 Índice de Desenvolvimento Humano, “Relatórios de Desenvolvimento Humano”, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indices/HDI>. Acedido a 21 de julho de 2023.

22 ‘Our Work in Mozambique’, Transparency International, <https://www.transparency.org/en/countries/mozambique>. Acedido a 20 de Julho 2022.

23 Nuvunga, A. & Siteo, E. & Gwemende, T., ‘Preface’ in Nuvunga (et al), 2021, p. 11.

24 Nuvunga, 2021, p. 16.

25 Nuvunga, A., & Siteo, E., ‘Political Economy of Governance: The “Rules of the Game”’, em Nuvunga (et al), 2021.

26 Bak, M., ‘Mozambique: Overview of corruption and anticorruption’, U4 Anti-Corruption Resource Centre, 2020, p. 6.

27 ‘Basic guide to corruption and anti-corruption in oil, gas, and mining sectors’, U4: Anti-Corruption resource Centre, sem data, <https://www.u4.no/topics/oil-gas-and-mining/basics>. Acedido a 20 de julho de 2023.

28 Bak, 2020, p. 9.

Tal como muitos outros países, Moçambique também regista fluxos financeiros ilícitos (IFF) ²⁹. Estima-se que, entre 2005 e 2014, 10% das receitas totais do Estado tenham saído do país de forma ilícita. Esta é uma realidade profundamente preocupante, dado que existe uma ligação comprovada entre a extensão dos recursos naturais de um país e a magnitude dos IFF. Dada a fragilidade dos controlos de governação em Moçambique, a investigação ilustra que é criado um “ambiente propício” para que o IFF floresça no país. ³⁰

Embora não haja provas directas de que alguma das principais companhias de gás envolvidas em Moçambique se tenham envolvido em corrupção até à data, há provas de que funcionários do governo redireccionaram fundos. Por exemplo, há alegações de que o financiamento da TotalEnergies, fornecido ao governo Moçambicano, para garantir a segurança no local do projecto de Afungi, foi desviado para oficiais militares de alta patente ³¹. Além disso, foram expressas preocupações sobre as estruturas de “propriedade benéfica opaca” da empresa petrolífera estatal Moçambicana, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), que cria condições para que a corrupção possa prosperar. ³²

Receitas sobreavaliadas e evasão fiscal.

O campo de gás GNL que a TotalEnergies e os seus parceiros de consórcio pretendem explorar está localizado na Área 1 da Bacia do Rovuma, em águas profundas de Moçambique, e contém uma estimativa de 65 triliões de pés cúbicos de gás natural recuperável. ³³ Para além da Área 1, a Área 4, também localizada na Bacia do Rovuma, será igualmente explorada. Estima-se que a Área 4 contenha 85 biliões de pés cúbicos de gás natural recuperável e é controlada por outro consórcio dominado pela ExxonMobil e pela ENI. Por último, também na Área 4, encontra-se a Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito Coral Sul, detida principalmente pela ExxonMobil e pela ENI, com reservas estimadas em 16 biliões de pés cúbicos de gás natural recuperável. ³⁴

Em 2018, o governo de Moçambique estimou que as receitas públicas de ambas as áreas oscilariam entre 31 e 63 mil milhões de dólares ao longo da vida dos dois projectos, sendo o valor provável (o seu cenário de base) na ordem dos 49 mil

29 Os fluxos financeiros ilícitos têm origem no branqueamento de capitais, no suborno de empresas internacionais, na evasão fiscal e na fixação incorrecta de preços ou na faturação do comércio.

30 Kukutschka, R., 'Illicit financial flows in Mozambique', U4 Anti-Corruption Resource Centre, 2018, pp. 6 & 13.

31 Nhachote, L., "Humanizar a Segurança em Cabo Delgado: Relatório de uma OSC sobre os factores de conflito e o seu impacto na população civil", Centro de Jornalismo de Investigação, Moçambique, agosto de 2021, p. 15.

32 Nuvunga, 2021, p. 16.

33 Barradas, S., 'Mozambique Area 1 liquefied natural gas facility, Mozambique - update', Engineering News, 20 Jan. 2023, <https://www.engineeringnews.co.za/article/mozambique-area-1liquefied-natural-gas-facility-mozambique-2023-01-20>. Acedido a 19 de julho de 2023.

34 O projecto Coral Sul fez o seu primeiro carregamento de GNL para a British Petroleum em novembro de 2022. Ver, "Mozambique sends first LNG exports to help ease European winter crunch", News24, <https://www.news24.com/fin24/international/mozambique-sends-first-lng-exports-to-help-ease-european-winter-crunch-20221113>. Em junho de 2023, foi anunciado que a ENI tinha encomendado outra plataforma flutuante de GNL para operar na Área 4 até 2027. Ver, "Moçambique: Segunda plataforma flutuante de GNL planeada: 'Coral Norte'", Clube de Moçambique, 30 de junho de 2023, <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-second-lng-floating-platform-planned-coral-north-240091/>. Acedido a 16 de agosto de 2023.

milhões de dólares.³⁵ O FMI previu que estas receitas poderiam resultar em taxas de crescimento do PIB superiores a 20% até meados da década de 2020, com o GNL a representar até 75% do total das exportações.³⁶ Para Moçambique, onde mais de 60% das pessoas vivem na pobreza³⁷, e onde o seu PIB de 18 mil milhões de dólares em 2022 foi equivalente ao tamanho da sua dívida externa (em grande parte denominada em moeda estrangeira), receitas desta magnitude apresentam ao governo uma oportunidade de fazer uma diferença significativa na vida dos Moçambicanos comuns.³⁸

No entanto, a investigação indicou que estas receitas estão significativamente sobrestimadas. Por exemplo, a modelação realizada em 2021 indica que as receitas serão provavelmente na ordem dos 18,4 mil milhões de dólares, 70% dos quais só serão obtidos após 2040. Se se assumir uma taxa de desconto de 10%, o valor de 18,4 mil milhões de dólares está, na realidade, mais próximo de 3,4 mil milhões de dólares³⁹. Esta redução das receitas deve-se a atrasos nos projectos que aumentam os reembolsos da dívida, a sobreavaliações do preço global do GNL e a técnicas de evasão fiscal utilizadas pela TotalEnergies, ENI e ExxonMobil.⁴⁰ Ambos os consórcios já estabeleceram entidades para fins especiais (subsidiárias criadas pela empresa-mãe) no Dubai, provavelmente o principal paraíso fiscal do mundo, para se isentarem do pagamento de impostos retidos na fonte sobre dividendos e juros. Estima-se que esta medida custará aos contribuintes Moçambicanos aproximadamente 5,3 mil milhões de dólares ao longo da vida destes projectos. Também foram expressas preocupações sobre a capacidade do governo Moçambicano para auditar corretamente os assuntos fiscais associados ao GNL.⁴¹

Se as receitas actualizadas forem da ordem dos 3,4 mil milhões de dólares, então há pouca esperança de que o governo Moçambicano consiga fazer algum progresso significativo no pagamento da sua dívida externa, e muito menos melhorar a vida dos cidadãos comuns. Isto é especialmente verdade tendo em conta que a ENH precisa de contrair empréstimos no valor de 16 mil milhões de dólares para financiar as suas participações de 10% e 15% na Área 4 e Área 1, respectivamente.⁴² Até mesmo um relatório do governo Moçambicano de 2018 observou que as receitas do governo não atingiriam 500 milhões de dólares até 2030 e atingiriam um pico de 3,2 mil milhões de dólares apenas em 2040. Este relatório foi escrito antes da

35 West, J. & Lepiz, D., 'Too Late to Count: a financial analysis of Mozambique's gas sector', OpenOil, Janeiro 2021, pp. 11 -12.

36 Nuvunga, A. & Maluana, A., 'From External Dependence to Dependence on Future Gas Revenues', em Nuvunga (et al), 2021, p. 46.

37 Em termos do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, Moçambique ocupa o 185º lugar entre 191 países e territórios. Ver, 'Moçambique', Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022, <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/MOZ>. Acedido a 30 de julho de 2023.

38 'Fitch Affirms Mozambique at 'CCC+', Fitch Ratings, 2023, <https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/fitch-affirms-mozambique-at-ccc-17-02-2023>. Acedido a 22 de Julho 2023.

39 West & Lepiz, 2021, p. 3.

40 West & Lepiz, 2021, p. 16.

41 Wensing, 2022, p. 24. Ver também, Kiezebrink, V., 'Oil and gas multinationals avoid up to \$2 billion in taxes in Mozambique', SOMO, 21 de julho de 2023, <https://www.somo.nl/oil-and-gas-multinationals-avoid-up-to-2-billion-in-taxes-in-mozambique/>. Acedido a 12 de agosto de 2023.

42 West & Lepiz, 2021, p. 4.

paragem do projecto no início de 2021, o que atrasará significativamente quaisquer receitas.⁴³

O facto das receitas serem provavelmente inferiores às previsões não nos deveria surpreender. Um estudo recente sobre 12 países Africanos que exploraram recursos petrolíferos e de gás entre 2001 e 2020, concluiu que as previsões de receitas foram exageradas em todos os 12 casos, numa média de 63%.⁴⁴

De notar também que não há garantias de que os preços do GNL se mantenham a um nível que torne a extracção economicamente viável. Assim, as flutuações dos preços do gás não só ameaçam os investimentos em si, mas também a estabilidade macroeconómica de todo o país, dada a escala dos investimentos, os ganhos esperados e os reembolsos da dívida. Além disso, se a procura de gás diminuir por não ser utilizado como “combustível de transição” (ver secção seguinte), é provável que as receitas previstas sejam inferiores, ou mesmo muito inferiores, às previstas.

Por último, é importante reconhecer a importância dos atrasos na exploração do gás, que não só paralisam como reduzem as receitas previstas. Os projectos de gás a nível mundial demoram, em média, sete anos para se desenvolverem, desde o momento da descoberta até à exploração. Em África, a média é de 15 anos, o que torna os projectos de gás menos atractivos do ponto de vista comercial, especialmente num contexto em que a procura de gás deverá diminuir à medida que os países abandonam os combustíveis fósseis.⁴⁵

Os Perigos de Investir no Gás.

Os investimentos em GNL em Moçambique baseiam-se no pressuposto de que existirá uma procura suficiente de GNL até ao final dos projectos, em 2048. De acordo com a TotalEnergies, o GNL de Moçambique “ajuda a satisfazer a crescente procura mundial de fontes de energia sustentáveis, fiáveis e mais limpas”. A TotalEnergies afirma que o GNL do projecto abastecerá África, a Ásia-Pacífico, o Médio Oriente e o subcontinente Indiano.⁴⁶

A referência da TotalEnergies ao gás como uma “fonte de energia sustentável, fiável e mais limpa” coloca o gás como um “combustível de transição” que será utilizado para permitir que os países façam uma transição lenta dos combustíveis “mais sujos”, como o carvão, para sistemas de energia dominados por fontes renováveis. Este papel do gás como “combustível de transição” tem sido promovido há muito

43 Muttitt, 2021, p. 20.

44 Mihalyi, D. & Scurfield, T., ‘How Did Africa’s Prospective Petroleum Producers Fall Victim to the Resource Curse?’, *The Extractive Industries and Society*, 7(4), Novembro 2020, p. 1.

45 Mihalyi & Scurfield, 2020, p. 5.

46 TotalEnergies, ‘About the project’, TotalEnergies, sem data, <https://mzlng.totalenergies.co.mz/en/about-mozambique-liquefied-natural-gas-project>. Acedido a 21 de Julho 2023.

tempo e, se concretizado, sugere que a procura global contínua de gás justifica, pelo menos economicamente, os investimentos em GNL em Moçambique.⁴⁷

No entanto, os dados sugerem que o gás não é susceptível de ser o “combustível de transição” que muitos esperavam que fosse. Uma das razões para isso é que os preços das energias renováveis e das tecnologias de armazenamento em baterias baixaram tão drasticamente, e espera-se que continuem a baixar, que é agora mais barato fazer a transição directa de fontes de carbono com emissões elevadas, como o carvão, para as energias renováveis, sem necessidade do gás como “combustível de transição”.⁴⁸

Embora o GNL tenha menos emissões de gases com efeito de estufa quando queimado, em comparação com o carvão, o GNL apresenta o grave problema das “emissões fugitivas”. Estas “emissões fugitivas”, ou fugas, são de metano e podem ocorrer ao longo de toda a cadeia de produção e distribuição de GNL. Uma vez que o metano é 80 vezes mais nocivo do que o CO₂ como GEE durante 20 anos após a sua libertação, a “vantagem” da poluição resultante da queima de GNL em relação ao carvão pode ser negligenciável ou, se as fugas de metano forem particularmente graves, pode ser invertida.⁴⁹ As provas sugerem que as fugas de metano são significativamente subestimadas e que os alegados benefícios ambientais do GNL em relação ao carvão são extremamente exagerados, pondo em causa toda a premissa do GNL como combustível de “transição”.⁵⁰ Além disso, não se deve esquecer que tanto as Nações Unidas como a Agência Internacional de Energia declararam que não podem ser extraídos novos combustíveis fósseis se se quiser evitar os piores excessos das alterações climáticas.⁵¹

A possibilidade do GNL não ser o combustível de transição que se espera que seja é particularmente alarmante para Moçambique devido à natureza dos contratos que foram assinados entre o governo e as companhias privadas que exploram o gás. Estes contratos asseguram que a grande maioria das receitas flua para as companhias estrangeiras nas fases iniciais, sendo as receitas do governo “atrasadas no tempo”. Isto significa que, se a procura de gás diminuir efectivamente ao longo do tempo, como se prevê, “as receitas do Estado estarão em risco, mais do que os rendimentos das empresas”.⁵²

47 Gürsan, C & de Gooyert, V., ‘The systemic impact of a transition fuel: Does natural gas help or hinder the energy transition?’, *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 138, 2021, p. 1.

48 Gray, M., “Fuel Switching 2.0: Carbon Price Index for Coal-to-Clean Electricity”, *TransitionZero*, 19 de maio de 2022, <https://www.transitionzero.org/insights/fuel-switching-coal-to-clean>. Acedido a 21 de julho de 2023 & Gürsan & de Gooyert, 2021, pp. 11 - 12.

49 “What’s the deal with methane?”, *Programa das Nações Unidas para o Ambiente*, 18 de outubro de 2022, <https://www.unep.org/news-and-stories/video/whats-deal-methane>. Acedido a 9 Nov. 2023.

50 Volcovici, V., Abnett, K., Green, M., *Explainer: Cleaner but not clean - Why scientists say natural gas won’t avert climate disaster*, Reuters, 18 Agosto 2020, <https://www.reuters.com/article/us-usa-gas-climatebox-explainer-idUSKCN25E1DR>. Acedido a 9 de Novembro 2023.

51 “Guterres apela à eliminação progressiva dos combustíveis fósseis para evitar uma ‘catástrofe’ climática”, *Notícias das Nações Unidas*, 15 de junho de 2023, <https://news.un.org/en/story/2023/06/1137747>. Acedido a 28 de setembro de 2023 e “Net Zero by 2050: A Roadmap for the Global Energy Sector”, *Agência Internacional da Energia*, outubro de 2021.

52 Muttitt, 2021, p. 20.

As implicações das previsões de procura de gás não serem cumpridas não afectam apenas Moçambique em termos de receitas esperadas. A investigação mostra que os fundos alocados aos combustíveis fósseis, tais como o GNL, excluem (redireccionam) fundos para fontes de energia alternativas, tais como as renováveis. Como afirma um estudo recente, “através da evicção, os investimentos em gás natural podem levar a investimentos contínuos noutros combustíveis fósseis, devido ao reforço da infraestrutura de combustíveis fósseis que os acompanha, e a diminuir os investimentos em energias renováveis”.⁵³ Este efeito de evicção pode não só impedir a adopção de energias renováveis e de quaisquer inovações tecnológicas que possam ocorrer no sector das energias renováveis, como também pode criar inércia na tomada de decisões em torno das escolhas energéticas que são absorvidas pelo discurso dominante dos combustíveis fósseis. Isto é especialmente verdade se os interesses instalados estiverem a colher benefícios das fontes de combustíveis fósseis existentes.

Este efeito de exclusão corre o sério risco de bloqueio de combustível fóssil (por vezes chamado de ‘bloqueio de carbono’), que é um tipo de dependência da infraestrutura de combustível fóssil. Se a infraestrutura de combustíveis fósseis, como a proposta no sector de GNL de Moçambique, for desenvolvida a um custo elevado, é difícil abandoná-la devido aos custos irrecuperáveis, que são os custos que já ocorreram e não podem ser recuperados. Esta dependência pode aumentar os custos de energia de uma nação porque não foram desenvolvidas fontes de energia alternativas mais baratas.

A dependência de trajectória desta natureza pode então resultar em mais um resultado negativo. Se os preços do GNL caírem de tal forma que a sua extracção se torne economicamente inviável, ou se no futuro forem aprovadas leis que impeçam a extração de combustíveis fósseis, Moçambique poderá enfrentar a realidade de ter infra-estruturas de combustíveis fósseis enalhadas - infra-estruturas de combustíveis fósseis que já não podem ser utilizadas e que já não geram quaisquer receitas, mas sobre as quais ainda é necessário pagar os empréstimos.

Estes perigos foram referidos por Fleetwood Grobler, o Director Executivo da empresa estatal Sul-Africana SASOL, que explora os campos de gás de Pande e Temane em Moçambique (ver abaixo). Recentemente, declarou que a empresa não iria apoiar um projecto de gasoduto entre o norte de Moçambique e a África do Sul porque não queria ficar ligada ao gás durante “30 ou 40 anos”, uma vez que o gás só seria necessário como “combustível de transição” durante, no máximo, 10 a 15 anos, após os quais “é preciso sair”.⁵⁴

53 Gürsan & de Gooyert, 2021, p. 4.

54 “Sasol to ditch South African pipeline project”, BusinessTech, 13 de abril de 2022,

Riscos da resolução de litígios entre investidores e Estados.

A resolução de litígios entre investidores e o Estado (ISDS) é um sistema através do qual as empresas privadas podem litigar contra países, no Centro Internacional para a Resolução de Litígios sobre Investimentos (ICSID), para recuperar o custo dos investimentos, ou mesmo os potenciais ganhos futuros dos seus investimentos, se os países tomarem medidas que as empresas privadas estrangeiras considerem estar a afetar negativamente os seus investimentos. No sector do petróleo e do gás, isto pode incluir investimentos que ainda não iniciaram a produção (perda de rendimentos futuros).⁵⁵

A exploração de GNL em Moçambique é supervisionada por tratados e acordos que estão em conformidade com o ISDS, fazendo de Moçambique o único país de baixo rendimento a ter projectos protegidos por tratados. De facto, a produção de GNL está sujeita ao seu próprio quadro jurídico, o Quadro Jurídico Especial da Bacia do Rovuma, que “estabelece um quadro contractual específico. Este quadro especial concede aos investidores estrangeiros acesso direto ao ISDS”.⁵⁶

Pesquisas indicam que o valor actual do gás e do petróleo, protegidos por tratados em Moçambique, é de 31 mil milhões de dólares, o que corresponde a 160% do PIB de Moçambique.⁵⁷ Isto representa um grande problema potencial para Moçambique porque torna incrivelmente difícil para Moçambique adoptar políticas amigas do clima no futuro. Por exemplo, se o país decidisse, numa data futura, suspender a exploração de combustíveis fósseis para tentar combater as alterações climáticas ou se fosse obrigado a fazê-lo por um tratado global, teria provavelmente de pagar milhares de milhões de dólares de indemnização a empresas como a TotalEnergies e a ENI. Além disso, Moçambique poderia também ser forçado a pagar uma compensação se decidisse introduzir regulamentos mais rigorosos em áreas como o envolvimento da comunidade, relações laborais, protecção ambiental ou saúde e segurança. Isto significa que os indivíduos afectados pelas consequências sociais e ambientais de investimentos em recursos naturais desta natureza podem ficar sem as salvaguardas necessárias, porque o receio de enfrentar responsabilidades imprevisíveis pode impedir ou atrasar a introdução de nova legislação.⁵⁸

Como observam os pesquisadores, “o ISDS poderia criar um fluxo de financiamento de países pobres e vulneráveis ao clima para empresas privadas baseadas principalmente no Norte Global ... Também reduzirá os recursos públicos dos países mais pobres que estão disponíveis para: esforços de mitigação e adaptação”.⁵⁹

55 Tienhaara, K., Thrasher, R., Simmons, A., Gallagher, K., ‘Investor-state dispute settlement: obstructing a just energy transition’, *Climate Policy*, Novembro 2022, p. 1.

56 Di Salvatore, L., ‘Energy Transition and Investment Protection in the Global South: The Case of Mozambique’, em Wood, G., et al. (eds.), *The Palgrave Handbook of Zero Carbon Energy Systems and Energy Transitions*, Springer, 2022, p. 11.

57 Tienhaara, K., Thrasher, R., Alexander Simmons, B., Gallagher, K., ‘Investor-state disputes threaten the global green energy transition’, *Science*, 376(6594), 5 May 2022, p. 4.

58 Para a lei Moçambicana que rege a matéria ver: República de Moçambique Lei nº14/2017- Altera e republica o Regime Específico de Tributação e de benefícios Fiscais das Operações petrolíferas, aprovado pela Lei 27/2014 (28 de dezembro de 2017). Sobre os impactos de tais leis, ver: Cotula, L., ‘Reconsidering Sovereignty, Ownership and Consent in Natural Resource Contracts: From Concepts to Practice’, *European Yearbook of International*

59 Tienhaara, 2022, p. 12.

Isto tem o efeito alarmante de consolidar ainda mais a extracção de combustíveis fósseis e pode atrasar drasticamente qualquer transição para as energias renováveis em Moçambique. Dado que Moçambique é especialmente vulnerável aos impactos das alterações climáticas (ver secção seguinte sobre o ambiente) isto é profundamente preocupante.

Tratado de Investimento Bi-lateral.

Moçambique assinou um tratado bilateral de investimento com a França em 2002 que também pode ter consequências potencialmente devastadoras para Moçambique, no que diz respeito ao projecto TotalEnergies, porque inibe severamente quaisquer políticas amigas do clima que Moçambique possa querer introduzir no futuro. O artigo 5.2 do acordo estabelece:

“Nenhuma das Partes Contratantes tomará qualquer medida de expropriação ou de nacionalização ou qualquer outra medida que tenha por efeito privar, directa ou indirectamente os nacionais ou as empresas da outra Parte dos investimentos que lhes pertencem, no seu território e na sua zona marítima, excepto por razões de interesse público e desde que essas medidas não sejam discriminatórias ou contrárias a uma empresa específica.”

Por exemplo, uma política favorável ao clima que reduzisse a produção de GNL na fábrica da TotalEnergies seria indubitavelmente considerada “qualquer outra medida que tenha por efeito privar, directa ou indirectamente, os nacionais ou as empresas da outra Parte de investimentos”. Tal medida poderia então desencadear pagamentos de indemnização à TotalEnergies que teriam de ser pagos às taxas de mercado “sem demora”, ou seriam cobrados juros. O nº 3 do artigo 5º indica que as perdas “ devido a uma guerra ou a qualquer outro conflito armado, revolução, estado de emergência ou revolta nacional” devem ser compensadas pelo país de acolhimento de forma semelhante.

Estes dois artigos, por si só, colocam Moçambique perante a possibilidade de ter de encontrar milhares de milhões de dólares em reclamações por perda de receitas, independentemente de serem ou não precisas, tal poderia ser feito contra o país. O artigo 8º refere que quaisquer disputas entre as duas nações devem ser resolvidas no ICSID. ⁶⁰

⁶⁰ “França - Moçambique: Bilateral Investment Treaty, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, <https://investmentpolicy.unctad.org/international-investment-agreements/treaties/bilateral-investment-treaties/1590/france---mozambique-bit-2002->. Acedido a 1 de agosto de 2023.

Espiral da dívida.

A dívida de Moçambique em percentagem do PIB situava-se em 102,6% no final de 2022⁶¹. A agência de notação de crédito Fitch afirma que Moçambique já enfrenta um “risco de crédito substancial”. No entanto, afirma que a dívida irá diminuir à medida que a produção de GNL aumentar o PIB. Para que tal aconteça, a Fitch “assume que a construção do projecto de GNL Área 1 da Total, no valor de 20 mil milhões de dólares, será retomada em 2024, com repercussões positivas para a economia do país”. De facto, a Fitch observa que a única forma de o país começar a gerir a sua dívida externa é através da venda antecipada de GNL.⁶² Como refere um analista de dívida soberana, “é realmente fundamental que estes projectos de gás entrem em funcionamento e que sejam capazes de gerar receitas”.⁶³

Tendo em conta os prováveis impactos económicos do GNL em Moçambique acima descritos, e o contínuo atraso no reinício do projecto da TotalEnergies, esta é uma suposição ousada. Se qualquer um dos impactos económicos acima descritos se concretizar, então Moçambique cairá provavelmente numa espiral de dívida em que não poderá pagar o serviço das suas dívidas ou angariar novos fundos porque os custos dos empréstimos são simplesmente demasiado elevados. É provável que entre em incumprimento da sua dívida soberana, com consequências catastróficas para o cidadão comum Moçambicano.

IMPACTOS SOCIAIS

Já estão a ser sentidos impactos sociais negativos significativos em Moçambique devido ao surgimento da indústria de GNL em Cabo Delgado.

Desapropriação de terras.

Para permitir o processamento de GNL, a TotalEnergies e os seus parceiros estão a construir uma fábrica de processamento de GNL e instalações associadas num terreno de 7000 hectares que lhes foi concedido pelo governo de Moçambique na província de Cabo Delgado. Cerca de 557 famílias da zona foram realojadas para permitir este desenvolvimento. Foi elaborado um plano de realojamento aprovado pelo governo, segundo o qual as pessoas realojadas receberiam pequenas parcelas de terra nova e uma indemnização financeira. Este processo esteve longe de ser satisfatório desde o início. Os membros da comunidade realojados expressaram a sua frustração pelo facto do processo de realojamento ter começado antes das consultas à comunidade terem terminado e pela informação que explicava o processo ser inadequada ou em linguagens que não podiam ser compreendidas, o que viola os princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Para além

61 'Mozambique Economic Outlook', Banco Africano de Desenvolvimento, 2022, <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique/mozambique-economic-outlook>. Acedido a 21 de julho de 2023.

62 'Fitch Affirms Mozambique at 'CCC+', Fitch Ratings, 2023, <https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/fitch-affirms-mozambique-at-ccc-17-02-2023>. Acedido a 22 Julho 2023.

63 Hill, M., 'Total's LNG-Project Revival Crucial for Mozambique to Pay Debt', BNNBloomberg, 2 de março de 2023, <https://www.bnnbloomberg.ca/total-s-lng-project-revival-crucial-for-mozambique-to-pay-debt-1.1890181>. Acedido a 31 de julho de 2023.

disso, os membros da comunidade tiveram problemas em aceder a pagamentos de compensação e a novas terras, as quais eram frequentemente mais pequenas do que as terras em que trabalhavam anteriormente. Nalguns casos, as casas prometidas não foram construídas e os meios de subsistência alternativos não foram devidamente assegurados. Por exemplo, os pescadores perderam o acesso ao mar, uma vez que foram realojados a quilómetros de distância.⁶⁴ A TotalEnergies e os funcionários do governo local também foram acusados de utilizar táticas para dividir as comunidades, oferecendo a membros-chave da comunidade a promessa de empregos, quer a trabalhar para a TotalEnergies quer em estruturas do governo local.⁶⁵

Insurreição violenta.

Entre 2017 e 2021, mais de 3000 pessoas foram mortas na província de Cabo Delgado, enquanto mais de 1 milhão foram deslocadas internamente, devido à violência generalizada levada a cabo por forças insurgentes na província.⁶⁶ Embora haja uma série de razões para esta violência, é evidente que a exploração de GNL contribuiu para exacerbar as tensões pré-existentes.

Embora a violência tenha sido vista de forma simplista nos meios de comunicação social, como um conflito entre o Estado Moçambicano e fundamentalistas muçulmanos não Moçambicanos que pretendem estabelecer um Califado no Norte de Moçambique, as suas raízes são muito mais complexas.⁶⁷ Como vimos, o norte de Moçambique, onde vive mais de metade da população do país, não tem registado o mesmo ritmo de “desenvolvimento” que se tem verificado nas zonas do sul do país. Por exemplo, em 2021, 19% dos Moçambicanos viviam na pobreza no sul, em comparação com 60% nas províncias do norte.⁶⁸

Esta disparidade criou um sentimento de ressentimento nas províncias do norte, especialmente entre os jovens desempregados, que sentem que a região é continuamente negligenciada pelo governo da FRELIMO no sul. Este ressentimento é sentido de forma especialmente profunda na província de Cabo Delgado que, apesar de ser rica em recursos naturais, tais como pedras preciosas (especialmente rubis), ouro, areias pesadas e atualmente GNL, continua a ser uma das mais pobres de Moçambique. Numerosos relatórios indicam que as pessoas são regularmente expulsas das suas terras para que os recursos possam ser explorados, alimentando ainda mais este ressentimento, enquanto os que controlam as minas na província

64 Wensing, 2022, pp. 18 - 19 & Rufin, J., “Mozambique LNG Human rights Assessment Action Plan”, Moçambique GNL, 23 de maio de 2023.

65 Salimo, P., ‘The politics of LNG: Local state power and contested demands for land acquisitions in Palma, Mozambique’, in Schubert, J., Engel, U., & Macamo, E. (eds.), *Extractive Industries and Changing State Dynamics in Africa: Beyond the Resource Curse*, (Routledge: Londres), 2018, pp. 101 - 102.

66 Wensing, 2022, pp. 20 - 22.

67 Nhachote, 2021, p. 4.

68 Wensing, 2022, pp. 20.

têm frequentemente ligações à FRELIMO.⁶⁹ Por exemplo, a maior mina de rubis do mundo, a Montepuez Ruby Mining, tem ligações comprovadas a altos funcionários da FRELIMO.⁷⁰ Como Adriano Nuvunga, director do Centro para a Democracia e Desenvolvimento em Moçambique, observou em 2021, “há pobreza em todo o país, mas a situação de Cabo Delgado é muito particular, porque as comunidades locais vivem com imagens de investimentos multimilionários em projectos da indústria extractiva e ouvem todos os dias que a sua província é muito rica em recursos naturais”.⁷¹ Estudos têm demonstrado repetidamente que é esta proximidade com as riquezas de recursos que não beneficiam a população local que tem causado um profundo ressentimento entre muitas pessoas que vivem em Cabo Delgado, tanto em relação ao governo no Sul, como em relação à FRELIMO mais especificamente.⁷²

Foi neste contexto extremamente difícil que surgiu a insurgência em 2017. Apesar desta insurgência, e dos impactos terríveis que estava a ter na vida dos Moçambicanos comuns, a TotalEnergies continuou a desenvolver infra-estruturas de gás em Cabo Delgado, prometendo que traria empregos e riqueza para a região. No entanto, rapidamente se tornou claro que poucos empregos ou oportunidades seriam oferecidos às pessoas em Cabo Delgado. Os postos de trabalho oferecidos eram de baixa remuneração e temporários, de limpeza e construção, enquanto os postos de trabalho mais bem pagos tendiam a ir para Moçambicanos mais qualificados do sul do país, enquanto os postos de trabalho mais bem pagos serão dominados por trabalhadores estrangeiros porque os Moçambicanos não têm as competências necessárias.⁷³ O desenvolvimento da fábrica de GNL terminou em abril de 2021, após um grave atentado na cidade de Palma que causou a morte de dezenas de pessoas, incluindo trabalhadores estrangeiros, que trabalhavam para a TotalEnergies. A 26 de abril de 2021, a TotalEnergies declarou força maior no projecto Moçambique GNL, retirou todo o seu pessoal e encerrou-o efetivamente.⁷⁴ Este facto teve obviamente o efeito de acabar com os poucos postos de trabalho criados para os habitantes locais.

Embora alguns insurgentes queiram estabelecer um Califado no Norte de Moçambique, e alguns sejam pouco mais do que gangsters (criminosos comuns e traficantes de droga⁷⁵, não há dúvida de que o ressentimento profundamente

69 Nhachote, 2021, p. 18 & Hanlon, J., 'Turning Mozambique into a mafia, resource curse state', *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*, 2021, 110(3) pp. 406.

70 Valoi, E., 'Mozambique: The squandered taxes of Montepuez', *Zam Magazine*, 16 Agosto 2022, <https://www.zammagazine.com/investigations/1513-mozambique-the-squandered-taxes-of-montepuez>. Acedido a 30 de Julho 2023.

71 'Cabo Delgado: "Structural and systemic" poverty behind four years of insurgency – analysts', *Club of Mozambique*, 5 de Outubro 2021, <https://clubofmozambique.com/news/cabo-delgado-structural-and-systemic-poverty-behind-four-years-of-insurgency-analysts-202286/>. Acedido a 22 de Julho 2023.

72 Ewi, M. (et al), 'Violent extremism in Mozambique: Drivers and links to transnational organised crime', *Institute for Security Studies*, Agosto 2022, p. 15.

73 Namaganda, 2022, p. 4.

74 'Total declares Force Majeure on Mozambique LNG project', *TotalEnergies*, 26 Abril 2021, <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/total-declares-force-majeure-mozambique-lng-project>. Acedido a 23 Julho 2023.

75 Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, 'Are Mozambique's insurgents closing in on illicit trafficking profits?', *Daily Maverick*, 8 de maio de 2020, <https://www.dailymaverick.co.za/article/2020-05-08-are-mozambiques-insurgents-closing-in-on-illicit-trafficking-profits/>. Acedido em 23 de julho de 2023. Ver também, Ewi, M. (et al), 'Violent extremism in Mozambique: Drivers and links to transnational organised crime', *Instituto de Estudos de Segurança*, agosto de 2022.

enraizado entre os residentes de Cabo Delgado tem alimentado significativamente a violência recente, uma vez que muitos membros dos grupos insurgentes são Moçambicanos locais.⁷⁶ Como observa João Feijó, do Observatório do Meio Rural, ‘os factores da revolta e insurreição em Cabo Delgado são estruturais e sistémicos e baseiam-se na exclusão social, económica e política’⁷⁷. Como um outro analista observa sem rodeios, ‘o que aconteceu no norte de Moçambique começou em Moçambique ... A revolta começou devido a oportunidades limitadas, marginalização e alienação’.⁷⁸

As populações que vivem em Cabo Delgado têm sido sujeitas não só à violência dos grupos insurrectos, como também têm sido vítimas da violência perpetrada pelas forças de segurança Moçambicanas e pelos seus mercenários que entraram na província numa tentativa de expulsar os insurrectos.

Militarização.

Num esforço para estabilizar Cabo Delgado, o governo Moçambicano destacou unidades da polícia e do exército e contratou um grupo mercenário privado da África do Sul chamado Dyck Advisory Group, bem como o grupo mercenário Russo, Wagner. Em meados de julho de 2021, estas forças foram complementadas por 1000 polícias e soldados do Ruanda e por uma força da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) de 750 soldados (de Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia). Além disso, uma “Força Tarefa Conjunta”, constituída por polícias e soldados Moçambicanos e financiada pela TotalEnergies, tem estado a proteger a instalação de GNL em Afungi.⁷⁹

Durante todo o período da insurreição, algumas destas forças infligiram violência terrível (incluindo violência sexual) aos Moçambicanos comuns e levaram a cabo assassinatos extrajudiciais de suspeitos de insurreição. Os residentes de Cabo Delgado também acusam as forças Moçambicanas, em particular, de espancamentos, extorsão e roubo de propriedade⁸⁰. Assim, em vez de estabilizarem a segurança na região, estas forças contribuíram para as violações dos Direitos Humanos e para a brutal militarização actual de Cabo Delgado. Apesar disso, a ‘Energy Capital & Power’, uma plataforma de investimento centrada em África para o sector da energia, declarou num relatório que os esforços do governo para tentar estabilizar a região ‘provaram ser admiráveis’.⁸¹

76 ‘O que eu vi foi Morte: War Crimes in Mozambique’s Forgotten Cape’, Amnistia Internacional, 2021, p. 9.

77 Citado em, ‘Cabo Delgado: Pobreza “estrutural e sistémica” por detrás de quatro anos de insurreição - analistas’, Clube de Moçambique, 5 de outubro de 2021, <https://clubofmozambique.com/news/cabo-delgado-structural-and-systemic-poverty-behind-four-years-of-insurgency-analysts-202286/>. Acedido a 22 de julho de 2023.

78 Sithole, T., ‘The Political Economy of Mozambique’s Cabo Delgado Insurgency and its Impact on Southern Africa’s Regional Security’, *Politikon*, 52, 2022, p. 15.

79 Estas forças parecem ter sido empurradas para Cabo Delgado por insistência do Presidente francês, Emmanuel Macron, que estava interessado em proteger o investimento da TotalEnergies em Moçambique. Ver Bond, P., “French fossil imperialism, South African subimperialism and anti-imperial resistance”, *Actuel Marx*, 72(2), julho de 2022, p. 2.

80 ‘O que eu vi foi Morte: War Crimes in Mozambique’s Forgotten Cape’, Amnistia Internacional, 2021, p. 9 e 13.

81 ‘Mozambique: Building Capacity in Mozambique’s Energy Industry: A Special Report’, *Africa Energy Series*, [Africaoilandpower.com](http://africaoilandpower.com), 2021, p. 3.

Em março de 2023, foi noticiado que dezenas de milhares de Moçambicanos deslocados internamente estavam a regressar à região, para onde se dizia que os serviços públicos estavam a ser reiniciados. Pensa-se que isto se deve em grande parte ao sucesso dos soldados do Ruanda em forçar os insurgentes a saírem da área e à situação cada vez mais precária dos deslocados internos nos campos de refugiados no sul.

Os residentes que regressaram encontraram as suas casas, hospitais e escolas destruídos ou gravemente danificados pelos combates. O processo de reconstrução será inevitavelmente longo e difícil devido à ausência quase total do Estado Moçambicano na zona, que não dispõe do orçamento nem da capacidade técnica para liderar o processo de reconstrução.⁸² Como notam os observadores, ‘apesar de algumas melhorias, o Estado mantém uma postura demasiado centralizada, lenta e politizada para responder aos desafios reais.’⁸³ Como vimos, o governo de Moçambique assegurou à TotalEnergies que Cabo Delgado está agora suficientemente seguro para que as suas operações continuem. No entanto, a companhia não reiniciou o projecto e o pessoal que está na área continua a viajar com escoltas armadas.⁸⁴

Opressão dos media e da sociedade civil.

A violência em Cabo Delgado resultou na morte e no desaparecimento de uma série de jornalistas proeminentes. Por exemplo, em 2019, Amade Abubacar da Rádio Comunitária de Nacedje, foi preso, torturado e detido durante três meses sem qualquer acusação, enquanto entrevistava um grupo de pessoas deslocadas. Dois outros jornalistas que trabalhavam na zona simplesmente desapareceram, enquanto o jornal Moçambicano, Canal de Moçambique, e dois dos seus colaboradores, foram acusados de “conspiração contra o Estado” por terem feito uma reportagem sobre corrupção envolvendo oficiais do exército na zona.⁸⁵

Em Agosto de 2022, o Instituto Internacional de Imprensa referiu que estava “seriamente preocupado com as crescentes restrições à liberdade de imprensa e com a redução do espaço para o jornalismo independente no país”, chamando particularmente a atenção para as restrições ao acesso à informação e as limitações impostas à reportagem independente em Cabo Delgado.⁸⁶

82 Feijó, J., ‘Regresso das Populações e Reconstrução do Nordeste de Cabo Delgado - Do Enfraquecimento do Estado ao Surgimento da TOTALAND’, Observatório do Meio Rural, 211, 6 de março de 2023.

83 Feijó, 2023, p. 15.

84 Note-se que, em setembro de 2022, a Coreia do Sul enviou um barco de patrulha para proteger a plataforma Coral Sul LNG. Ver, “Proteção FLNG: South Korea sending patrol vessel to Rovuma basin, Mozambique”, Clube de Moçambique, 14 de setembro de 2022, <https://clubofmozambique.com/news/flng-protection-south-korea-sending-patrol-vessel-to-rovuma-basin-mozambique-224739/>. Acedido a 16 de agosto de 2023.

85 Wensing, 2022, p. 22.

86 ‘Mozambique: Urgent action needed to safeguard press freedom and democracy’, International Press Institute, 21 Agosto 2022, <https://ipi.media/mozambique-urgent-action-needed-to-safeguard-press-freedom-and-democracy/>. Acedido a 24 de Julho 2023.

As organizações da sociedade civil que trabalham em Cabo Delgado também relataram restrições crescentes à sua capacidade de trabalhar livremente na área.⁸⁷ Há receios de que a liberdade das organizações da sociedade civil para operar em Moçambique possa ser drasticamente restringida por uma proposta de lei actualmente a ser analisada pelo governo. O Projecto de Lei sobre a Criação, Organização e Funcionamento de Organizações Sem Fins Lucrativos autoriza o governo a encerrar qualquer organização por um vasto leque de razões.⁸⁸

Acesso à energia para os Moçambicanos

Moçambique é um dos países mais pobres em energia do mundo, com 60% da população sem acesso à eletricidade. Mesmo onde existe acesso directo à eletricidade, os preços relativamente elevados tornam-na inabastante para muitos Moçambicanos. Por exemplo, 34% dos agregados familiares urbanos continuam em situação de pobreza energética, apesar de muitos terem acesso à rede eléctrica. Devido à falta de acesso à rede e aos preços elevados da eletricidade, mais de 90% dos Moçambicanos ainda dependem da biomassa como fonte primária de energia.⁸⁹

Perante esta situação, poderia parecer que as enormes descobertas de gás em Moçambique ofereceriam ao país uma oportunidade de começar a ultrapassar esta armadilha da pobreza energética. No entanto, não será esse o caso porque, como vimos, a TotalEnergies deixou claro que vai vender o gás nos mercados externos. De facto, o projecto foi, até certo ponto, financeiramente desarticulado através da assinatura de numerosos acordos de compra com grandes empresas mundiais de petróleo e gás.

Inicialmente, a TotalEnergies propõe construir dois comboios de liquefação (os vários componentes para processar, purificar e converter o gás natural em GNL) que produzirão 13,1 mtpa de GNL, embora a empresa tenha declarado que este valor poderia ser gasto até 43 mtpa.⁹⁰ Deste montante, 11,1 mtpa já foram atribuídos em contratos de compra a longo prazo (15 a 20 anos) às seguintes empresas:

87 Wensing, 2022, p. 22.

88 'Mozambique: Draft Law Threatens Civil Society Groups - Withdraw Abusive Counterterrorism Financing Measures; Uphold Freedom of Association', Human Rights Watch, 10 Fevereiro 2023, <https://www.hrw.org/news/2023/02/10/mozambique-draft-law-threatens-civil-society-groups>. Acedido a 24 de Julho 2023.

89 Ugembe, M., Brito, M., Inglesi-Lotz, R., 'Measuring energy poverty in Mozambique: Is energy poverty a purely rural phenomenon?', Energy Nexus, 5, 2022, pp. 1-2.

90 TotalEnergies, 'About the project', TotalEnergies, sem data, <https://mzlng.totalenergies.co.mz/en/about-mozambique-liquefied-natural-gas-project>. Acedido a 27 de Julho 2023.

Compradores	Quantidade (Mtpa)
Tokyo Gas and Centrica (Japão)	2.6
Shell International Trading Médio Oriente	2
JERA (Japão) e CPC Corporation (Taiwan)	1.6
CNOOC Gas and Power (Singapura)	1.5
EDF (França)	1.2
Bharat Petroleum Corporation (Índia)	1
Pertamina (Indonésia) 1,00	1
Tohoku (Japão)	0.28
TOTAL	11.1

Com efeito, 90% do gás do projecto já é vendido ao abrigo destes acordos a longo prazo.⁹¹ A mesma situação verifica-se na área 4, onde já foram assinados numerosos acordos de compra a longo prazo.⁹² Com efeito, 100% do gás do projecto Coral Sul está reservado no âmbito de um contrato de compra a 20 anos com a empresa transnacional britânica de combustíveis fósseis British Petroleum (BP). A empresa anunciou a sua intenção de utilizar o gás para abastecer o mercado mundial.⁹³

Embora o governo Moçambicano tenha uma participação de 15% na Área 1 e de 10% na Área 4, há poucos indícios de que utilizará a sua quota-parte do GNL para combater a pobreza energética em Moçambique. A investigação indica que, no total, 12% do GNL das Áreas 1 e 4 será retido para uso doméstico. No entanto, este gás será predominantemente utilizado por indústrias e empresas ligadas ao sector do gás.⁹⁴ Além disso, é altamente improvável que qualquer gás subsidiado entre no mercado interno, porque a ENH provavelmente tentará maximizar o preço que obtém da sua quota de produção ao vendê-lo nos mercados internacionais, quer para ajudar a pagar a dívida nacional, quer, devido à má governação em curso, para enriquecer funcionários corruptos do governo e facilitar as suas redes de patrocínio.⁹⁵

91 'Project Financing: Review of Mozambique LNG', FTI Consulting, Outubro 2020, p. 2.

92 Yep, E., 'Mozambique's Area 4 partners secure buyers for Rovuma LNG project: ExxonMobil', spglobal, 31 de dezembro de 2018, <https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/latest-news/natural-gas/123118-mozambiques-area-4-partners-secure-buyers-for-rovuma-lng-project-exxonmobil>. Acedido a 22 de julho de 2023.

93 'BP and Area 4 partners sign LNG sale and purchase agreement for offshore Mozambique', British Petroleum, 4 Outubro 2016, <https://www.bp.com/en/global/corporate/news-and-insights/press-releases/bp-and-area-4-partners-sign-lng-sale-and-purchase-agreement-for-offshore-mozambique.html>. Acedido a 16 Agosto 2023.

94 Wensing, 2022, p. 24.

95 Namaganda, 2022, p. 3.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Alterações Climáticas.

Moçambique é um dos países mais vulneráveis do mundo aos impactos das alterações climáticas. Em 2016, foi classificado como o 154º país mais vulnerável entre 181 países inquiridos, e em 2021 Moçambique foi classificado como o país mais vulnerável do mundo a fenómenos meteorológicos extremos desencadeados pelas alterações climáticas. Além disso, considera-se também que o país está quase totalmente despreparado para enfrentar adequadamente os impactos actuais e agravados das alterações climáticas através da adaptação.⁹⁶ Moçambique é particularmente vulnerável às alterações climáticas porque se encontra a jusante de várias bacias hidrográficas importantes, prevendo-se que todas elas produzam menos escoamento para Moçambique, ao mesmo tempo que se prevê que o país se torne significativamente mais quente e seco à medida que os impactos das alterações climáticas se intensificam. Prevê-se, portanto, que a grave escassez de água seja uma característica fundamental das alterações climáticas em Moçambique.

Isto é preocupante, porque 70 por cento dos Moçambicanos dependem da produção agrícola sensível ao clima (mandioca, sorgo, soja, amendoim e milho) para a sua alimentação e subsistência.⁹⁷ Além disso, prevê-se que a actividade dos ciclones aumente e que o nível do mar suba. Estes problemas são exacerbados pelos 2500 km de costa de Moçambique, o que o torna especialmente vulnerável a ciclones e inundações costeiras.⁹⁸ Isto é particularmente alarmante porque 60% da população vive em zonas costeiras de baixa altitude.

Nos últimos anos, os impactos das alterações climáticas têm-se feito sentir em Moçambique de forma devastadora. Em 2019, os ciclones tropicais Idai (14 de março de 2019) e Kenneth (25 de abril de 2019) devastaram o centro de Moçambique, matando mais de 600 pessoas (provavelmente uma subestimação significativa), destruindo mais de 220 000 casas e 3 500 salas de aula, danificando mais de 700 000 ha de plantações de alimentos e levando mais de 2,5 milhões de pessoas a necessitar de ajuda humanitária básica.⁹⁹ Apenas três anos mais tarde, o país foi atingido por outro ciclone tropical devastador que destruiu mais 132 000 casas, 1 300 salas de aula e danificou 391 000 hectares de plantações. Os três ciclones provocaram inundações extensas e persistentes e surtos significativos de

96 'Moçambique: Grupo de Protecção - Factsheet on Climate Related Displacement - Reliefweb, abril de 2022', <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-protection-cluster-factsheet-climate-related-displacement-april-2022>. Acedido em 24 de julho de 2023 & Eckstein, D., Kunzel, V., Schafer, L., 'Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-Related Loss Events in 2019 and 2000-2019', Global Climate Risk Index 2021, Germanwatch, 2022, pp. 5 e 8.

97 'Climate Risk Profile: Mozambique', USAID, 2018, p. 1. <https://www.climateinsights.org/resources/climate-risk-profile-mozambique>. Acedido a 30 Julho 2023.

98 Ribeiro, N., Chauque, A., 'Gender and Climate change: Mozambique Case Study', Heinrich Böll Foundation Southern Africa, 2010, p. 10.

99 'Cyclone Idai and Kenneth cause devastation and suffering in Mozambique', United Nations Children's Fund, sem data, <https://www.unicef.org/mozambique/en/cyclone-idai-and-kenneth>. Acedido a 24 Julho 2023.

cólera.¹⁰⁰ Do ponto de vista puramente financeiro, os ciclones foram igualmente devastadores. Estima-se que o Idai e o Kenneth tenham custado a Moçambique 3,2 mil milhões de dólares, o que equivale a 58% de todo o orçamento do Estado para 2019.¹⁰¹

No contexto de um país já frágil, os projectos de GNL aumentarão as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), tanto em Moçambique como a nível internacional, o que obviamente contribuirá para as alterações climáticas. Mesmo que a maior parte do GNL não seja queimado em Moçambique, as emissões nacionais de GEE aumentarão significativamente devido à procura global de energia resultante do processo de GNL e devido ao metano emitido durante toda a cadeia de abastecimento de GNL, incluindo através das chamadas “emissões fugitivas”. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, o potencial de aquecimento global do metano em 20 anos é 87 vezes superior ao do dióxido de carbono.¹⁰² A investigação nos Estados Unidos mostra que entre 2% e 8% de cada pé cúbico de gás natural extraído do subsolo ou do fundo do mar escapa para a atmosfera.¹⁰³ Devido a estas emissões directas, estima-se que as emissões anuais de CO₂ de Moçambique aumentarão em 14% quando os três projectos de GNL estiverem totalmente operacionais, uma vez que serão emitidas anualmente mais 13 milhões de toneladas de CO₂. O próprio estudo de impacto ambiental do projecto assinalou um aumento anual de CO₂ da ordem dos 10% por ano, muito pouco passível de ser atenuado.¹⁰⁴

Em Dezembro de 2021, na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) actualizada, o país comprometeu-se a reduzir as suas emissões de CO₂ num total cumulativo de 40 milhões de toneladas até 2025.¹⁰⁵ Dada a extensão do aumento das emissões provenientes do GNL, não é claro como o governo Moçambicano pretende cumprir as suas metas de NDC e as obrigações gerais de direito internacional ao abrigo do Acordo de Paris. A queima do GNL pelos utilizadores finais ascenderá a aproximadamente 116 MtCO₂e por ano, o que é mais do que todas as emissões anuais de CO₂ do Bangladesh, que tem uma população de 161 milhões de pessoas.¹⁰⁶

100 'Moçambique: Tropical Cyclone Freddy, Floods and Cholera Situation Report No. 1', Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários, Moçambique, sem data.

101 'Mozambique Cyclone Idai: Post Disaster Needs Assessment', Post- Cyclone Idai Cabinet for Reconstruction / World Bank, 2020, p. 5 & 'State Budget Proposal for Fiscal Year 2019: Mozambique - Analysis of the Social and Economic Sectors, UNICEF, novembro de 2019, p. 2.

102 Gürsan, & de Gooyert, 2021, p. 14.

103 Marchese, A., Zimmerle, D., 'The U.S. natural gas industry is leaking way more methane than previously thought', PBS, 4 de julho de 2018, <https://www.pbs.org/newshour/science/the-u-s-natural-gas-industry-is-leaking-way-more-methane-than-previously-thought>. Acedido a 24 de julho de 2023.

104 'Os Impactos da Indústria de GNL em Cabo Delgado, Moçambique', JAI/Amigos da Terra Moçambique, março de 2020, p. 6.

105 'Fuelling the Crisis in Mozambique How Export Credit Agencies contribute to climate change and humanitarian disaster', Friends of the Earth Europe e Justiça Ambiental, 2022, p. 8 & 'Mozambique', United Nations Development Programme - Climate Promise, <https://climatepromise.undp.org/what-we-do/where-we-work/mozambique>. Acedido a 30 de Julho 2023

106 'Carbon Footprint by Country 2023', Worldpopulationreview.com, sem data, <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/carbon-footprint-by-country>. Acedido a 24 Julho 2023.

Impactos Ambientais Locais.

Para além das implicações nacionais e internacionais das alterações climáticas dos GEE que serão produzidos pela exploração de GNL em Moçambique, haverá também impactos ambientais regionais e locais consideráveis.

Só o parque de GNL de Afungi abrange 70 km², grande parte do qual está coberto por florestas e mangais que constituem o habitat de numerosas espécies de aves, répteis e anfíbios. Esta área será desbravada para a construção de infra-estruturas em terra. Em terra, os fundos marinhos costeiros e as redes de corais serão dragados para a construção de extensas instalações submarinas e próximas da costa. Os próprios promotores do projecto referem que este processo conduzirá à destruição de habitats e à perda de biodiversidade.

Existe também a preocupação de que, se ocorresse um acidente grave na fábrica de GNL, isso teria um impacto sério no Parque Nacional das Quirimbas (uma Biosfera da UNESCO), que fica apenas a oito quilómetros do limite da Área 1.¹⁰⁷ A possibilidade de ocorrência de um acidente grave é muito real, uma vez que o gás a explorar está situado sob 1 600 metros de oceano. Trata-se, portanto, de um exemplo do que se designa por “perfuração em águas profundas”. A perfuração em águas profundas é tecnicamente difícil e perigosa devido às pressões e temperaturas que existem a grandes profundidades. Quanto mais profunda for a perfuração, mais difícil é controlar o fluxo de gás devido ao aumento das pressões. Qualquer falha no controlo do fluxo ascendente pode conduzir a um blowout.¹⁰⁸ A explosão da plataforma Deepwater Horizon no Golfo do México em 2010, que causou 11 mortes e derramou quatro milhões de barris de petróleo no oceano, mostra como é difícil perfurar em águas profundas.

¹⁰⁷ 'Mozambique: LNG Mozambique - Impacts', Banktrack, 2022, https://www.banktrack.org/project/mozambique_lng. Scedido a 25 Julho 2023 & Wensing, A., (2022), p. 17.

¹⁰⁸ Boulter, J., 'Southern Africa: a new exploration hotspot?', International Oil and Gas, 6 Sept. 2018

Secção 2 - Financiamento do Projecto

A secção anterior apresentou uma breve descrição das prováveis consequências económicas, sociais e ambientais da corrida para o GNL em Moçambique. A secção seguinte analisará o papel da África do Sul no desenvolvimento do gás natural em Cabo Delgado. Explorará brevemente a história da relação da África do Sul com Moçambique de uma perspectiva económica, antes de analisar as entidades privadas e públicas que actualmente apoiam a TotalEnergies.

UMA BREVE HISTÓRIA DO ENTRELAÇAMENTO

Pré-Independência

Enquanto o então porto de Lourenço Marques (actual Maputo) movimentava uma quantidade significativa do comércio da África Austral, a relação pré-independência da África do Sul com Moçambique caracterizava-se, em grande medida, por Moçambique se ter tornado uma fonte de mão de obra para o sector mineiro Sul-Africano. Embora a mão de obra Moçambicana já estivesse a ser utilizada na indústria da cana-de-açúcar de Natal, foi a descoberta dos primeiros diamantes e, mais importante ainda, do ouro, que criou uma enorme procura de mão de obra Moçambicana. Nos primeiros anos do século XX, cerca de 60 000 Moçambicanos trabalhavam nas minas de ouro na África do Sul, constituindo aproximadamente 60% da força de trabalho “negra”. Em 1960, 80 000 Moçambicanos trabalhavam nas minas.¹⁰⁹ Quando Moçambique se tornou independente em 1975, 27% (aproximadamente 110 000) dos trabalhadores das minas na África do Sul ainda vinham de Moçambique.¹¹⁰

Em suma, esta relação era uma relação em que o sector mineiro Sul-Africano explorava a mão de obra Moçambicana. Ao utilizar a mão de obra migrante, o sector pôde pagar salários baixos porque os custos da reprodução social das famílias dos mineiros e dos seus dependentes podiam ser excluídos. Apesar dos baixos salários, os salários dos trabalhadores migrantes e a importância de Lourenço Marques como centro comercial para a África do Sul contribuíram significativamente para o ‘desenvolvimento’ relativo do sul de Moçambique, quando comparado com o norte do país.

1975 – 1994

De um Estado colonial complacente, Moçambique pós-colonial tornou-se hostil à continuação do regime colonial e do apartheid na África do Sul e impôs, sempre que possível, um boicote económico e político à África do Sul. Em resposta, o governo Sul Africano tentou desestabilizar o governo da FRELIMO em Maputo. Fê-lo oferecendo apoio financeiro e militar à RENAMO ¹¹¹, apoiada pelo Ocidente, e levando a cabo ataques directos aos membros do Congresso Nacional Africano (ANC) e aos seus apoiantes em Moçambique, bem como às infra-estruturas Moçambicanas.¹¹² Alarmado com a sua dependência da mão de obra de um Estado hostil, o governo do apartheid também reduziu rapidamente o número de trabalhadores Moçambicanos nas minas para pouco mais de 40 000 e em finais da década de 1970. ¹¹³

109 Beinart, W., *Twentieth Century South Africa*, (Oxford University Press: Oxford), 1994, pp. 64 & 150.

110 Simpson, T., *History of South Africa: From 12902 to the Present*, (Penguin: Cape Town), 2021, p. 222.

111 A RENAMO, ou Resistência Nacional Moçambicana, tinha as suas raízes nos serviços secretos da Rodésia e era grandemente financiada pelos governos “ocidentais”. A guerra civil entre a RENAMO e a FRELIMO foi uma das várias guerras por procuração da Guerra Fria que tiveram lugar entre os Estados Unidos e a União Soviética.

112 Hanlon, J., *Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa*, (James Currey: London), 1986.

113 Castel-Branco, C., “Qual é a Experiência e o Impacto do Comércio e Investimento Sul-Africano no Crescimento e Desenvolvimento das Economias Anfitriãs? Uma visão de Moçambique”, Rede Regional de Pobreza da África Austral, sem data, p. 3.

Durante a maior parte deste período, a FRELIMO apoiou firmemente o ANC que estava a tentar derrubar o regime do apartheid. Embora o ANC nunca tenha tido uma base militar em Moçambique, a FRELIMO alojava regularmente membros do ANC e contrabandeava agentes do ANC para dentro e para fora da África do Sul. Embora as relações entre Moçambique e a África do Sul tenham sido “normalizadas” após o Acordo de Nkomati de 1984 (um pacto de não agressão que resultou na expulsão dos membros do ANC de Moçambique), Moçambique continuou totalmente empenhado na causa do ANC na África do Sul. A relação entre os dois partidos foi também fomentada e encorajada pela ajuda e apoio que ambos os partidos receberam da União Soviética e de outros estados socialistas do chamado Bloco de Leste. O significado desta relação de longa data entre a FRELIMO e o ANC não deve ser subestimado quando se considera o apoio contínuo do ANC ao governo da FRELIMO em Moçambique.

Relações Pós-Apartheid

Desde 1994, as relações comerciais da África do Sul com Moçambique têm crescido dramaticamente, com uma mudança significativa à medida que o investimento direto estrangeiro e o comércio direto “substituíram a migração laboral e os serviços como vectores dominantes das ligações económicas entre Moçambique e a África do Sul”.¹¹⁴ Em 2021, a África do Sul foi o principal parceiro comercial de Moçambique, tanto em termos de importações como de exportações, tendo a África do Sul exportado 4,2 mil milhões de dólares de bens para Moçambique e recebido 968 milhões de dólares em troca.¹¹⁵ Embora a África do Sul invista nas indústrias pesadas tradicionais e no desenvolvimento de minerais, também investe noutros aspectos da economia Moçambicana, tais como a produção agrícola (principalmente o açúcar), a banca, a construção, a indústria da cerveja, o turismo e o sector retalhista.¹¹⁶ Os analistas argumentam que a África do Sul está actualmente a investir numa “nova diplomacia económica” com Moçambique para tentar aprofundar os laços económicos já bem enraizados.¹¹⁷

A Fundição de Alumínio da Mozal

O governo Sul-Africano manifestou a sua vontade de ajudar Moçambique a recuperar da guerra entre a FRELIMO e a RENAMO, utilizando a IDC para investir na fundição de alumínio Mozal em Maputo. A IDC assumiu inicialmente uma participação de 24% no capital da fundição, mas aumentou-a para 32,5% em 2022. O Director Executivo (CEO) da IDC, TP Nchocho, disse em 2022 que “o nosso investimento e parceria

114 Castel-Branco, p. 5.

115 ‘South Africa - Mozambique’, The Observatory of Economic Complexity, 2023, <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/zaf/partner/moz>. Acedido a 25 Julho 2023.

116 ‘Trademark data reveals South African investment has opened previously closed markets in Mozambique’, World Trade Market Review, 8 Abril 2021, <https://www.worldtrademarkreview.com/article/trademark-data-reveals-south-african-investment-has-opened-previously-closed-markets-in-mozambique>. Acedido a 26 Julho 2023.

117 Fakir, S., ‘Gwede Mantashe’s gas plan, the northern jihadists and Russia – the emerging power play in Mozambique’, Daily Maverick, 18 Setembro 2020, <https://www.dailymaverick.co.za/opinionista/2020-09-18-gwede-mantashe-gas-plan-the-northern-jihadists-and-russia-the-emerging-power-play-in-mozambique/>. Acedido a 13 Agosto 2023.

com o governo Moçambicano está em linha com um dos nossos principais mandatos, que fala em sustentar e melhorar o desenvolvimento económico regional”.¹¹⁸ É de notar que o DBSA está também envolvido no projecto Mozal e, até à data, concedeu empréstimos no valor de 83 milhões de dólares.¹¹⁹

Os campos de gás de Pande e Temane

O investimento Sul-Africano na Bacia do Rovuma não é o primeiro investimento deste tipo em gás natural em Moçambique. Em 2004, a SASOL, uma empresa Sul-Africana da qual o governo Sul-Africano detém uma participação significativa (26,4% do regime de pensões do governo e 8,5% da IDC), começou a bombear gás dos campos de gás de Pande-Temane no sul de Moçambique para a África do Sul. Este negócio é notável por várias razões. Muito pouco do gás foi destinado para uso doméstico, uma vez que os contratos asseguravam que 95% era exportado para a África do Sul durante pelo menos os primeiros 10 anos, sendo apenas 5% atribuídos à ENH. O acordo celebrado entre a África do Sul e Moçambique para o gás foi descrito como altamente vantajoso para a África do Sul, com os comentadores a descreverem o preço que a SASOL paga pelo gás como “muito generoso”.¹²⁰

Após o aumento da produção dos campos, foi assinado um novo acordo em 2012 que dividia a produção em 50/50 entre a Sasol e a ENH. No entanto, não se verificou um aumento perceptível das receitas do governo de Moçambique com o projecto. Em suma, isto deve-se ao facto de a quota-parte de gás da ENH ter sido utilizada para abastecer várias centrais eléctricas de gás para energia que têm ligações a “diferentes constelações da elite governante” e das quais foram extraídas rendas significativas de acordos favoráveis de longo prazo assinados com o fornecedor estatal de energia de Moçambique.¹²¹ Como observam os analistas, “a elite dominante no poder utiliza este investimento para apoiar a sua própria acumulação e assegurar recursos para o partido FRELIMO e para as principais facções da elite no poder”.¹²² A investigação demonstrou de forma conclusiva que o acordo “resultou na perda de receitas para o governo Moçambicano e, por conseguinte, os benefícios esperados não foram totalmente realizados”.¹²³

Esta breve descrição do investimento no gás de Pande-Temane indica como a quota do governo Moçambicano, através da ENH, no gás da Bacia do Rovuma pode ser usada para extrair rendimentos assim que a produção começar. Indica também que não se pode presumir que os interesses do governo Sul-Africano em Moçambique

118 “The Industrial Development Corporation of South Africa (IDC) has increased its stake in Mozal aluminium, the largest aluminium smelter in the sub-Saharan Africa”, Industrial Development Corporation, 2 de novembro de 2022, <https://www.idc.co.za/the-industrial-development-corporation-of-south-africa-idc-has-increased-its-stake-in-mozal-aluminium-the-largest-aluminium-smelter-in-sub-saharan-africa/>. Acedido a 26 de julho de 2023.

119 ‘Welcome to Mozal’, apresentação em PowerPoint, bhpbilliton, sem data, p. 5.

120 Salimoa, P., Buura, J., Macuaneb, J., ‘The politics of domestic gas: The Sasol natural gas deals in Mozambique’, *The Extractive Industries and Society*, 7, 2020, p. 1223.

121 Salimoa, 2020, p. 1225.

122 Salimoa, 2020, p. 1220.

123 Mondliwa, P. & Roberts, S., ‘Economic Benefits of Mozambican Gas for SASOL and the South African Government’, Centro de Concorrência, Regulação e Desenvolvimento Económico, Universidade de Joanesburgo, Documento de Trabalho 23, 2017, p. 1.

sejam no melhor interesse de ambos os países. O comportamento da SASOL na primeira fase do projecto é especialmente revelador, dado que a IDC e o Governo Sul-Africano detêm uma participação significativa na SASOL.

INTERESSES FINANCEIROS NA ÁREA 1 DA TOTALENERGIES

A Área 1 da Bacia do Rovuma é propriedade de um consórcio de empresas, conforme indicado no quadro abaixo.¹²⁴ A TotalEnergies adquiriu a sua quota em 2019 por 3,9 mil milhões de dólares à empresa de exploração petrolífera Anadarko, sediada nos EUA.

Proprietário	Quota-parte
TotalEnergies (França)	26.50
ENH (Moçambique)	15
Mitsu (Japão)	20
ONGC Videsh Ltd (India)	10
Beas Mozambique Rovuma Energy Ltd (India)	10
BPRL Ventures Mozambique BV (India)	10
PTTEP Mozambique Area 1 Limited (Tailândia)	8.5

A TotalEnergies anunciou em 2020 que foram angariados 14,9 mil milhões de dólares para o projecto em financiamento da dívida proveniente de oito agências de crédito à exportação, 19 bancos comerciais, do Banco Africano de Desenvolvimento (400 milhões de dólares) e do DBSA.

¹²⁴ West & Lepiz, 2021, (2021), p. 6.

INVESTIMENTOS PRIVADOS SUL-AFRICANOS NA ÁREA 1 DA TOTALENERGIES

Quatro bancos comerciais da África do Sul estão envolvidos no financiamento da Área 1 e comprometeram-se a conceder empréstimos no valor de 1,035 mil milhões de dólares.¹²⁵

Banco	Montante investido \$ milhões
Standard Bank	485
ABSA	300
Rand Merchant Bank	100
Nedbank	150

O Standard Bank é o maior mutuário comercial do projecto. É de notar que tanto o Standard Bank como o Rand Merchant Bank (\$100 milhões) também emprestaram dinheiro à Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito Coral Sul na Área 4. O Standard Bank é também um dos principais patrocinadores da Cimeira de Gás e Energia de Moçambique de 2023.¹²⁶

Standard Bank

Antes de explorar o papel dos investimentos das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) estatais Sul-Africanas no projecto TotalEnergies, vale a pena examinar brevemente a relação específica que o Standard Bank tem com o GNL em Moçambique. Em 2019, o banco publicou o que descreve como uma “avaliação independente e objectiva” do impacto macroeconómico da extração de GNL da primeira fase da Área 4 (propriedade da ExxonMobil e da ENI) na economia Moçambicana.

Em suma, o relatório apoia fortemente a extração de gás natural em Moçambique, alegando que se trata de uma “situação em que todos ganham”, que será um “benefício para todos” e “faz sentido para Moçambique”. O gás natural não só produzirá um “enorme fluxo de receitas futuras”, como também fornecerá “a base para vários fluxos de receitas e desenvolvimentos económicos conexos e auxiliares”. Para tal, criará pelo menos 250 000 postos de trabalho (directos e induzidos); tornando-se a “principal fonte única de pagamento da dívida externa pendente de Moçambique”; e acrescentando entre 15 e 18 mil milhões de dólares ao PIB anual de Moçambique. O relatório afirma que “os resultados são altamente atractivos

125 Mozambique: LNG Mozambique - Financiers', Banktrack, 2022, https://www.banktrack.org/project/mozambique_Ing. Acedido a 25 de julho de 2023

126 '2023 Sponsors', Cimeira do Gás e Energia de Moçambique, https://www.mozambiqueenergysummit.com/sponsors-partners/2023-sponsors/?utm_source=google-search&utm_medium=cpc&utm_term=&utm_content=&utm_campaign=delprom. Acedido a 22 de agosto de 2023.

para o governo de Moçambique” e insta fortemente o governo a “assumir um papel de liderança na criação das condições comerciais, fiscais e legais adequadas para permitir o desenvolvimento atempado”.¹²⁷

Dado que o Standard Bank já tinha investido milhões de dólares americanos na Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito Coral Sul em 2018 e estava prestes a investir mais 485 milhões de dólares americanos no projecto da TotalEnergies, existe um claro conflito de interesses entre a sua alegada “avaliação independente e objectiva” do potencial económico do gás natural em Moçambique e as suas actividades em curso nesse mesmo sector.¹²⁸ Este conflito de interesses compromete seriamente a veracidade das conclusões do relatório. Isto é especialmente preocupante porque as IFDs Sul-Africanas podem ter revisto o relatório do Standard Bank durante as suas deliberações de investimento e procedimentos de diligência devida. Ao publicar este relatório, o Standard Bank estava a contribuir para a criação de uma “narrativa de recursos credível”, tal como referido acima.

Investimentos de empresas estatais Sul-Africanas na Área 1 da TotalEnergies

Nada menos que 18% de todo o financiamento público internacional para o gás em países de baixo e médio rendimento foi para Moçambique entre 2017 e 2019.¹²⁹ Parte deste financiamento público veio de três empresas estatais Sul-Africanas que utilizaram fundos públicos para ajudar a financiar o projecto da TotalEnergies:

Empresa pública	Montante investido \$ milhões	Data do investimento
Banco de Desenvolvimento da África Austral	120	July 2020
Corporação de Desenvolvimento Industrial	300	August 2019
Corporação de Seguros de Crédito à Exportação da África do Sul	800 ¹³⁰	2020

127 ‘Rovuma LNG Project: Macroeconomic Study’, Standard Bank, 19 March 2019, pp. ii – v.

128 O Standard Bank também beneficia de outras formas destes negócios. Por exemplo, é o agente da facilidade comercial, o banco da conta onshore e o fiduciário de segurança para o projecto Coral FLNG. Ver, “Standard Bank and ICBC finance Mozambique LNG deal”, African Global Funds, 22 de janeiro de 2018, <https://www.africaglobalfunds.com/news/investors/standard-bank-and-icbc-finance-mozambique-lng-deal/>. Acedido a 23 de agosto de 2023.

129 Muttitt, 2021, p. 9.

130 Metade deste montante é ressegurado pelo Afreximbank, que faz parte do Banco Africano de Desenvolvimento. Ver “Relatório Anual”, Export Credit Insurance Corporation of South Africa, 2020, p. 25.

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Justificativa

O DBSA declara que o seu mandato é “Construir a Prosperidade de África, impulsionando o crescimento inclusivo e encontrando soluções inovadoras que estimulem o desenvolvimento socioeconómico em todo o continente Africano”. Fá-lo promovendo “o crescimento económico, bem como a integração regional para projectos e programas de desenvolvimento sustentável na África do Sul, na SADC e na África Subsariana em geral”. A Comissão afirma que, ao “alargar o acesso ao financiamento do desenvolvimento e ao integrar e aplicar eficazmente soluções de desenvolvimento sustentável”, irá “melhorar a qualidade de vida das pessoas através do desenvolvimento de infra-estruturas sociais: apoiar o crescimento económico através do investimento em infra-estruturas económicas: apoiar a integração regional: e promover a utilização sustentável de recursos escassos”.¹³¹ Este compromisso com o desenvolvimento regional deve também ser visto no contexto da formação da SADC em 1992, que tem como objectivo “aumentar a integração regional, com base em princípios democráticos, e o desenvolvimento equitativo e sustentável”.¹³²

Ao anunciar o seu investimento no projecto da TotalEnergies, Mpho Mokwele, responsável pelo financiamento de projectos na DBSA, declarou que “este investimento está em conformidade com o mandato da DBSA, que procura promover o desenvolvimento regional através de parcerias e do aproveitamento de competências e conhecimentos especializados dos sectores público e privado. Juntamente com outras iniciativas semelhantes na bacia do Rovuma, o projecto irá catalisar as aspirações de industrialização do gás da África do Sul e a implementação de projectos de gás para energia”. Além disso, chamou a atenção para o facto das empresas Sul-Africanas beneficiarem com o fornecimento de equipamento e serviços para o projecto. Por último, reconheceu o papel que o gás desempenhará “como fonte de energia alternativa”.¹³³

O economista-chefe da DBSA, Zeph Nhleko, declarou recentemente que a decisão de financiar o projecto deve ser vista no contexto mais vasto daquilo que descreveu como o “fosso energético” na África Austral. Trata-se de uma “lacuna energética” caracterizada por limitações de fornecimento e disponibilidade que, segundo ele, impede o desenvolvimento contínuo da África Austral. Assim, o projecto foi financiado porque se diz que cumpre o mandato específico de desenvolvimento do banco.¹³⁴

131 'About Us', Banco de Desenvolvimento da África Austral, <https://www.dbsa.org/about-us>. Acedido a 8 de agosto de 2023.

132 'SADC Objectives', Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, sem data, <https://www.sadc.int/pages/sadc-objectives>. Acedido a 26 de julho de 2023.

133 'DBSA yields dividends in Mozambique's Liquefied Natural Gas Project', Comunicado de imprensa, Banco de Desenvolvimento da África do Sul, 20 de julho de 2022, <https://www.dbsa.org/press-releases/dbsa-yields-dividends-mozambiques-liquefied-natural-gas-project>. Acedido a 27 de julho de 2023.

134 Zeph Nhleko, Economista-Chefe do Banco de Desenvolvimento da África Austral, entrevista ao autor, 17 de julho de 2023.

Este investimento no gás Moçambicano não foi o primeiro feito nos últimos anos pelo DBSA. O seu relatório anual de 2019 refere que o banco forneceu “aprovações de financiamento significativas para projectos de transporte de eletricidade e GNL em Moçambique”.¹³⁵ Este facto parece estar relacionado com o que o banco descreve como “apoio ao desenvolvimento” prestado à Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, o que sugere que o DBSA prestou apoio a Moçambique para o ajudar a explorar os seus recursos de gás.¹³⁶

Políticas de orientação

A tomada de decisões no DBSA é orientada pelos seus documentos de política e pelas suas estruturas internas de governação empresarial, que avaliam se os investimentos estão em conformidade com as políticas e os objectivos gerais do banco. Foram adoptados vários documentos de política que são especialmente aplicáveis à decisão do banco de financiar o GNL em Moçambique em 2020:¹³⁷

1. 2014 - Quadro de Avaliação Ambiental.
2. 2014 - Directrizes sociais e institucionais.
3. 2018 - Quadro da Política de Alterações Climáticas (projecto).
4. 2018 - Normas de Salvaguardas Ambientais e Sociais.
5. Anual - Análises de Sustentabilidade.

Estes documentos destinam-se a garantir que os investimentos do DBSA respeitam os objectivos globais de desenvolvimento do banco, tal como acima descritos.

Quadro de avaliação ambiental

Antes de ser tomada qualquer decisão de investimento, esta é avaliada à luz do Quadro de Avaliação Ambiental (QAA) do Banco, concebido para garantir que os projectos contribuem para um “desenvolvimento socioeconómico sustentável na região”. Para tal, o QAA identifica “potenciais fontes de risco ambiental durante a avaliação de projectos e programas, relacionadas, entre outras, com: alterações climáticas, impacto ambiental natural e construído, conformidade legal, capacidade institucional e preocupações públicas e políticas”.

Os projectos são submetidos a um processo de triagem inicial que atribui uma categoria básica de risco ambiental e uma estimativa de quaisquer potenciais implicações de GEE. Em seguida, é realizada uma avaliação do impacto do projecto “através de contactos com os clientes, visitas ao local e análise de informações e documentos”. Como parte desta avaliação de risco, todos os investimentos

135 ‘2019 Integrated Annual Report’, Development Bank of Southern Africa, 2019, p. 70.

136 ‘DBSA yields dividends in Mozambique’s Liquefied Natural Gas Project’, Comunicado de imprensa, Banco de Desenvolvimento da África do Sul, 20 de julho de 2022, <https://www.dbsa.org/press-releases/dbsa-yields-dividends-mozambiques-liquefied-natural-gas-project>. Acedido a 27 de julho de 2023. O DBSA afirma que “apoia o planeamento e o desenvolvimento de projectos, a defesa e a criação de parcerias para a mobilização de recursos”, Relatório Anual Integrado, Banco de Desenvolvimento da África Austral, 2021, p. 33.

137 O DBSA pode utilizar outros documentos para avaliar os riscos ambientais e de sustentabilidade dos projectos, mas todas as tentativas de obter acesso a documentos adicionais foram rejeitadas pelo DBSA com base na confidencialidade.

são submetidos a avaliações da “pegada de carbono”, “GEE” e “resiliência/vulnerabilidade climática”. Estas avaliações resultam depois na criação de um “relatório global de avaliação do impacto ambiental” e de uma “classificação do risco ambiental do projecto”.¹³⁸

Após a identificação de todos os riscos, os projectos recebem “classificações de risco quantitativas” que são utilizadas para ajudar “na tomada de decisões e servem como uma ferramenta de gestão do impacto e do risco que apoia a atividade da DBSA no que diz respeito à sustentabilidade ambiental”.¹³⁹

Orientações sociais e institucionais

Todos os projectos são também sujeitos a uma avaliação social que visa garantir que os projectos são “socialmente sólidos e sustentáveis”. Como tal, os projectos são avaliados quanto a qualquer “potencial risco social”.¹⁴⁰ Esta avaliação social é orientada por vários princípios que incluem “o compromisso com uma governação empresarial eficaz; a promoção da transparência e da divulgação por parte dos clientes; o cuidado com os direitos dos accionistas e das comunidades afectadas; a garantia de envolvimento público com as comunidades afectadas”. Em termos de envolvimento da comunidade, as Directrizes Sociais e Institucionais (DSI) do DBSA afirmam que as comunidades devem estar sempre totalmente informadas sobre o que está a acontecer e devem poder articular os seus pontos de vista em qualquer altura. As directrizes também afirmam que deve haver uma avaliação do “ambiente sociopolítico do projecto” para garantir que “a comunidade está preparada para receber o projecto”.

Os eventuais impactos negativos do projeto devem ser avaliados, assim como as medidas para os atenuar. Por último, as DSI afirmam que deve existir um “plano de monitorização” porque “as questões sociais são fluidas”. De facto, as questões de risco social devem ser institucionalizadas ‘ao longo de toda a cadeia de valor do investimento ... desde a implementação até ao encerramento’.¹⁴¹

Quadro da Política de Alterações Climáticas (projecto)

No seu Quadro de Política para as Alterações Climáticas (CCPF), o DBSA reconhece que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris “exigem que as IFD, como o DBSA, alinhem os modelos de desenvolvimento e financiamento dos países, das partes interessadas e dos sectores para apoiar as intervenções no domínio das alterações climáticas”. Neste contexto, o banco identificou três acções que pode tomar para “impulsionar intervenções para fazer face às alterações climáticas”. São elas:

138 ‘Environmental Appraisal Framework: Executive Summary’, Development Bank of Southern Africa, 2014, pp. 3 – 4.

139 ‘Environmental Appraisal Framework: Executive Summary’, p. 1.

140 ‘Social and Institutional Guidelines: Summary’, Development Bank of Southern Africa, 2014, p. 1.

141 ‘Social and Institutional Guidelines: Summary’, pp. 2 – 4.

1. Promover a liderança e aumentar os volumes de financiamento da luta contra as alterações climáticas.
2. Reforçar a devida diligência para incorporar trajectórias de baixo carbono e resilientes dos países em potenciais investimentos.
3. Seletividade das operações: contribuir para aumentar os fluxos financeiros e de investimento em apoio das intervenções no domínio das alterações climáticas.

De acordo com o DBSA, estas três acções fornecerão “uma estrutura para implementar, desenvolver e rever a estratégia do Banco para as alterações climáticas em apoio dos seus objectivos anuais em matéria de alterações climáticas”.¹⁴² Estes objectivos incluem a Contribuição Nacionalmente Determinada da África do Sul em termos do Acordo de Paris. É importante notar que o CCPF também obriga o DBSA a “documentar como e se um potencial investimento do DBSA no continente se alinha com as intervenções nacionais em matéria de alterações climáticas, sempre que relevante”.¹⁴³ Além disso, o DBSA afirma que o seu “mandato apoia o seu papel de liderança climática na região”.¹⁴⁴

O CCPF chama a atenção para o que descreve como “business case for addressing climate change in infrastructure financing”. Chama especificamente a atenção para vários riscos que as alterações climáticas representam para os investimentos em infra-estruturas. Estes incluem os riscos de assumir compromissos de empréstimos financeiros a longo prazo para projectos de infra-estruturas que não são totalmente realizados devido aos impactos das alterações climáticas. O CCPF chama especificamente a atenção para o “risco de transição ou de activos “irrecuperáveis””, que “resultam de alterações políticas, jurídicas, tecnológicas e de mercado para uma transição para uma economia de baixo carbono”. Concomitantemente, assinala também o perigo muito real de os investimentos conduzirem a uma dependência da trajetória tecnológica, o que resultará no “bloqueio” a longo prazo dos níveis de emissões e fará recair o ónus dos custos desses níveis de emissões sobre a sociedade em geral “¹⁴⁵

O CCPF também refere que, ao efectuar investimentos, é necessário ter em conta a forma como os impactos das alterações climáticas, tais como fenómenos meteorológicos graves, prejudicarão as infra-estruturas vitais. O documento refere que “o planeamento eficaz a longo prazo para um clima em mudança, juntamente com o planeamento financeiro a longo prazo dos activos de infra-estruturas, é parte integrante da salvaguarda das comunidades e indústrias, da garantia da continuidade das actividades e da protecção e preservação do ambiente natural”¹⁴⁶.

142 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', Development Bank of Southern Africa, Abril 2018, pp. 3 - 4.

143 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', p. 6.

144 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', p. 14.

145 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', pp. 9 -10.

146 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', p. 9.

O CCPF afirma que, quando considerado com outros documentos políticos, como o Quadro de Avaliação Ambiental, o “DBSA adopta uma abordagem integrada para avaliar as propostas de investimento, considerando factores ambientais, sociais, económicos, financeiros e sectoriais em cada fase da cadeia de valor do investimento”. Esta abordagem integrada, argumenta, permitiu-lhe criar um Quadro de Relatórios sobre os Resultados do Desenvolvimento (DRRF) “para assegurar um alinhamento e sinergias eficazes entre os processos de avaliação e monitorização e avaliação das salvaguardas ambientais e sociais, de modo a permitir a elaboração de relatórios eficazes”. Este quadro inclui:

Modelo de resultados do desenvolvimento – tpara incluir indicadores e objectivos relativos às alterações climáticas.

Quadro de Resultados do Desenvolvimento – consolida indicadores, monitorização e dados recebidos para permitir que os relatórios relevantes sejam incluídos nos relatórios integrados anuais.

Relatório de Sustentabilidade – a DBSA apresenta relatórios trimestrais ao seu Comité Social e de Ética.¹⁴⁷

Note-se que não é claro como, ou mesmo se, o CCPF foi utilizado para tomar a decisão de investir em GNL em Moçambique. O documento ainda estava em fase de projecto em 2018, e há várias instâncias no documento em que se refere que ainda não está finalizado.

Normas de salvaguardas ambientais e sociais¹⁴⁸

De acordo com o DBSA, o documento Normas de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESSS) é “um guia de referência para ajudar os clientes do DBSA a gerir os riscos e impactos ambientais e sociais do projecto e a melhorar o desempenho ambiental e social do projecto”. Argumenta que, se os clientes, como a TotalEnergies, aderirem à ESSS, estarão “mais seguros de cumprir as condições de financiamento social e ambiental do DBSA, acelerando assim o processo de aprovação associado aos pedidos de empréstimo”. Em suma, a ESSS “especifica as normas utilizadas pelo DBSA para gerir os riscos sociais e ambientais na sua tomada de decisões de investimento”.¹⁴⁹

A ESSS inclui 11 normas, das quais as seguintes 10 são relevantes para o projecto TotalEnergies¹⁵⁰ :

147 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', p. 18

148 Este documento de 2020 é, de acordo com o DBSA, uma versão “refinada” da versão de 2018 do mesmo documento. O DBSA recusou pedidos de acesso à versão de 2018 do documento. Ver “Environmental and Social Safeguards Standards”, Banco de Desenvolvimento da África Austral, 2020, p. 2.

149 'Environmental and Social Safeguards Standards', Development Bank of Southern Africa, 2020, pp. 2 & 16.

150 A norma 11 refere-se à segurança das barragens

1. ESSF1: Análise do projecto: Riscos, Impactos e Oportunidades Ambientais e Sociais

O ESSF1 foi concebido para “analisar o projecto o mais cedo possível, para categorizar e gerir o projecto de acordo com o grau de risco ambiental e social”. O ESSF1 exige que os clientes “analisem e comuniquem as emissões de gases com efeito de estufa, os impactos das alterações climáticas, as medidas de atenuação e adaptação às alterações climáticas e as estimativas das emissões de carbono”. Além disso, os clientes devem “desenvolver um quadro integrado de gestão ambiental e social para abordar e gerir os riscos e impactos/dependências ambientais e sociais do projecto e promover melhores resultados ambientais e sociais”.

Em termos de risco, o ESSF1 ilustra claramente que o projecto TotalEnergies seria considerado um investimento de categoria 1. O DBSA caracteriza os investimentos em três categorias, sendo os investimentos de categoria 1 caracterizados como investimentos de “risco elevado e substancial”. Todos os projectos que são “grandes empreendimentos de petróleo e gás, incluindo grandes oleodutos” ou que incluem planos de “reinstalação” são considerados investimentos de categoria 1.¹⁵¹ Em termos de ESSF1 especificamente, o projecto TotalEnergies tem riscos ambientais e sociais “substanciais” associados porque “os impactos ambientais gerados por estes projectos são susceptíveis de ser significativos, amplos e diversificados. Podem ser irreversíveis e conduzir a impactos significativos no ambiente social, físico e biológico, bem como a alterações na utilização dos solos”.¹⁵²

No mínimo, os projectos da Categoria 1 devem incluir: um Relatório de Avaliação Ambiental e Social; uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social; um Plano de Gestão Ambiental e Social; e um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. Além disso, o cliente deve “avaliar, gerir e monitorizar os riscos, impactos e resultados ambientais e sociais do projecto ao longo do ciclo de vida do projecto de uma forma e dentro de um prazo aceitável para a DBSA”. A intensidade deste controlo será negociada entre o cliente e o DBSA em termos de “riscos e impactos ambientais e sociais do projecto”.¹⁵³

2. ESSF2: Envolvimento das partes interessadas e divulgação de informações

O DBSA define “partes interessadas” como “beneficiários do projecto, partes afectadas pelo projecto e outras partes interessadas”. Observa que o ESSF2 foi concebido para garantir que: existe uma relação construtiva entre todas as partes interessadas; todas as partes interessadas podem exercer os seus direitos; todas as partes interessadas recebem “informações adequadas sobre os riscos e impactos ambientais e sociais do projecto de uma forma compreensível,

151 A DBSA considera os investimentos da categoria 2 como de “risco médio”, enquanto os da categoria 3 são descritos como investimentos de “baixo risco”.

152 ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, pp. 21 - 22.

153 ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, pp. 24 - 25.

transparente e adequada que lhes permita fazer escolhas informadas”; e que as partes interessadas disponham de “meios acessíveis e inclusivos para apresentar as suas queixas e permitir que o Cliente responda efetivamente às preocupações manifestadas de uma forma abrangente”. O documento estabelece ainda que todas as informações devem ser fornecidas nas “línguas locais relevantes e de forma acessível e culturalmente adequada”.

O DBSA afirma que estes objectivos serão alcançados através de um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas que é acordado por todas as partes interessadas, e pela criação de um Plano de Grupos Vulneráveis.¹⁵⁴ É interessante notar que a ESSS2 refere que os princípios do CLPI são “essenciais para qualquer investimento realizado na África do Sul que seja patrocinado por instituições do sector público”. A DBSA não se compromete a seguir os princípios do FPIC para investimentos efectuados fora da África do Sul.¹⁵⁵

3. ESSS3: Integração da perspectiva de género

Todos os clientes devem demonstrar que compreenderam e tiveram em conta quaisquer riscos e impactos relacionados com o género que um projecto possa representar. Além disso, devem mostrar especialmente como o género foi “integrado” nos seus projectos. Para tal, deve ser elaborado um Plano de Ação de Género para garantir “que as mulheres e as meninas sejam consideradas nos processos de planeamento, implementação e monitorização do projecto. Se houver efeitos adversos, o promotor do projecto terá de garantir que estes são evitados, minimizados, atenuados ou compensados”.¹⁵⁶

4. ESSS4: Populações Indígenas

O ESSS4 estabelece que os clientes devem assegurar que “o processo de desenvolvimento respeita os direitos humanos, a dignidade, as aspirações, a cultura e os meios de subsistência baseados nos recursos naturais das populações indígenas”. Por conseguinte, os clientes devem reconhecer “os direitos socioeconómicos das populações indígenas e o acesso a serviços, incluindo assistência social, cuidados de saúde, educação, água, eletricidade, habitação, meios de subsistência económica e emprego”. É importante referir que, quando os impactos negativos são “inevitáveis”, os clientes devem “minimizar, restaurar e/ou compensar estes impactos de uma forma culturalmente adequada e proporcional à natureza, escala, impactos e níveis de vulnerabilidade da comunidade das Populações Indígenas afetada”. Para atingir estes objectivos, deve ser elaborado um Plano para as Populações Indígenas abrangente, em plena consulta com os membros da comunidade.

É feita uma referência especial à terra. O ESSS4 refere que ‘as populações indígenas são particularmente vulneráveis se as suas terras e recursos forem transformados, invadidos ou significativamente degradados’. Se o acesso à terra for perdido por

154 ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 30.

155 ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 31.

156 ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 38.

um empreendimento, então os clientes devem, no mínimo, ‘identificar os recursos de substituição equivalentes, fornecer uma compensação adequada e identificar meios de subsistência alternativos’.¹⁵⁷

5. ESSF5: Deslocação e reinstalação induzidas pelo desenvolvimento

Através da criação de um Plano de Ação de Reinstalação, esta Norma procura “mitigar os impactos sociais e económicos adversos inevitáveis da aquisição de terras ou das restrições ao uso da terra, compensando atempadamente a perda de bens ao custo de substituição e ajudando as pessoas deslocadas a melhorar, ou pelo menos a restaurar, os seus meios de subsistência e padrões de vida aos níveis anteriores à deslocação”. A ESSF5 afirma que todas as pessoas deslocadas devem receber “habitação adequada, acesso a serviços e instalações e segurança de posse” após a “divulgação adequada de informações” e a realização de “consultas significativas”. Também compromete os clientes a assegurar que “concebem e executam actividades de reinstalação como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo recursos de investimento suficientes para permitir que as pessoas deslocadas beneficiem directamente do projecto”.¹⁵⁸

6. ESSF6: Trabalho e condições de trabalho

O objectivo do ESSF6 é “promover o tratamento justo, a não discriminação e a igualdade de oportunidades para os trabalhadores do projecto”. De interesse específico para o projecto TotalEnergies, o documento refere que “ao implementar despedimentos colectivos, considerar alternativas à contenção. Quando a redução de efectivos for inevitável, desenvolver e implementar um plano de redução de efectivos para mitigar os impactos adversos da redução de efectivos nos trabalhadores. Não existe uma injunção específica nesta Norma para dar prioridade ao emprego de pessoas afectadas por um desenvolvimento”.¹⁵⁹

7. ESSF7: Saúde e segurança da comunidade

A principal preocupação do ESSF7 é “antecipar e evitar impactos adversos na saúde e segurança das comunidades afectadas pelo projecto durante o ciclo de vida do projecto”. Isto deve incluir quaisquer riscos para os membros da comunidade que sejam colocados num “contexto de conflito ou pós-conflito”. Em termos de disposições de segurança, o documento refere que todos os empregados que prestam serviços de segurança, quer sejam privados ou públicos, devem sempre “actuar dentro da lei”.¹⁶⁰

8. ESSF8: Património cultural

Observando que o respeito pelo património cultural é uma parte fundamental do desenvolvimento sustentável, o ESSF8 visa “proteger o património cultural dos

¹⁵⁷ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, pp. 40 - 42

¹⁵⁸ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 45.

¹⁵⁹ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, pp. 52 - 53.

¹⁶⁰ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 56.

impactos adversos das actividades do projecto e apoiar a sua preservação”. Isto é feito através da criação e implementação de Planos de Gestão do Património Cultural. ¹⁶¹

9. ESSF9: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos

Esta Norma foi concebida para proteger a biodiversidade e manter todos os benefícios derivados da mesma na área do projecto. Espera-se que o faça evitando, minimizando e mitigando “os impactos sobre a biodiversidade e compensando os impactos residuais significativos, quando apropriado, com o objectivo de não conseguir uma perda líquida ou um ganho líquido de biodiversidade”. Este objectivo deve ser alcançado através da criação e aplicação de um Plano de Gestão da Biodiversidade (ou do Ecossistema). Este plano deve ter em conta e atenuar “as principais ameaças à biodiversidade e aos serviços ecossistémicos, tais como a poluição e a contaminação, a conversão dos solos, a fragmentação dos habitats, a perda de habitats naturais, a desflorestação, a sobre-exploração, as alterações hidrológicas, a carga de nutrientes, os impactos das alterações climáticas, as espécies exóticas invasoras, as barreiras migratórias, a captura de animais selvagens, a colheita de espécies endémicas e da flora e fauna ornamentais indígenas e a caça furtiva de animais selvagens”. A ESSF9 afirma que um cliente não empreenderá quaisquer actividades de projecto a menos que ‘um programa de monitorização e avaliação da biodiversidade robusto, adequadamente concebido e a longo prazo seja integrado no programa de gestão do cliente’. ¹⁶²

10. ESSF10: Eficiência de Recursos, Prevenção e Gestão da Poluição

Esta norma existe para “promover a utilização sustentável e eficiente da energia, água, outras matérias-primas e recursos naturais” e “promover a adopção e divulgação de tecnologias e práticas mais limpas”. Em termos de emissões de GEE, a ESSF10 afirma que todas as potenciais emissões brutas e líquidas de GEE dos projectos devem ser estimadas e monitorizadas para permitir que o DBSA acompanhe as emissões de GEE dos projectos. Além disso, ao longo da vida de um projecto, os clientes devem “analisar, implementar e avaliar técnicas de prevenção da poluição dos recursos e medidas de mitigação relevantes”. ¹⁶³

A ESSF10 refere que se um projecto tiver impacto na quantidade de água, então os clientes devem “incluir testes de stress de seca e/ou criação de cenários nos planos de viabilidade do projecto final” para que os projectos “asseguem um resultado líquido positivo para a bacia hidrográfica afectada e os seus utilizadores”. ¹⁶⁴

¹⁶¹ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 59.

¹⁶² ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, pp. 63 - 64.

¹⁶³ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 69.

¹⁶⁴ ‘Environmental and Social Safeguards Standards’, p. 68.

Análises de sustentabilidade

Todos os anos, o DBSA publica também a sua Análise de Sustentabilidade, que fornece “às partes interessadas uma compreensão do nosso impacto no desenvolvimento e na sustentabilidade”.¹⁶⁵ Apesar do DBSA ter investido no projecto TotalEnergies em 2020, não há qualquer menção ao projecto nas Análises de Sustentabilidade de 2021 ou 2022.

Processos de tomada de decisões

O DBSA é gerida por um Conselho de Administração que é, em última análise, responsável por todas as decisões de investimento. O trabalho do Conselho de Administração é apoiado por cinco Comités do Conselho de Administração:

Comité Directivo	Função
Auditoria e Risco	Supervisiona o quadro de controlo interno do DBSA e o cumprimento das leis e regulamentos.
Crédito e investimento	Analisa a estratégia de crédito e a gestão do risco de crédito
Recursos Humanos	Supervisiona os recursos humanos no âmbito do DBSA
Social e ética	Supervisão e elaboração de relatórios sobre a ética organizacional ética organizacional, cidadania empresarial responsável, esenvolvimento sustentável e relação com as partes interessadas.
Fornecimento de infraestruturas e gestão do conhecimento	Supervisiona a implementação dos programas de fornecimento de infra-estruturas e a função de gestão do conhecimento

Existe também um Comité de Gestão Executivo com quatro comités de direcção: activos e passivos; gestão da cadeia de abastecimento; investimento; e realização de infra-estruturas.¹⁶⁶

Antes de qualquer potencial investimento ser analisado pela Direção Executiva ou pelos comités do Conselho de Administração, é submetido a um processo de “due diligence” ou de seleção que explora as implicações técnicas, legais, sociais,

¹⁶⁵ ‘Sustainability Review’, Development Bank of Southern Africa, 2020, p. 4.

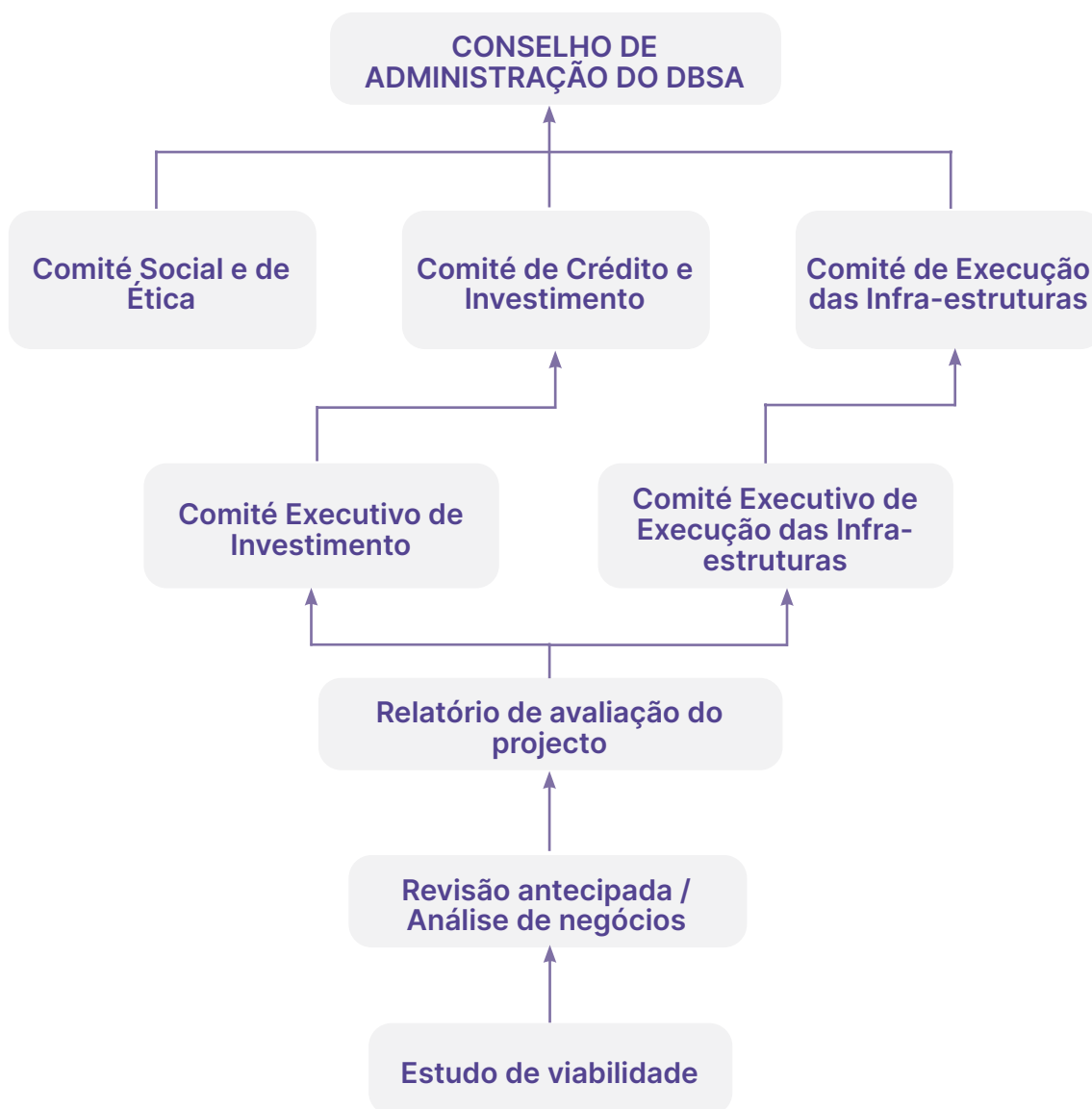
¹⁶⁶ ‘2019 Integrated Annual Report’, Development Bank of Southern Africa, 2019, p. 47.

económicas e ambientais de cada um dos projectos em consideração.¹⁶⁷ Esta diligência devida resulta num “relatório de avaliação” do projecto, que é depois analisado pelos comités de Investimento e de Infra-estruturas da Direcção Executiva. Se estes comités recomendarem o investimento num projecto, este é transmitido aos Comités Social e de Ética, de Crédito e Investimento e de Execução de Infra-estruturas do Conselho de Administração que, se o recomendarem, é transmitido ao Conselho de Administração para aprovação final.¹⁶⁸

O diagrama seguinte aproxima o processo de tomada de decisão no âmbito do DBSA com base nos seus documentos publicamente disponíveis.

167 Zeph Nhleko, 17 Julho 2023.

168 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', p. 17.



Aparentemente, o Comité de Crédito e Investimento do Conselho de Administração é de importância primordial nesta hierarquia de tomada de decisões. Este comité pode tomar decisões de investimento em nome do Conselho de Administração e é responsável pela gestão de todos os riscos materiais a que o DBSA pode estar exposto.¹⁶⁹ Por seu turno, o Comité Social e de Ética do Conselho de Administração “supervisiona a ética organizacional, a cidadania empresarial responsável, o desenvolvimento sustentável e as relações com as partes interessadas, e apresenta relatórios sobre esta matéria”. Além de garantir o comportamento ético do pessoal do DBSA, é obrigado a “controlar as actividades do Banco, tendo em conta a legislação pertinente e os códigos de boas práticas, no que respeita ao

169 ‘Terms of Reference: Board Credit and Investment Committee’, Development Bank of Southern Africa, 2019

desenvolvimento social e económico, à boa cidadania empresarial, ao ambiente, à saúde e à segurança pública”, entre outros aspectos.¹⁷⁰

Após a aprovação dos investimentos, é iniciado um processo de gestão pós-investimento destinado a garantir que os projectos progridam como previsto. Se forem detectados “pontos fracos ou desafios”, o DBSA “intervirá”.¹⁷¹ Parte deste processo inclui a apresentação de relatórios trimestrais de sustentabilidade pelo DBSA ao Comité Social e de Ética do Conselho de Administração. De acordo com o seu Quadro de Política de Alterações Climáticas, o DBSA também “apoia a monitorização da revisão anual e o cumprimento das obrigações por parte dos clientes”.¹⁷²

A CORPORAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA ÁFRICA DO SUL

Justificativa

Embora o principal mandato da IDC seja o de prosseguir o desenvolvimento industrial da África do Sul, o seu mandato mudou na década de 1990 para lhe permitir utilizar os seus fundos para promover o “desenvolvimento e integração regionais” em África de forma mais ampla. Tanto na África do Sul como a nível regional, a IDC salienta que está “empenhada em promover um crescimento sustentável do ponto de vista ambiental”.¹⁷³

Ao discutir o seu investimento no projecto, a IDC descreveu o projecto como um “fator de mudança para o mercado de GNL” que “tem o potencial de impulsionar Moçambique para um dos cinco principais fornecedores mundiais”. Além disso, chamou a atenção para as potenciais oportunidades de negócio que proporcionava às empresas Sul-Africanas, referindo que “várias empresas Sul-Africanas beneficiarão directamente destes projectos para fornecer equipamento e serviços durante a construção e as operações”.¹⁷⁴

Políticas de orientação

A IDC tem dois documentos de política específicos que teriam sido aplicáveis ao seu investimento no projecto de GNL. São estes:

1. Política de Investimento Responsável de 2014.
2. Quadro Ambiental e Social de 2017 para a devida diligência.

170 'Terms of Reference: Social and Ethics Committee', Development Bank of Southern Africa, 2019.

171 Zeph Nhleko, 17 July 2023.

172 'Draft DBSA Climate Change Policy Framework', p. 19.

173 'About Us', Industrial and Development Corporation, <https://www.idc.co.za/about-us/>. Acedido a 10 de Agosto 2023.

174 'Integrated Annual Report 2020', Industrial Development Corporation, 2020, p. 39.

Tal como no caso do DBSA, estes documentos destinam-se a garantir que os investimentos em IDC se enquadram nos objectivos globais de desenvolvimento do banco.

Política de investimento responsável

Este documento refere que a IDC efectua um “processo de análise negativa” para garantir que os investimentos são “responsáveis”. Refere que “o investimento ético combina as considerações éticas, sociais e ambientais dos investidores com os seus objectivos financeiros. Para as empresas, isto implica que devem assumir a responsabilidade pelo efeito dos seus investimentos nos seres humanos e no ambiente”.¹⁷⁵

A política inclui uma “lista de exclusões” que proíbe o investimento em certos sectores (como o tabaco e as armas) ou quando “não foram efectuadas avaliações de impacto ambiental ou não estão disponíveis relatórios geológicos”. Refere que, se a IDC considerar que os fundos estão a ser utilizados de forma contrária à sua política de investimento responsável, “a IDC tem o direito de se retirar da transação”.¹⁷⁶ Por último, no que respeita às “melhores práticas em matéria de investimento ético”, a política afirma que “enquanto organização orientada para o desenvolvimento, o IDC deve liderar e não seguir a corrente dominante das empresas”.¹⁷⁷

Quadro ambiental e social para a devida diligência

Esta política foi concebida para “dar orientações a todas as partes interessadas relevantes durante o desenvolvimento do projecto, a devida diligência e as fases de pós-investimento sobre os requisitos ambientais e sociais da IDC (E&S)”.¹⁷⁸ O documento afirma que as considerações ambientais e sociais dos projectos devem ser incluídas para “atenuar os impactos permanentes e inaceitáveis no ambiente natural”. Isto significa que a probabilidade e a magnitude de quaisquer riscos ambientais e sociais devem ser devidamente avaliadas e que devem ser tomadas medidas ao longo dos projectos para evitar ou minimizar esses riscos.¹⁷⁹

Antes de qualquer investimento ser feito, todos os projectos recebem uma classificação de categoria de risco ambiental e social que categoriza os investimentos “em termos dos impactos ambientais e sociais inerentes à indústria, bem como dos impactos específicos do projecto e do local”. Os projectos da categoria A são aqueles que têm “potenciais impactos ambientais ou sociais adversos significativos que são diversos, irreversíveis ou sem precedentes”.¹⁸⁰ Um fator determinante que

¹⁷⁵ ‘Responsible Investment Policy’, Industrial Development Corporation, 2014, p. 1.

¹⁷⁶ ‘Responsible Investment Policy’, p. 6.

¹⁷⁷ ‘Responsible Investment Policy’, p. 4.

¹⁷⁸ ‘Environmental and Social Framework for Due Diligence’, Industrial Development Corporation, 2017, p. 1.

¹⁷⁹ ‘Environmental and Social Framework for Due Diligence’, pp. 2 -3.

¹⁸⁰ ‘Environmental and Social Framework for Due Diligence’, p. 8.

torna automaticamente um projecto de categoria A é o facto do projecto envolver “reinstalação involuntária”. Isto significaria que o projecto da TotalEnergies é um projecto de categoria A em termos das políticas da IDC.

Também são atribuídas classificações de risco ambiental e social aos projectos, que reflectem a capacidade dos clientes para compreender, gerir e minimizar os impactos ambientais e sociais. Por último, são atribuídas classificações ambientais e sociais aos projectos, que são utilizadas “para determinar as condições que podem ser impostas e a forma como os projectos serão monitorizados” após o investimento. A política refere que todos os projectos da Categoria A devem ser visitados pelo menos uma vez por ano.

No seu relatório anual de 2020, a IDC faz referência ao seu quadro ambiental e social para a devida diligência e afirma que utiliza “um sistema de classificação de projectos internacionalmente aceite que determina o tipo, o impacto e a escala do projecto para o nosso processo de devida diligência. Isto inclui uma análise de histórias de casos, a probabilidade de ocorrência de impacto ambiental e social em certas indústrias e a escala e calendário de um projecto”. Chama especificamente a atenção para a devida diligência que realiza junto das comunidades afectadas e afirma que todos os “impactos ambientais negativos” devem ser atenuados no âmbito dos projectos financiados. Por último, refere também que a IDC monitoriza “as emissões de carbono das nossas filiais e dos nossos principais investimentos e as suas políticas ambientais”.¹⁸¹

Processos de tomada de decisões

O IDC é gerido por um Conselho de Administração que é, em última instância, responsável por todas as decisões de investimento. O trabalho do Conselho de Administração é apoiado por cinco Comités do Conselho de Administração:

Comité de Direção	Função
Auditoria	Controla a adequação dos controlos financeiros e a integridade dos relatórios
Capital humano	Desenvolve políticas de remuneração, planos de recursos e objectivos de desempenho
Comité de Investimento	Analisa as transacções que lhe são mandatadas pelo Conselho de Administração e analisa as transacções com partes relacionadas

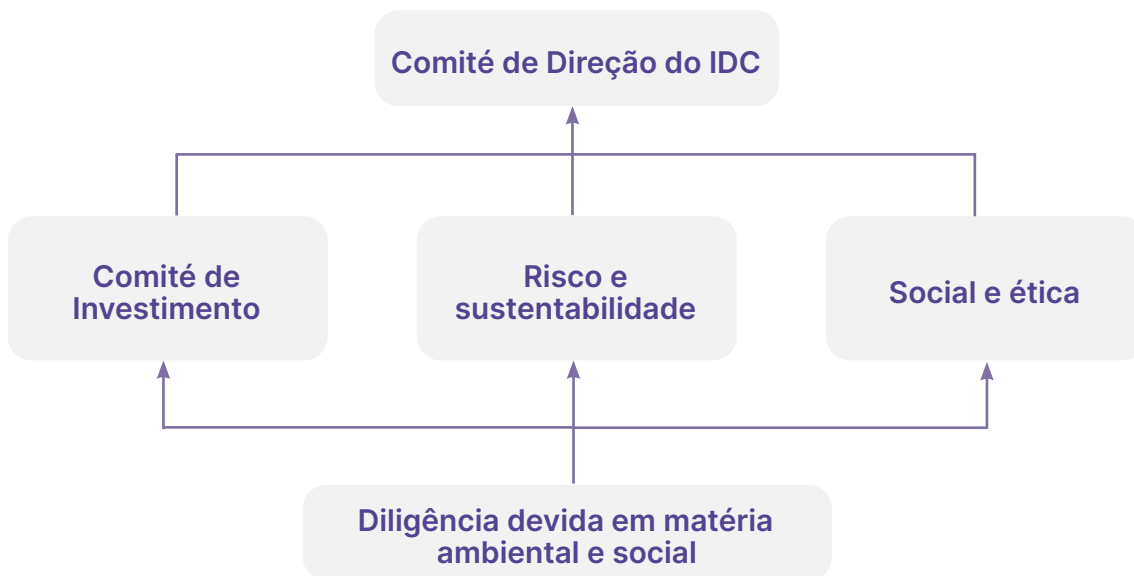
181 'Annual Report', Industrial Development Corporation, 2020, pp. 12 – 16 & 65.

Comité de Direção	Função
Risco e sustentabilidade	Controla o risco e a gestão responsável dos activos da Corporação
Social e ética	Promove a equidade, a transparência, o desenvolvimento e a boa cidadania das empresas e gere a exposição da Corporação ao risco de reputação

Existe também um Comité de Gestão Executivo com vários subcomités.¹⁸²

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração estão em conformidade com a Política de Investimento Responsável de 2014 da IDC, cuja implementação “contribui para a prevenção de riscos financeiros, sociais e de reputação a longo prazo para a Sociedade”.¹⁸³ Todas as decisões de investimento superiores a R1,5 mil milhões devem passar do Comité de Investimento para o Conselho de Administração para aprovação final, o que significa que a decisão de investir na TotalEnergies teria sido aprovada pelo Conselho de Administração.¹⁸⁴

O diagrama seguinte aproxima o processo de tomada de decisões no âmbito do IDC com base nos seus documentos publicamente disponíveis.



182 'Annual Report', Industrial Development Corporation, 2020, p. 60.

183 'Annual Report', 2020, p. 66.

184 'Annual Report', 2020, p. 75.

Curiosamente, o Comité Social e de Ética referiu, em 2020, que “analisou um relatório que abordava o risco associado ao investimento em indústrias com utilização intensiva de carbono a longo prazo e observou que o trabalho de revisão da orientação estratégica e da posição política da empresa em relação a indústrias com utilização intensiva de carbono, como a mineração, estava em curso”.¹⁸⁵

CORPORAÇÃO DE SEGUROS DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO DA ÁFRICA DO SUL

Justificativa

A missão declarada da ECIC é fornecer “soluções de seguro de crédito à exportação e de investimento para apoiar os bens e serviços Sul Africanos”. A empresa salienta que tem “um enfoque especial nos mercados emergentes em África que são considerados demasiado arriscados para as seguradoras convencionais”.¹⁸⁶

O ECIC afirmou que “a exploração, a descoberta e o subsequente desenvolvimento comercial do gás natural em Moçambique, tem o potencial de proporcionar benefícios económicos significativos na África do Sul, uma vez que os benefícios se propagam através de várias cadeias de abastecimento, beneficiando os produtores, os consumidores e o governo”. No entanto, o relatório salienta que a maior parte destas oportunidades se situará na fase de construção do projecto, mas que, apesar disso, criará “oportunidades de emprego” para 26256 pessoas (incluindo emprego indirecto e induzido) e gerará 94,4 milhões de dólares de impostos para o governo Sul-Africano.¹⁸⁷ Isto porque, dos 800 milhões de dólares emprestados, 50% devem ser gastos em bens e serviços Sul Africanos.¹⁸⁸ É de notar que o ECIC manifestou interesse em oferecer financiamento (de pelo menos 200 milhões de dólares) para o projecto catualmente suspenso da ENI e da ExxonMobil na Área 4 da Bacia do Rovuma.¹⁸⁹

Em relação a Moçambique, o Director Executivo da ECIC, Kutoane Kutoane, declarou que o investimento em GNL “ajudará a transformar Moçambique de um país menos desenvolvido para um país de rendimento médio”.¹⁹⁰

185 'Annual Report', 2020, p. 78.

186 “Vision and Mission”, Export Credit Insurance Corporation of South Africa, <https://www.ecic.co.za/vision-and-mission/>. Acedido a 11 de agosto de 2023.

187 Mpini, S., ‘The Socio-Economic Impact of Mozambique Liquefied Natural Gas (LNG) Project in South Africa’, ECIC News, Edição 10, 2021, p. 2.

188 D. Parker, ‘Hope Floats for Mozambique LNG Projects’, Mining Weekly, 5 de novembro de 2021, <https://www.miningweekly.com/article/hope-floats-for-mozambique-ling-projects-2021-11-05>. Acedido a 27 de julho de 2023.

189 I. Esau, ‘ExxonMobil aborts Rovuma’s US Exim Bank loan bid’, upstreamonline.com, 12 de março de 2020, <https://www.upstreamonline.com/field-development/exxonmobil-aborts-rovumas-us-exim-bank-loan-bid/2-1-770780>. Acedido a 27 de julho de 2023 e ver: “Annual Report”, Export Credit Insurance Corporation of South Africa, 2020, p. 30.

190 ‘Annual Report’, Export Credit Insurance Corporation of South Africa, 2020, p. 30.

Políticas de orientação

Uma vez que o ECIC não disponibiliza publicamente quaisquer documentos de política, é muito difícil avaliar a forma como as suas decisões de investimento são orientadas por factores sociais e ambientais. É possível encontrar uma quantidade muito limitada de informações em várias publicações, mas estas não vão além de afirmações políticas muito gerais. Por exemplo, em termos de impactos ambientais e sociais, a ECIC declara que “adere às políticas, princípios e directrizes de desenvolvimento sustentável estabelecidos” e não investirá em projectos que não estejam em conformidade com “normas internacionais” ou “legislação em matéria de ambiente e Direitos Humanos”.¹⁹¹ O relatório anual da organização para 2020 refere que esta “monitoriza, revê e avalia continuamente” as “questões sociais e ambientais com um potencial impacto nas partes interessadas”.¹⁹²

Processos de tomada de decisões

O ECIC é gerido por um Conselho de Administração que é, em última análise, responsável por todas as decisões de investimento. O trabalho do Conselho de Administração é apoiado por cinco comités:

Comité de Direção	Função
Auditoria	Controla a adequação dos controlos financeiros e a integridade dos relatórios
Risco	Responsável pela supervisão da eficácia da gestão do risco, do capital e da conformidade
Finanças, investimento e seguros	Gere a estratégia de investimento, analisa e monitoriza todos os investimentos
Recursos humanos e remuneração	Responsável por garantir que as questões de remuneração são justas e estão em conformidade com a filosofia de remuneração da empresa
Social e ética	Promove a liderança ética e uma cultura de conduta empresarial ética entre os funcionários

191 “Overview of the Export Credit Insurance Corporation of South Africa SOC Ltd (“ECIC”)”, Export Credit Insurance Corporation of South Africa, sem data, p. 5.

192 ‘Annual Report’, 2020, p. 13.

Existe também um Comité Executivo de Gestão com vários subcomités.¹⁹³ Não existe informação suficiente disponível ao público para compreender como é que o ECIC toma as decisões de investimento.

Há que questionar os alegados contratos no valor de 400 milhões de dólares que supostamente serão atribuídos a empresas Sul-Africanas através do investimento da ECIC no projecto TotalEnergies. Estes tipos de “compensações”, ou dividendos contra investimentos, são frequentemente exagerados. De facto, a investigação demonstra que, embora as agências de crédito à exportação possam aumentar as exportações de um país, não existe uma correlação directa entre as suas actividades e um maior crescimento económico ou emprego.¹⁹⁴ A maior parte dos trabalhos no terreno do projecto será realizada por três empresas de serviços petrolíferos, a Saipem (Itália), a McDermott (Estados Unidos) e a Chiyoda (Japão), que formaram uma empresa comum denominada CCS JV.¹⁹⁵ Esta empresa comum deverá realizar os trabalhos de engenharia, aquisição e construção, quer directamente, quer através de empresas subcontratadas.¹⁹⁶ Só o contrato com a Saipem terá um valor de 3,86 mil milhões de dólares. A Daewoo, da Coreia do Sul, foi contratada por 455 milhões de dólares para construir uma parte significativa das duas unidades de produção de gás natural liquefeito (GNL) no local.¹⁹⁷

Relatórios anteriores à declaração de força maior indicam que 20% dos contractos relacionados com o desenvolvimento do projecto já tinham sido assinados em 2020. O mesmo relatório cita John Rocha, Diretor-Geral do Departamento de Comércio, Indústria e Concorrência da África do Sul, observando que as empresas Sul Africanas tinham sido “extremamente lentas” em termos das oportunidades de negócio oferecidas pelo projecto.¹⁹⁸

A única empresa Sul-Africana que se sabe ter ganho contractos de projectos no local de Afungi é a empresa de construção WBHO que ganhou um contracto em 2019 para construir um acampamento para 9 500 pessoas, dois quartéis militares, uma vedação perimetral e um novo cais. Em fevereiro de 2023, a WBHO anunciou que tinha ganho um outro contracto para “trabalhos avançados de infra-estruturas no local, relacionados com a infraestrutura de gás em grande escala para a Total, no norte de Moçambique”.¹⁹⁹ De acordo com o website do WBHO, a empresa é também responsável pelos trabalhos de terraplanagem necessários para a fábrica

193 'Annual Report', 2020, pp. 45 - 48.

194 In, S., 'Do Export Credit Agencies Benefit the Economy?', Korea Advanced Institute of Science and Technology, 2014, p. 1.

195 'Mozambique - Country Commercial Guide: Oil and Gas', United States Department of Commerce, 30 November 2022, <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-oil-gas-0>. Acedido a 27 de Julho 2023.

196 'McDermott, Saipem, Chiyoda JV bags Anadarko Mozambique LNG job', Offshore Energy, 6 de junho de 2019, <https://www.offshore-energy.biz/mcdermott-saipem-chiyoda-jv-bags-anadarko-mozambique-lng-job/>. Acedido a 6 de setembro de 2023.

197 'TotalEnergies still in talks with Mozambique LNG contractors', LNGPrime, 1 de agosto de 2023, <https://lngprime.com/lng-terminals/totalenergies-still-in-talks-with-mozambique-lng-contractors/87588/>. Acedido a 22 de agosto de 2023.

198 Parker, D., 'Proximidade por si só insuficiente para garantir às empresas SA qualquer parte da ação do gás de Moz', Engineering News, 6 de novembro de 2020, <https://www.engineeringnews.co.za/article/proximity-alone-insufficient-to-assure-sa-firms-any-share-of-moz-gas-action-2020-11-06>. Acedido a 22 de agosto de 2023.

199 E. Reed, 'WBHO raises prospect of return to Mozambique LNG this year', Energy Voice, 28 Fevereiro 2023, <https://www.energyvoice.com/oilandgas/africa/lng-africa/486571/mozambique-wbho-return-lng/>. Acedido a 27 de Julho 2023.

de processamento de GNL e pela construção de 30 km de estradas de cascalho para os residentes reinstalados de Afungi.²⁰⁰ Desconhece-se o valor destes contratos, mas é provável que sejam relativamente pequenos e contribuam com um montante insignificante para os alegados 400 milhões de dólares de investimento em empresas Sul-Africanas.

Em abril de 2023, foi noticiado que alguns dos principais empreiteiros envolvidos no projecto estavam a contestar os custos do reinício da construção em Afungi. O CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanne, foi citado como tendo dito que alguns destes empreiteiros estavam a ser “pouco razoáveis”, afirmando que os contratos seriam reeditados se necessário.²⁰¹ Em agosto de 2023, foi noticiado que ainda estavam a decorrer negociações “muito intensas” sobre os custos associados ao projecto.²⁰² Estas longas negociações ilustram a dimensão dos riscos em curso do projecto, ao mesmo tempo que atrasam ainda mais a realização de quaisquer receitas do projecto para o Governo de Moçambique.

As IFD Sul-Africanas e os seus Respectivos Compromissos Internacionais

As três IFD Sul-Africanas também estão comprometidas com padrões de comportamento empresarial através da sua adesão a vários acordos internacionais. Por exemplo, tanto a DBSA como a IDC subscrevem plenamente os Princípios para a Banca Responsável do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, “um quadro único para garantir que a estratégia e a prática dos bancos signatários se alinham com a visão que a sociedade estabeleceu para o seu futuro nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e no Acordo Climático de Paris”.²⁰³ Ambas as IFD afirmam também que se orientam pelos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, dos quais os cinco princípios seguintes são particularmente relevantes para o investimento no GNL Moçambicano:

Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos Direitos Humanos proclamados internacionalmente; e

Princípio 2: certificar-se de que não são cúmplices de violações dos Direitos Humanos.

Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

200 ‘LNG Enabling and Security Works’, WBHO, no date, <https://www.wbho.co.za/portfolio/lng-enabling-and-security-works/>. Acedido a 27 de Julho 2023.

201 ‘CEO da TotalEnergies: Mozambique LNG contractors need to be “reasonable” regarding costs’, LNGPrime, 28 de abril de 2023, <https://lngprime.com/lng-terminals/totalenergies-ceo-mozambique-lng-contractors-need-to-be-reasonable-regarding-costs/80231/>. Acedido a 6 de setembro de 2023.

202 ‘TotalEnergies still in talks with Mozambique LNG contractors’, LNGPrime, 1 Agosto 2023, <https://lngprime.com/lng-terminals/totalenergies-still-in-talks-with-mozambique-lng-contractors/87588/>. Acedido a 6 de Setembro 2023.

203 ‘About the Principles’, Programa das Nações Unidas para o Ambiente: Iniciativa Financeira, <https://www.unepfi.org/banking/more-about-the-principles/>. Acedido a 12 de agosto de 2023.

Princípio 8: empreender iniciativas para promover uma maior responsabilidade ambiental; e

Princípio 9: As empresas devem incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias respeitadoras do ambiente. ²⁰⁴

De acordo com o ECIC, este adere às “Políticas de Salvaguarda Ambiental e Social” do Banco Mundial. Estas políticas estipulam que, quando são efectuados investimentos, estes devem “assegurar que as pessoas e o ambiente sejam protegidos de potenciais impactos adversos”, de modo a “evitar e minimizar os danos causados aos mesmos”. ²⁰⁵

O Estado Sul-Africano - incluindo as suas instituições financeiras públicas - tem obrigações internacionais ao abrigo do Acordo de Paris, no que diz respeito ao cumprimento do limite de aumento da temperatura global de 1,5 graus Celsius, promovendo baixas emissões de gases com efeito de estufa e um desenvolvimento resiliente ao clima, e assegurando que os fluxos financeiros são consistentes com essa via de desenvolvimento. Além disso, a África do Sul tem obrigações específicas, ao abrigo do direito internacional consuetudinário, de não causar danos significativos ao meio ambiente de outros Estados, como Moçambique. ²⁰⁶

Investimento responsável?

Esta breve descrição dos compromissos ambientais e sociais assumidos pelas três IFD estatais Sul-Africanas, relativamente à forma como tomam decisões de investimento, ilustra a forma como diferem tanto nas suas abordagens a estas questões aquando da realização de investimentos, como na forma como se posicionam em termos de escrutínio público e de responsabilidade pública nos seus processos de tomada de decisões de investimento. Embora estudos recentes tenham demonstrado que estas IFDs não cumprem muitos dos seus compromissos internacionais em termos de “investimento responsável”, elas não deixam de se reger, pelo menos em princípio, por um vasto leque de normas ambientais, sociais e de Direitos Humanos e compromissos associados que tornam a decisão de investir em GNL em Moçambique extremamente surpreendente. ²⁰⁷

Tendo em conta todas as questões económicas, sociais, políticas e ambientais pré-existentes em Cabo Delgado, antes de os investimentos serem feitos, e os numerosos riscos económicos, sociais, políticos e ambientais associados ao avanço do investimento, parece altamente improvável que a decisão de investir na

204 ‘The Power of Principles’, United Nations Global Compact, <https://unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>. Acedido a 12 de Agosto 2023.

205 ‘Environmental and Social Policies’, Banco Mundial, <https://www.worldbank.org/en/projects-operations/environmental-and-social-policies#safeguards>. Acedido a 12 de agosto de 2023. O ECIC afirma igualmente aderir às “Normas de desempenho da IFC em matéria de sustentabilidade ambiental e social” da Sociedade Financeira Internacional do Banco Mundial.

206 O “princípio de não prejudicar” no âmbito do direito internacional do ambiente

207 Ver, Halim, D., “From Policy to Practice: Is the Industrial Development Corporation a Responsible Investor?”, Centro para os Direitos Ambientais, 2021 & Halim, D. & Omar, Z., “Assessing the Sustainability of Investment Policies for Development Finance Institutions in South Africa”, Centro para os Direitos Ambientais, 2020.

TotalEnergies GNL tenha sido coerente com as normas que alegadamente orientam as decisões de investimento das IFD Sul-Africanas.

Estudos recentes confirmam que pouco mudou desde que a TotalEnergies assumiu o controlo

Se alguma vez foi necessária uma prova de que as IFD Sul-Africanas não realizaram as devidas diligências e as actividades de monitorização contínua que afirmam realizar, esta foi fornecida pela publicação em março de 2023 de um “Relatório sobre a situação socioeconómica, humanitária e de Direitos Humanos na área de Palma Afungi Mocímboa” por consultores contratados pela TotalEnergies.²⁰⁸

Apesar de ter sido encomendado e pago pela TotalEnergies, é uma acusação às condições em Afungi, três anos e meio depois de a TotalEnergies ter assumido o controlo do projecto. Apesar de um comunicado de imprensa da TotalEnergies, aquando do lançamento do relatório, afirmar que o conflito na área não tem nada a ver com o desenvolvimento do gás, o relatório mostra claramente que a implementação caótica tanto do plano de reinstalação como das iniciativas de desenvolvimento económico local (DEL) alimentaram, de facto, o conflito na região.²⁰⁹ Por exemplo, embora o relatório reconheça as múltiplas causas do conflito, uma declaração reveladora refere que “existem, no entanto, questões prementes sobre os benefícios económicos deste projecto para a região e a insurreição não deixará de as explorar”.²¹⁰

A insurreição é capaz de explorar os membros da comunidade local porque as expectativas e promessas não estão a ser cumpridas. Existem numerosos problemas no âmbito do processo de regularização:

1. Consentimento - Os membros da comunidade queixam-se de que não lhes foi dado tempo suficiente para analisar o plano de reinstalação e que os documentos estavam redigidos em línguas que não compreendiam.
2. Compensação financeira - Os membros da comunidade queixam-se de que os bens materiais não foram avaliados de forma justa e que passou tanto tempo entre as avaliações e os pagamentos que o aumento dos valores não foi reconhecido. Além disso, os pagamentos das compensações financeiras demoram demasiado tempo a ser efectuados.
3. Compensação de terras - Os membros da comunidade queixam-se de que: as terras atribuídas são mais pequenas do que as suas terras existentes; não há sombra nas suas novas terras; há grandes atrasos entre a entrega das terras e a atribuição de novas terras, o que deixa as famílias em dificuldades.

208 Rufin, J. & Glowsacki, I., ‘Relatório sobre a situação socioeconómica, humanitária e de direitos humanos na zona de Palma Afungi Mocímboa (Cabo Delgado)’, março de 2023. O relatório e o respetivo Plano de Ação podem ser consultados aqui <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/totalenergies-publishes-jcrufins-report-human-rights-cabo-delgado>. Acedido a 12 de agosto de 2023.

209 ‘TotalEnergies publica o relatório de J.C.Rufin sobre os Direitos Humanos em Cabo Delgado, juntamente com o plano de ação decidido pelos parceiros do projeto Mozambique LNG’, TotalEnergies, 23 de maio de 2023, <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/totalenergies-publishes-jcrufins-report-human-rights-cabo-delgado>. Acedido a 13 de agosto de 2023.

210 Rufin & Glowsacki, p. 4.

4. A aldeia de reassentamento em Quitunda - Os membros da comunidade notaram que não havia eletricidade na aldeia. Como refere o relatório, “existe um certo paradoxo no facto de um projecto cuja vocação é a produção de energia propor instalações que não permitem o acesso à energia”.
5. Deslocação dos pescadores - Os pescadores são transportados de autocarro a horas regulares para o mesmo pedaço de costa, o que não é compatível com a natureza irregular da pesca, causando assim sobrepesca.²¹¹

Os projectos LED têm sido igualmente mal executados. O relatório assinala que a execução do projeto LED carece de “coerência e coordenação” e tem mais a ver com preocupações de segurança do que com um verdadeiro desenvolvimento. O relatório assinala que foram feitas tentativas para criar “círculos” de desenvolvimento em torno do local do projecto para tentar aumentar a sua segurança, em detrimento de qualquer tentativa de dar resposta às necessidades a longo prazo das comunidades afectadas pelo projecto. Observa que “se olharmos para a distribuição espacial destes programas, vemos que estão organizados em três camadas concentradas à volta da base de Afungi. Estas camadas correspondem às três zonas de segurança delineadas à volta do projecto Mozambique GNL”.²¹²

O relatório recomenda a criação de uma estratégia global de desenvolvimento que “deve basear-se nos interesses da população e não exclusivamente nos do projecto” porque “as acções a favor das populações locais são uma forma inegável de reduzir a sua propensão para apoiar rebeliões violentas”. O relatório indica que o plano de desenvolvimento deve ter um orçamento anual para, pelo menos, cinco anos e não deve apenas procurar apoiar os membros da comunidade local, mas deve ter “em conta a situação mais distante em todo o Cabo Delgado”. Para tal, recomenda a criação de um “centro permanente de cooperação e desenvolvimento (que) assinalaria a importância desta dimensão do projecto”.²¹³

O relatório também chama a atenção para os acordos de segurança entre a TotalEnergies e os militares Moçambicanos conhecidos como a Força Tarefa Conjunta. Os autores do relatório deixam claro que este acordo é prejudicial para a imagem pública da TotalEnergies porque liga directamente a empresa à violência infligida aos membros da comunidade local pela Força Tarefa Conjunta. De facto, o relatório chega ao ponto de afirmar que, legalmente, a TotalEnergies poderia ser considerada uma “parte no conflito”.²¹⁴

Apesar dos relatórios que condenam tanto o plano de reinstalação como as iniciativas LED, a TotalEnergies afirma que este ilustra o “impacto positivo nas condições de vida da população local” que o projecto já proporcionou.²¹⁵ Apesar deste alegado impacto

211 Rufin & Glowsacki, pp. 23 – 38.

212 Rufin & Glowsacki, pp. 14, 15 & 18.

213 Rufin & Glowsacki, pp. 6, 17, & 40.

214 Rufin & Glowsacki, p. 20.

215 ‘TotalEnergies publica o relatório de JC.Rufin sobre os direitos humanos em Cabo Delgado, juntamente com o plano de ação decidido pelos parceiros do projeto Mozambique LNG’, TotalEnergies, 23 de maio de 2023, <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/totalenergies-publishes-jcrufins-report-human-rights-cabo-delgado>. Acedido a 13 de agosto de 2023.

positivo, a TotalEnergies concordou, no entanto, em implementar um “Plano de Acção” para tentar resolver as preocupações levantadas no relatório. Este plano de acção inclui nada menos do que 25 medidas correctivas que têm de ser tomadas e que incluem, entre outras, a criação de uma fundação de desenvolvimento socioeconómico (a ser gerida por um “profissional reconhecido no domínio do desenvolvimento socioeconómico”) com um orçamento plurianual de 200 milhões de dólares ²¹⁶ ; a nomeação de agentes de ligação com a comunidade; e uma auditoria exaustiva de todo o processo de reinstalação, desde o processo de obtenção do consentimento original até à reinstalação física efectiva dos membros da comunidade; e a negociação do fim da relação com a TotalEnergies e do apoio à Força Tarefa Conjunta.

O Plano de Acção reforça que a Fundação “terá uma cobertura geográfica alargada, assegurando que o projecto Mozambique GNL tenha um impacto positivo não só nos distritos do Norte, mas também em toda a região de Cabo Delgado”. ²¹⁷ Embora este plano de acção possa produzir alguns benefícios positivos para os membros da comunidade local, os autores do relatório observam que existe o perigo de que, quando o projecto for retomado após o levantamento do estado de força majeure, a TotalEnergies possa simplesmente mobilizar-se “para actividades industriais como uma questão de prioridade e que os esforços para ajudar a população civil passem para segundo plano ou que até mesmo desapareçam”. Dado este grau de cinismo, não é surpreendente que o relatório recomende um acompanhamento contínuo. O Plano de Acção refere que a sua implementação será monitorizada pelo menos uma vez pelos autores do relatório original.

Avaliação da diligência devida em matéria de Direitos Humanos do Projecto Mozambique GNL da TotalEnergies

Em julho de 2023, foi publicado um relatório de investigação abrangente da organização de Direitos Humanos UpRights que analisou a avaliação da diligência devida em matéria de Direitos Humanos (HRDD) relativa ao projecto de GNL, realizada por uma empresa de consultoria privada para a TotalEnergies. Este relatório considera que a HRDD “está incompleta e contém falhas” que não foram devidamente corrigidas no plano de acção de HRDD adoptado pela TotalEnergies.

O relatório argumenta que existe um “desfasamento significativo entre o compromisso público do projecto de GNL de respeitar os Direitos Humanos em todos os aspectos das suas operações (...) e a aplicação efectiva do HRDD nas suas operações e na situação dos Direitos Humanos no terreno”. Afirma que o principal problema da HRDD realizada pela TotalEnergies é que não avalia devidamente as implicações do projecto em termos de Direitos Humanos no contexto da situação de

²¹⁶ Não é claro se se trata da dotação orçamental total ou de uma dotação orçamental anual. Além disso, não há indicação de quantos anos de apoio financeiro serão oferecidos.

²¹⁷ ‘Mozambique LNG: Avaliação dos direitos humanos efectuada pelo Dr. Jean-Christophe Rufin: PLANO DE ACÇÃO’, Mozambique LNG, 23 de maio de 2023. <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/totalenergies-publishes-jcrufins-report-human-rights-cabo-delgado>. Acedido a 14 de agosto de 2023

conflito no norte de Moçambique. Observa que a HRDD “ignora quase inteiramente os impactos potenciais e reais do projecto nos Direitos Humanos em relação ao conflito armado”.

Especificamente, o HRDD não consegue: avaliar o impacto do projecto em termos de segurança dos membros da comunidade no contexto da presença de insurgentes e das forças armadas Moçambicanas; considerar as implicações legais da operação do projecto em termos de quadros de Direito internacional humanitário e penal no contexto do conflito em curso; e não aborda as implicações específicas do conflito em termos de género.²¹⁸

Observa também que a criação do HRDD só foi realizada depois de a TotalEnergies ter assumido o projecto, apesar das melhores práticas indicarem que o HRDD deve ser um processo iterativo, especialmente no contexto de uma região assolada por conflitos. Por outras palavras, como parte da diligência devida da TotalEnergies, esta deveria ter efectuado avaliações exaustivas dos Direitos Humanos antes de se envolver no projecto.²¹⁹ É igualmente assinalada a falta de consulta dos membros da comunidade durante a HRDD, bem como a falta de uma participação significativa da comunidade na elaboração do Plano de Acção da HRDD. Por último, e mais importante, o relatório assinala que a avaliação da HRDD e o Plano de Acção da HRDD aprovaram em grande medida o Plano de Reinstalação existente que falhou - cujas numerosas deficiências foram acima referidas.²²⁰

O relatório observa que, se a TotalEnergies tivesse abordado estas questões de forma adequada, os problemas de reinstalação e segurança que surgiram para os membros da comunidade depois da TotalEnergies ter interrompido o projecto no início de 2021, provavelmente não teriam ocorrido. Termina afirmando que o relatório de Jean-Christophe Rufin encomendado pela TotalEnergies, apesar de ser um passo positivo, não é o tipo de avaliação abrangente de HRDD que é urgentemente necessária para resolver os problemas em curso que assolam o projecto.²²¹

A Explicação Geopolítica

Se a decisão das IFDs Sul-Africanas de investir em gás em Moçambique é de facto inconsistente com o seu alegado desejo de aderir aos padrões internacionais e às melhores práticas no que diz respeito a preocupações sociais e ambientais, então é necessária uma explicação alternativa para explicar os seus investimentos na TotalEnergies. Esta explicação alternativa pode ser encontrada no impulso profundamente político em toda a região da SADC para explorar as descobertas de gás natural.

218 'Assessment of TotalEnergies' Mozambique LNG Project Human Rights due diligence', Uprights, Julho 2023, p.3

219 'Assessment of TotalEnergies' Mozambique LNG Project Human Rights due diligence', p. 48.

220 'Assessment of TotalEnergies' Mozambique LNG Project Human Rights due diligence', pp. 24 & 48.

221 'Assessment of TotalEnergies' Mozambique LNG Project Human Rights due diligence', p. 48

O Plano Director Regional do Gás da SADC: Fase 1

Este desejo de explorar as reservas de gás natural da região foi firmemente expresso pela primeira vez em 2017, na 37^a Cimeira da SADC em Pretória, África do Sul. Na 38.^a Cimeira, em 2018, o Conselho da SADC acordou que deveria ser elaborado um plano regional de gás, o que resultou, dois anos mais tarde, na publicação do Plano Director Regional de Gás da SADC: Fase 1. Um plano que foi, aliás, financiado pelo DBSA e pela IDC.²²²

O plano assinala que as descobertas de gás em Angola, Namíbia, África do Sul, Moçambique, Tanzânia e Botsuana podem contribuir para a criação de uma energia “segura, prontamente disponível e a preços acessíveis” na região. Assim, o gás “pode constituir uma via viável para o desenvolvimento socioeconómico, a criação de emprego e a redução da pobreza na região da SADC” e ser “um catalisador para a integração, a cooperação e o desenvolvimento regionais”. O plano também identifica o gás como “um importante combustível de transição” que ajudará os governos da região no seu planeamento de transição e no cumprimento dos seus objectivos climáticos do Acordo de Paris.²²³

O Plano Director Regional do Gás refere que, para que o gás natural se torne parte da solução para a escassez de energia na região, e não se destine apenas à exportação para fora do continente, será necessário um investimento significativo em infra-estruturas de gás na SADC, uma vez que, actualmente, a procura de gás na região é simplesmente demasiado reduzida. Como se observa, “a procura actual de gás natural é incipiente na África Austral”.²²⁴ Para que este investimento se realize, será necessário criar demanda de gás natural. Para tal, propõe-se incentivar o desenvolvimento de projectos de conversão de gás em energia na região, mas mais especificamente na África do Sul, que o plano director assinala ser a “componente-chave” desta parte do plano. Estes projectos de conversão de gás em energia “constituíram a base para o desenvolvimento do mercado na região, fornecendo a procura de base necessária”, a partir da qual se “presume” que surgirá uma procura adicional a jusante.²²⁵ A procura de gás da África do Sul é tão importante para estes desenvolvimentos regionais do gás que se propõe a construção de um novo gasoduto de 2600 km, o African Renaissance Gas Pipeline, que irá do norte de Moçambique até à África do Sul.²²⁶

222 Sikuka, K., “SADC to develop regional gas master plan”, Centro de Investigação e Documentação da África Austral, 15 de agosto de 2018, <https://www.sardc.net/en/southern-african-news-features/sadc-to-develop-regional-gas-master-plan/>. Acedido a 12 de agosto de 2023.

223 ‘Regional Gas Master Plan: Phase 1’, Development Bank of Southern Africa & Southern African Development Community, 2020, pp. 15 - 19.

224 ‘Regional Gas Master Plan: Phase 1, p. 22.

225 ‘Regional Gas Master Plan: Phase 1, pp. 23 & 27.

226 ‘Regional Gas Master Plan: Phase 1, p. 100.

Plano Director do Gás da África do Sul

O governo Sul-Africano considera o gás como um “combustível de transição” e inclui expressamente a capacidade de gás como parte do seu cabaz energético no seu plano de eletricidade (Integrated Resource Plan 2019). Em 2022, o Departamento de Recursos Minerais e Energia da África do Sul (DMRE) publicou o seu projecto de Plano Diretor do Gás: Base Case Report, que reflecte em grande medida as conclusões e recomendações do Plano Director da SADC. O relatório da DMRE observa que o gás natural “tem o potencial de mudar completamente a economia, estimulando o crescimento económico e o desenvolvimento, a estabilidade e a criação de emprego”, ao mesmo tempo que desempenha o mesmo alegado papel na transmissão para uma economia de baixo carbono, tal como alegado no Plano da SADC.²²⁷

Tal como o Plano da SADC, observa que, embora a procura na região seja actualmente insuficiente para desenvolver infra-estruturas de gás, este “impasse” pode ser ultrapassado através da criação de uma “procura de gás “âncora” significativa através do desenvolvimento de um programa de conversão de gás em energia”. O plano é mais pormenorizado do que o Plano da SADC, referindo que a África do Sul não só pode construir novas centrais eléctricas a gás (existem planos para 3 GW de novas centrais eléctricas a gás até 2030), como também pode converter a sua actual frota de turbinas de ciclo aberto a gasóleo para aceitar gás e reorientar nada menos do que seis grandes centrais eléctricas a carvão para funcionarem a gás natural, uma vez que atingem o fim do seu ciclo de vida antes de 2030. O relatório da DMRE é inequívoco ao afirmar que “a vantagem de dar prioridade ao gás para a produção de eletricidade proporciona volumes de compra grandes e concentrados, tornando o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte de gás mais fácil e financeiramente mais viável”.²²⁸ O relatório também refere brevemente como o gás natural pode ser utilizado na África do Sul como matéria-prima para produtos químicos, fertilizantes e petroquímicos. Em suma, afirma que “o gás natural desempenhará um papel muito importante na África do Sul no futuro e, à medida que a dependência do país em relação ao gás natural aumenta, será necessário desenvolver a infraestrutura nacional”.²²⁹

Este impulso significativo do governo Sul-Africano para o gás natural pode ser visto noutros desenvolvimentos na África do Sul. Em 2019, a IDC anunciou que tinha investido numa central de gás para energia de 450 MW em Moçambique.²³⁰ Em agosto de 2023, foi confirmado que a IDC estava a investir 34 milhões de dólares numa participação de 30% na primeira fase da maior fábrica de GNL em terra da África do Sul, com uma opção para uma participação adicional de 30% na segunda fase.²³¹

227 'South African Gas Master Plan: Basecase Report (v 01)', South African Department of Mineral Resources and Energy, 2022, pp. 1 & 40.

228 'South African Gas Master Plan: Basecase Report (v 01)', pp. 22 & 25 - 28.

229 'South African Gas Master Plan: Basecase Report (v 01)', p. 37.

230 'Integrated Annual Report 2019', Industrial Development Corporation, 2019, p. 43.

231 Iannucci, E., 'Kinetiko strikes LNG deal with the IDC', Mining Weekly, 22 Agosto 2023, <https://www.miningweekly.com/article/kinetiko-strikes-lng-deal-with-the-idc-2023-08-22>. Acedido a 23 Agosto 2023.

O governo da África do Sul está a tentar, desde 2021, adquirir cerca de 2000 MW de energia a partir de navios flutuantes de conversão de gás em energia. Esta tentativa de aquisição de gás tem sido prejudicada por questões de corrupção e por acções judiciais bem sucedidas contra avaliações de impacto ambiental incorrectas. Embora seja altamente improvável que o gás para esta aquisição, chegue alguma vez a se concretizar, venha de África, segundo um analista, esta aquisição foi “concebida para testar o mercado e consolidar uma via de mercado do gás a longo prazo na África do Sul”.²³² Outra entidade estatal Sul-Africana, o Fundo Central de Energia, também investiu 58 milhões de dólares numa fábrica privada de GNL na província Sul-Africana de Free State.²³³

A legislação Sul-Africana está também a ser alterada para acelerar os projectos de conversão de gás em energia. A Lei do Gás de 2001 está a ser alterada para “facilitar o desenvolvimento de projectos integrados de energia, incluindo projectos de conversão de gás em eletricidade”. Além disso, o projecto de lei de 2021 sobre o desenvolvimento dos recursos petrolíferos a montante foi redigido “para permitir o desenvolvimento ordenado dos recursos petrolíferos”.²³⁴ O governo está também a proceder à fusão de todas as entidades estatais pré-existentes no sector do petróleo e do gás numa única empresa, a South African National Petroleum Company. De acordo com o Ministro Sul-Africano dos Minerais e da Energia, Gwede Mantashe, isto “permitiria ao Estado participar de forma significativa no desenvolvimento do petróleo e do gás”.²³⁵ Além disso, Mantashe declarou recentemente que a África do Sul estava a levantar a sua moratória sobre a extração não convencional de gás de xisto.²³⁶

Este apoio forte à exploração de gás reflecte-se nos documentos políticos do ANC. O documento de discussão mais recente do partido sobre a forma de gerir a economia Sul-Africana afirma que o gás natural pode ser um “factor de mudança” para a África do Sul devido às “oportunidades que apresenta”.²³⁷

232 Fakir, 2020.

233 ‘South Africa’s First Commercial LNG Plant Begins Operations’, Energy Capital and Power, 7 Setembro 2022, <https://energycapitalpower.com/south-africa-commercial-lng-renewable/>. Acedido a 14 de Agosto 2023.

234 Projecto de lei de alteração do gás, Governo da África do Sul, 2021 & Projecto de lei de desenvolvimento dos recursos petrolíferos a montante, Governo da África do Sul, 2021.

235 ‘Big shift for petrol in South Africa - with new state-owned company’, Business Tech, 16 de maio de 2023, <https://businesstech.co.za/news/government/688487/big-shift-for-petrol-in-south-africa-with-new-state-owned-company/>. Acedido a 12 de agosto de 2023.

236 Brandt, K., “Mantashe: “We will continue with gas and petroleum exploration”, EWN, 17 de maio de 2023, <https://ewn.co.za/2023/05/17/mantashe-we-will-continue-with-gas-and-petroleum-exploration>. Acedido a 15 de agosto de 2023. É também de notar que uma empresa privada Sul-Africana está também a tentar chegar ao fecho financeiro, juntamente com a TotalEnergies, num terminal de importação de GNL de 550 milhões de dólares chamado Matola, perto de Maputo, que se destina a fornecer gás a Moçambique e à África do Sul, em parte porque os campos de gás de Pande e Temane da SASOL estão lentamente a secar. Ver: “South Africa’s Gigajoule expects to import first LNG cargo at new Mozambique terminal by mid-2025”, Reuters, 3 de março de 2022, <https://www.reuters.com/article/safrica-lng-gigajoule-idINL8N2V57C7>. Acedido em 14 de agosto de 2023.

237 “Reconstruction, Growth and Transformation: Building A New, Inclusive Economy - A Discussion Document prepared by the ANC’s Economic Transformation Committee”, Congresso Nacional Africano, 2020, p. 11.

A Política de Exploração de Gás e Combustíveis Fósseis em África

Este impulso para o gás natural em Moçambique, na África do Sul, na SADC e em África em geral, deve ser visto no contexto de uma agenda política crescente entre alguns líderes Africanos para justificar o direito do continente a explorar plenamente os seus recursos de combustíveis fósseis.

Este direito surgiu com força nas conversações sobre o clima da COP27, realizadas no Egipto em novembro de 2022. Por exemplo, na COP27, o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, declarou: “Temos de reconhecer a natureza especial de África. África tem o nível mais elevado de pobreza energética do mundo ... o meu interesse é saber como África utiliza o gás natural como parte do seu cabaz energético para fornecer eletricidade a 600 milhões de pessoas que hoje não têm acesso à eletricidade”. No contexto mais vasto da crescente pressão internacional para abandonar a exploração de novos combustíveis fósseis, defendeu que África “não deve ser penalizada” por querer explorar os seus recursos naturais.²³⁸

Akinwumi Adesina está a levantar aqui a questão muito importante da justiça climática. É um facto que África não é historicamente responsável pela grande maioria das emissões de gases com efeito de estufa que induzem alterações climáticas na atmosfera e é responsável por apenas 4% das emissões globais de gases com efeito de estufa actualmente.²³⁹ Por conseguinte, é possível argumentar que África deve poder explorar os seus recursos de combustíveis fósseis, tal como o mundo “desenvolvido” fez nos últimos 200 anos. Assim, qualquer instrução do “mundo desenvolvido”, ou da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) ou das IFD mundiais, no sentido de que África não o pode fazer, pode ser entendida como uma injustiça.

Esta ideia de que está a ser perpetrada uma injustiça contra África encontrou grande ressonância entre alguns líderes que defendem o direito à exploração de combustíveis fósseis no continente. O Presidente do Senegal, Macky Sall, declarou no final de 2021 que “bloquear o financiamento do sector do gás acrescentaria uma grande injustiça económica à injustiça climática que a África já sofre mais do que qualquer outro continente”.²⁴⁰ O Presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, foi ainda mais directo ao afirmar que “o desenvolvimento ocidental desencadeou uma catástrofe climática no meu continente. Agora, as políticas verdes dos países ricos ditam que os Africanos devem permanecer pobres para um bem maior”. E prosseguiu: “Não digam a África que o mundo não pode suportar o custo climático

238 Jessop, S. & Madi, E., ‘Africa deserves right to use natural gas reserves - AfDB chief’, Reuters, 16 Novembro 2022, <https://www.reuters.com/business/cop/africa-deserves-right-use-natural-gas-reserves-afdb-chief-2022-11-15/>. Acedido a 14 de Agosto 2023.

239 ‘CDP Africa Report: Benchmarking Progress Towards Climate Safe Cities, States and Regions’, CDP, 2020, p. 3.

240 ‘Senegal president opposes halting financing of fossil fuel extraction’, Africa News, 30 Novembro 2021, <https://www.africanews.com/2021/11/30/senegal-president-opposes-halting-financing-of-fossil-fuel-extraction/>. Acedido a 15 de Agosto 2023.

dos seus hidrocarbonetos... não digam aos mais pobres do mundo que a sua utilização marginal de energia vai quebrar o orçamento do carbono... o continente precisa de uma fonte de energia fiável se quiser tirar milhões de cidadãos da pobreza”.²⁴¹

Na África do Sul, esta retórica foi ainda mais vigorosa por parte de Gwede Mantashe, que acusou os opositores à exploração de novos combustíveis fósseis de “oprimirem” o desenvolvimento económico. Afirmou: “Não posso deixar de me perguntar se estas objecções se destinam a garantir a manutenção do status quo em África, em geral, e na África do Sul, em particular. Ou seja, o status quo no que diz respeito à pobreza energética, ao elevado desemprego, ao elevado rácio dívida/PIB a nível nacional e às economias que não crescem e, em alguns casos, ao crescimento económico sem emprego. Consideramos as objecções a estes desenvolvimentos como apartheid e colonialismo de um tipo especial, mascarados de um grande interesse pela proteção ambiental”.²⁴²

O sector privado na África do Sul também contribuiu para este debate. Por exemplo, o Standard Bank defendeu recentemente os seus grandes investimentos em combustíveis fósseis em África. Kenny Fihla, director executivo da unidade de banca de negócios e de investimento do Standard Bank, salientou a questão do acesso à energia, afirmando que “não é possível para África e para muitos dos países Africanos ignorar a escassez de fornecimento de electricidade”.²⁴³ A partir daqui, parece que é suposto acreditarmos que o Standard Bank está a investir em combustíveis fósseis em África por razões altruístas.

A perspectiva política sobre a exploração de combustíveis fósseis em África tem tido eco na União Africana. No ano passado, a União Africana adoptou a “Posição Comum Africana sobre o Acesso à Energia e a Transição Justa”, que afirma que “África continuará a utilizar todas as formas dos seus abundantes recursos energéticos, incluindo as energias renováveis e não renováveis, para responder à procura de energia”. Esta “posição” assinala que a exploração dos combustíveis fósseis, a par do desenvolvimento de fontes de energia renováveis, permitirá encontrar “um equilíbrio entre a garantia de acesso à electricidade e a catalisação do tão necessário crescimento socioeconómico em África”.²⁴⁴

241 Buhari, M., ‘How not to talk with Africa about climate change’, Washington Post, 9 Novembro 2022, <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/11/09/nigerian-president-cop27-africa-climate-change/>. Acedido a 15 de Agosto 2023.

242 Sgqolana, T., ‘Mantashe calls environmental activism ‘colonialism and apartheid of a special type’ amid opposition to Shell Wild Coast survey’, Daily Maverick, 10 Dezembro 2021, <https://www.dailymaverick.co.za/article/2021-12-10-mantashe-calls-environmental-activism-colonialism-and-apartheid-of-a-special-type-amid-opposition-to-shell-wild-coast-survey/>. Acedido a 15 de Agosto 2023.

243 Burkhardt, P., ‘Standard Bank defends investment in fossil fuels due to Africa’s energy needs’, News24, 9 Maio 2023, https://www.news24.com/fin24/climate_future/news/standard-bank-cites-energy-needs-in-fossil-fuel-defense-20230509. Acedido a 22 de Agosto 2023.

244 ‘Africa Speaks with Unified Voice as AU Executive Council Adopts African Common Position on Energy Access and Just Energy Transition’, União Africana, 22 Julho 2022, <https://au.int/en/pressreleases/20220722/africa-speaks-unified-voice-au-executive-council-adopts-african-common#:~:text=The%20African%20Common%20Position%20encourages,the%20ambitions%20of%20Agenda%202063>. Acedido a 15 de Agosto 2023.

Há sérios problemas com esta narrativa política que está a ser articulada no continente.

O jogo de soma zero

Em primeiro lugar, reduz o debate a um jogo de soma zero entre explorar os combustíveis fósseis para resolver a escassez de energia em África ou aceitar que a escassez de energia em África se manterá para sempre, uma vez que não há alternativa aos combustíveis fósseis. Existe, evidentemente, uma alternativa muito viável, que é a expansão rápida e generalizada do fornecimento de energias renováveis em toda a África. Mas é aqui que existe um problema grave, porque embora o “mundo desenvolvido” tenha aceitado o princípio das “responsabilidades diferenciadas” pelas alterações climáticas nos termos da CQNUAC, não está a prestar o apoio financeiro necessário a África para que esta possa utilizar as energias renováveis em vez dos combustíveis fósseis à escala necessária.

Através da CQNUAC, os países “desenvolvidos” concordaram, em 2009, em atribuir pelo menos 100 mil milhões de dólares por ano em fundos até 2020 para apoiar a ação climática nos países “em desenvolvimento”. Este objectivo não foi cumprido uma única vez e continua a ser muito inferior aos 100 mil milhões de dólares, o que, por sua vez, é muito inferior ao que é realmente necessário para ajudar os países “em desenvolvimento” a atenuar e a se adaptarem às alterações climáticas. Estudos recentes revelam que, em 2020, os países “desenvolvidos” afectaram apenas 83,3 mil milhões de dólares, menos de 25% dos quais sob a forma de subvenções e o restante sob a forma de empréstimos, a maioria dos quais não concessionais.²⁴⁵ Além disso, menos de 60% destinam-se a esforços de atenuação, como as energias renováveis. A Oxfam estimou recentemente que apenas 25 mil milhões de dólares dos 83,3 mil milhões de dólares prometidos assumiram efectivamente a forma de um verdadeiro financiamento climático, se as práticas contabilísticas e os objectivos reais dos fundos forem devidamente considerados.²⁴⁶

Mesmo quando um pacote de financiamento é direccionado especificamente para as energias renováveis, como a Parceria para a Transição Energética Justa (JETP) negociada entre a África do Sul e os países “desenvolvidos”, menos de 4% dos 8,5 mil milhões de dólares a atribuir são sob a forma de subvenções.²⁴⁷ A concessão de empréstimos comerciais a países Africanos já altamente endividados não lhes vai permitir fazer a transição para as fontes de energia renováveis. Isto não quer dizer, obviamente, que os governos Africanos não tenham apetência para empréstimos comerciais quando se trata do desenvolvimento de combustíveis fósseis, como o exemplo de Moçambique demonstra claramente. Em África, alguns

245 'Climate Finance Shadow Report 2023: Assessing the Delivery of the \$100 Billion Commitment', Oxfam International, 2023, p. 5.

246 'Climate Finance Shadow Report', Oxfam, 2023, p. 9.

247 'Secretly-negotiated South African 'climate finance deal' a gift to private investors while choking local development', Institute for Economic Justice, 10 Novembro 2022, <https://www.iej.org.za/statement-secretly-negotiated-south-african-climate-finance-deal-a-gift-to-private-investors-while-choking-local-development/>. Acedido a 15 de Agosto 2023.

países “desenvolvidos” estão também a fazer um grande esforço para continuar a explorar os seus próprios recursos de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que encorajam os países Africanos a não o fazerem. A Grã-Bretanha é um exemplo disso. Apesar de ser um participante significativo no acordo JETP com a África do Sul, o governo britânico anunciou recentemente que vai emitir “centenas” de novas licenças para explorar petróleo e gás em águas britânicas.²⁴⁸

Esta hipocrisia por parte do mundo “desenvolvido” cria a oportunidade perfeita para os líderes Africanos reclamarem e insistirem no direito de África a explorar os combustíveis fósseis. Mas, como diz o ditado, dois erros não fazem um acerto. Dada a gravidade da crise climática, é evidente que nem o mundo “desenvolvido” nem o mundo “em desenvolvimento” deveriam estar a explorar novos combustíveis fósseis.

Onde está o desenvolvimento?

Em segundo lugar, e tal como este relatório demonstrou, a exploração de combustíveis fósseis em África não produziu o tipo de desenvolvimento que os líderes Africanos afirmam que irá produzir. Por conseguinte, o argumento de que o mundo “desenvolvido” está a impedir África de aumentar a sua segurança energética e de permitir um crescimento económico inclusivo não tem qualquer substância. Vale a pena refletir sobre Angola, o único produtor actual de gás natural na região da SADC, que se tornou um exemplo da “maldição dos recursos”. Apesar das enormes riquezas petrolíferas, das extensas reservas de gás natural e de minerais como o ferro, o manganês, a bauxite, o urânio, o ouro e os diamantes, Angola foi recentemente descrita pelos analistas como “um exemplo clássico de um Estado em que a dotação de recursos naturais não se traduz em melhores condições de vida para os cidadãos”.²⁴⁹ Isto deve-se, em grande parte, ao facto das elites políticas Angolanas, através de uma corrupção desenfreada facilitada por uma fraca gestão das receitas, pela ausência de estruturas de responsabilização e por uma repressão brutal, terem pilhado as receitas dos recursos para si próprias durante décadas, enquanto as empresas estrangeiras exportaram os recursos de Angola para obterem lucros nos mercados globais.

O verdadeiro colonialismo

Apesar da retórica, é evidente que a verdadeira relação neocolonial em África se dá com a contínua exploração estrangeira dos seus recursos. A exploração de GNL em Moçambique pela TotalEnergies é uma ilustração perfeita disso mesmo, pois tem semelhanças notáveis com a extracção que teve lugar sob os regimes coloniais em África.

²⁴⁸ Reed, S., ‘British Government Signals Support for Oil and Gas Industry’, New York Times, 31 Julho 2023, <https://www.nytimes.com/2023/07/31/business/britain-drilling-north-sea.html>. Acedido a 15 de Agosto 2023.

²⁴⁹ Anyika, V., & Ani, K., ‘Resource Curse and Environmental Conflicts in Angola’, in Ani, K. (ed.), *Resource Conflict and Environmental Relations in Africa*, (Palgrave), 2023, p. 109.

Como uma empresa concessionária dos tempos modernos, a TotalEnergies reivindicou uma parte do norte de Moçambique, da qual retirou os residentes Moçambicanos, e sobre a qual tem direitos privilegiados para explorar um produto quase inteiramente destinado à exportação.²⁵⁰ Fê-lo mesmo com o apoio de uma força militar e a coberto de acordos juridicamente vinculativos que protegem os seus interesses em detrimento potencial do cidadão comum Moçambicano. Como se pode ler no “Relatório sobre a situação socioeconómica, humanitária e dos Direitos Humanos na zona de Palma Afungi Mocímboa”, tal como uma empresa concessionária, também ela se dedicou ao lucro a curto prazo em detrimento do desenvolvimento a longo prazo. Em suma, foi criado um “enclave” neocolonial em Afungi, dominado pelo capital estrangeiro e orientado para os mercados externos. É, portanto, claro que o extractivismo contemporâneo de GNL em Cabo Delgado ‘está a recriar dilemas sócio-políticos que lembram ou têm raízes no extractivismo da era colonial, que se caracterizava por vários males, incluindo a pilhagem de recursos, a apropriação de terras e a deslocação e desapropriação de populações’.²⁵¹

Não é claro como é que os líderes Africanos esperam que a segurança energética e um crescimento económico significativo e inclusivo surjam destes padrões económicos, políticos e sociais neocoloniais de extractivismo e exploração. Simplesmente não há provas de que isso aconteça. Como explicar, então, o impulso dos líderes Africanos para a exploração dos combustíveis fósseis? Podemos partir do princípio de que os respectivos líderes Africanos acreditam que podem fazer as coisas de forma diferente, que podem quebrar a “maldição dos recursos” e assegurar que os seus cidadãos obtenham benefícios reais. Ou será que devemos partir do princípio de que as elites políticas ligadas aos partidos do governo vêm simplesmente a corrida ao petróleo e ao gás como uma oportunidade de enriquecerem à custa dos cidadãos comuns do continente? Embora haja poucas provas para apoiar a primeira proposição, há, infelizmente, muitas provas que sugerem que as redes de políticos corruptos, com o apoio de empresários corruptos, vêm a exploração dos recursos naturais como um meio de acumular níveis fantásticos de riqueza pessoal, ao mesmo tempo que consolidam o poder dos seus respectivos partidos políticos e bases de apoio.

250 As empresas concessionárias eram entidades privadas que efectivamente governavam áreas de África por procuração, em nome das potências coloniais europeias. A estas empresas, como a Companhia Imperial Britânica da África Oriental ou a Companhia de Moçambique, eram atribuídas concessões que lhes permitiam extrair recursos. Dotadas de amplos poderes administrativos, dispunham frequentemente das suas próprias forças militares privadas, que utilizavam para controlar as populações locais. Ver, por exemplo, Vail, L., (1976), ‘Mozambique’s Chartered Companies: The Rule of the Feeble’, *Journal of African History*, 17(3).

251 Namaganda, 2022, p. 1.

A DBSA, a IDC e o ECIC

Se aceitarmos que as DFIs Sul-Africanas tentam proactivamente implementar os seus mandatos de diligência devida e estão de facto a tentar ser bons “cidadãos empresariais” que “investem de forma responsável”, então também precisamos de procurar uma explicação alternativa que explique os seus investimentos em gás em Moçambique. Dada a enorme pressão política que está a ser exercida na África do Sul para desenvolver o gás, não será possível que a política das DFIs em relação ao gás natural esteja de facto a ser dirigida e moldada pelo braço executivo do governo? As IFD Sul Africanas são, portanto, capazes de tomar decisões independentes ou são obrigadas por forças políticas a investir em projectos como o GNL em Moçambique?

Secção 3 - Conclusões e Recomendações

AS IFDS SUL-AFRICANAS E O INVESTIMENTO NO GNL MOÇAMBICANO

Este relatório de pesquisa demonstrou exaustivamente que os investimentos feitos pelas IFDs Sul-Africanas no GNL em Moçambique são totalmente inconsistentes com o respeito professado pelas IFDs pelos direitos sócio-económicos e ambientais do povo de Moçambique, do continente e do mundo em geral.

De acordo com qualquer métrica socioeconómica e ambiental, a prospecção e exploração de gás em Moçambique não apoia o conceito de desenvolvimento sustentável - um conceito que está alegadamente no centro de todas as decisões de investimento das três IFDs Sul-Africanas.²⁵² O investimento em combustíveis fósseis é totalmente contrário ao significado de desenvolvimento sustentável, que as Nações Unidas define como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.²⁵³ Como este relatório deixou bem claro, a exploração de gás natural em Moçambique obviamente não cumpre este padrão.

É neste contexto que a declaração de força maior pela TotalEnergies dá às IFDs Sul Africanas a oportunidade perfeita para reavaliar as suas respectivas decisões de investir em combustíveis fósseis em Moçambique. Todas as IFDs têm mecanismos através dos quais podem reverter as suas decisões de investir no projecto da TotalEnergies. Se as IFDs estão a fazer a monitorização regular deste projecto, como afirmam fazer para todos os projectos deste tipo, então as IFDs devem estar cientes de como o projecto, ao longo de toda a sua vida até à data, não cumpriu com os alegados padrões socioeconómicos e ambientais esperados pelas IFDs dos seus clientes.

Isto é especialmente verdade, tendo em conta todas as mudanças que ocorreram desde que foi tomada a decisão inicial de investir no projecto TotalEnergies e devido aos problemas que continuam a ocorrer com o projecto.

Desde os primeiros ataques dos insurgentes em 2017, a violência tem vindo a aumentar, resultando num dos massacres mais sangrentos dos últimos tempos, ocorrido a 24 de março de 2021, com pelo menos 1193 mortes confirmadas (330 das quais por decapitação) e mais de 200 raptos. Estes ataques foram semelhantes em escala e violência aos recentes ataques do Hamas a Israel, mas tem havido muito pouca cobertura mediática ou reflexão sobre a razão pela qual ocorrem e o que significam para Moçambique.²⁵⁴

A militarização inicial para acabar com a insurreição foi extremamente problemática, porque militares e polícias mal treinados e pouco controlados, apoiados por grupos mercenários com um historial terrível em matéria de Direitos Humanos, como o grupo Wagner, o grupo Dyck Advisory e o grupo Paramount, cometeram de forma imprudente violações indiscriminadas dos Direitos Humanos, incluindo abusos, raptos, torturas, violações e assassinatos. Estas acções terríveis semearam uma profunda desconfiança, medo e trauma no seio das comunidades, tornando praticamente impossível qualquer diálogo comunitário justo e aberto, quanto

252 'About DBSA', Development Bank of Southern Africa, <https://www.dbsa.org/about-us> & 'About Us', Industrial Development Corporation, <https://www.idc.co.za/about-us/> & 'Overview of the Export Credit Insurance Corporation of South Africa SOC Ltd ("ECIC")', Export Credit Insurance Corporation of South Africa, sem data, p. 3. Acedido a 28 de Setembro 2023.

253 'Sustainable Development Goals', United Nations, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda-retired/>. Acedido a 29 de setembro 2023.

254 'Palma Massacre: A Hidden Catastrophe, Uncovered', Alex Perry, 19 Junho 2023, <http://www.alex-perry.com/palma-massacre/>. Acedido a 16 novembro 2023.

mais aderir aos princípios do consentimento livre, prévio e informado. Até à data, continuam a existir grandes lacunas no domínio dos Direitos Humanos e muitos dos requisitos de diligência devida em matéria de Direitos Humanos destacados pelo relatório UpRights continuam ausentes.²⁵⁵

Embora o apoio militar mais recente do Ruanda, da SADC e da União Europeia tenha sido mais profissional e eficaz, não abordou os factores socioeconómicos do conflito, tendo-se concentrado quase exclusivamente na segurança da área do projecto e das infra-estruturas associadas. Esta incapacidade de lidar com as causas do conflito coloca um enorme fardo sobre o próprio projecto para que este possa fornecer os recursos necessários para que as causas do conflito sejam abordadas. No entanto, como já vimos, os benefícios económicos previstos para o projecto são exagerados e pouco prováveis de se concretizarem.²⁵⁶ Se estas causas não forem resolvidas, o projecto necessitará de um apoio militar contínuo que não poderá ser sustentável a longo prazo.

As causas do conflito ainda não foram devidamente avaliadas e não fizeram parte das avaliações iniciais quando foram tomadas as decisões de financiamento do projecto. As IFDs que continuam a financiar o projecto devem reavaliar urgentemente o seu apoio à luz dos factores económicos, políticos e sociais que estão na origem do conflito na região.

A TotalEnergies continua a gerir muito mal a reinstalação da comunidade, continuando muitos membros da comunidade a não ter acesso a terras agrícolas adequadas, enquanto a outros foram atribuídas terras que já são cultivadas pelas comunidades de acolhimento. Muitos pescadores continuam sem acesso ao mar, e o transporte de autocarro para o mar não consegue resolver este problema. Dadas as numerosas tomadas de terras por subcontratantes, prestadores de serviços e devido à especulação das elites políticas, é difícil ver como é que estas questões de terras vão ser resolvidas.²⁵⁷

Como já vimos, a necessidade de utilizar o gás como combustível de transição está a tornar-se cada vez menos provável. Isto significa que as previsões de procura feitas durante a fase de investimento estão cada vez mais desactualizadas. Os argumentos tecnológicos e financeiros a favor da utilização do gás na transição do carvão para as energias renováveis tornaram-se tão fracos que o Grupo Consultivo Científico Académico Europeu defendeu recentemente que, na grande maioria dos casos, é agora preferível fazer a transição directa do carvão para as energias renováveis.²⁵⁸

255 'Assessment of TotalEnergies' Mozambique LNG Project Human Rights due diligence'.

256 West & Lepiz, 2021.

257 Fumo, K. & Passar, M., 'Relatório de trabalho de Campo realizado em Setembro no distrito de Palma', Justiça Ambiental, Maputo, Setembro 2023.

258 'The Future of Gas', European Academics Science Advisory Group, EASAC policy report 46, Maio 2023, p. 9. & 'The Cost Of Fossil Gas: The Health, Economic And Environmental Implications For Cities', C40 Cities, Outubro 2022 & Halsey, R, Bridle, R & Geddes, A., 'Gas Pressure: Exploring the case for gas-fired power in South Africa', International Institute for Sustainable Development, 2022.

A futura procura de gás também foi profundamente afectada pelas mudanças geopolíticas globais causadas pela invasão Russa da Ucrânia e pela subsequente proibição das importações de gás Russo para a Europa. Embora esta proibição tenha causado um “pico” temporário na procura e no preço do GNL, já se está a tornar claro que este “pico” actuou no sentido de acelerar os planos dos países, especialmente na União Europeia, para uma transição para as energias renováveis muito mais rápida do que o inicialmente previsto. Como observou recentemente um analista do sector da energia, “o actual boom do GNL só irá acelerar o seu fim definitivo”. Esta volatilidade nos preços do GNL teve repercussões semelhantes fora da Europa, onde a procura de GNL diminuiu na Ásia - nos principais mercados da China, Japão e Coreia - onde foram encontradas fontes de energia alternativas. Embora no caso Chinês, em particular, isto não signifique necessariamente uma viragem para as energias renováveis, demonstra, no entanto, uma perda de apetência pelo GNL. ²⁵⁹

Esta queda potencialmente significativa na procura global de GNL a longo prazo irá expor Moçambique àquilo que o próprio DBSA descreve como “o risco económico extremo e a vulnerabilidade decorrentes da dependência de combustíveis fósseis”. ²⁶⁰

Além disso, desde que os investimentos foram efectuados, foi publicado o sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC). De acordo com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, este relatório é um “código vermelho para a humanidade” e deve assinalar a “morte do carvão e dos combustíveis fósseis, antes que destruam o nosso planeta”. Para o efeito, Guterres afirmou que todos os países devem “pôr imediatamente fim a todas as novas explorações e produções de combustíveis fósseis”. ²⁶¹

De um ponto de vista puramente financeiro, os custos do projecto aumentaram significativamente desde que a TotalEnergies tomou posse do mesmo. Estima-se que tenham aumentado pelo menos 25% nos últimos anos. De um ponto de vista económico, isto significa que os investidores no projecto devem reavaliar a sua viabilidade financeira e reconsiderar a sua decisão de investir no mesmo. Um projecto que agora, na melhor das hipóteses, só produzirá GNL a partir de 2028. ²⁶²

259 Ferris, N., ‘Why LNG’s current boom will only accelerate its ultimate demise’, Energy Monitor, 6 Abril 2023, <https://www.energymonitor.ai/sectors/industry/why-lng-market-current-boom-will-only-accelerate-its-ultimate-demise/?cf-view>. Acedido a 29 de setembro 2023.

260 ‘DBSA Integrated Just Transition Investment Framework’, Development Bank of Southern Africa, Janeiro 2021, p. 15.

261 “Secretary-General’s Statement on the IPCC Working Group 1 Report on the Physical Science Basis of the Sixth Assessment”, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, 9 de agosto de 2021, <https://unfccc.int/news/secretary-general-s-statement-on-the-ipcc-working-group-1-report-on-the-physical-science-basis-of>. Acedido a 29 de setembro.

262 ‘TotalEnergies to restart Mozambique LNG project in 2024, first gas in 2028 – Rystad Energy’, Club of Mozambique, 10 Julho 2023, <https://clubofmozambique.com/news/totalenergies-to-restart-mozambique-lng-project-in-2024-first-gas-in-2028-rystad-energy-240700/>. Acedido a 2 de outubro 2023.

As DFIs Sul-Africanas e o Financiamento de Combustíveis Fósseis

As DFIs Sul-Africanas precisam de assumir compromissos concretos para cessar novos investimentos na exploração e extração de combustíveis fósseis e todas as actividades associadas. No final de 2021, o DBSA declarou de forma encorajadora que estava a adoptar um “caminho” Net Zero até 2050 em todas as suas carteiras de investimento e empréstimos.²⁶³ Esse compromisso foi adoptado numa política do DBSA chamada Just Transition Investment Framework, que analisa especificamente o sector de energia. Este documento confirma a intenção do banco de alinhar os seus investimentos com o Net Zero até 2050, incentivando os investimentos que aceleram a descarbonização no sector da energia, principalmente as energias renováveis.²⁶⁴

Embora o conceito de Net Zero seja útil para a definição de objectivos, em termos de acção climática, é muito controverso. Os críticos argumentam que o conceito de Net Zero pode ser utilizado de forma abusiva, pois permite que os países ou empresas poluidores continuem a poluir, compensando a sua poluição com créditos de carbono emitidos por fontes de sequestro de carbono ou pela utilização de tecnologia. O problema é que muitos dos créditos de carbono que estão a ser transaccionados são falsos e grande parte da tecnologia que está a ser promovida para capturar carbono não está comprovada.²⁶⁵

Em termos de gás, a política refere que se trata de um “combustível de transição” e que é “essencial para o fornecimento de energia fiável para apoiar a industrialização de África e as exigências comerciais”. A frase seguinte afirma, no entanto, que “a procura global irá diminuir à medida que as economias se afastam dos combustíveis fósseis e as grandes empresas de petróleo e gás mudam as suas carteiras de investimento para considerar opções mais sustentáveis”, levando ao perigo do “risco de transição”. Algumas páginas depois, o quadro refere que o DBSA apoiará os países Africanos na “transição do carvão, petróleo e gás, acelerando o investimento em soluções energéticas mais limpas”.²⁶⁶ A justaposição, se não mesmo a contradição, revelada nestas frases é importante porque indica uma falta de confiança no futuro do gás, indicando claramente a falta de certeza em torno do futuro mercado global do gás.

O que falta à política do Quadro de Investimento para uma Transição Justa é um compromisso claro para acabar ou eliminar gradualmente o financiamento dos combustíveis fósseis. Um compromisso que também não existe tanto na IDC

263 'DBSA Statement on Net Zero', Development Bank of Southern Africa, Novembro 2021, <https://www.engineeringnews.co.za/article/dbsa-commits-to-playing-its-part-in-a-just-transition-to-net-zero-emissions-by-2050-2021-11-03>. Acedido a 28 de setembro 2023.

264 'DBSA Integrated Just Transition Investment Framework', p. 22.

265 Ver por exemplo: Dyke, J., Watson, R., Knorr, W., 'Climate scientists: concept of net zero is a dangerous trap', The Conversation, 22 Abril 2022, <https://theconversation.com/climate-scientists-concept-of-net-zero-is-a-dangerous-trap-157368>. Acedido a 25 de Outubro 2023.

266 'DBSA Integrated Just Transition Investment Framework', pp. 11 & 15.

como na ECIC. Isto é particularmente preocupante porque as DFIs globais estão a afastar-se de novos investimentos nos combustíveis fósseis devido aos seus compromissos para com um planeta habitável. Por exemplo, o Banco Mundial deixou de investir em petróleo e gás a montante em 2019.²⁶⁷ Uma decisão semelhante foi tomada pelo Banco Europeu de Investimento em 2021, seguido pelos bancos de desenvolvimento da Dinamarca e da Suécia.²⁶⁸ Além disso, 15 DFIs europeias concordaram em cessar todos os novos financiamentos de petróleo e carvão e limitar o financiamento de gás apenas à produção de eletricidade, antes de excluir o gás até 2030, “o mais tardar”.²⁶⁹

É mais do que tempo das DFIs Sul-Africanas seguirem esta tendência global urgente e assumirem compromissos concretos para acabar com novos investimentos em combustíveis fósseis e eliminar gradualmente os existentes. Como afirmou recentemente o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, “as instituições financeiras de todo o mundo devem (...) comprometer-se a pôr termo ao financiamento e ao investimento na exploração de novos campos de petróleo e de gás e na expansão das reservas de petróleo e de gás, investindo antes na transição justa no mundo em desenvolvimento”.²⁷⁰

A transparência e a responsabilidade das DFIs Sul-Africanas

Esta investigação demonstrou mais uma vez que as DFIs Sul-Africanas não levam as suas responsabilidades a sério quando se trata de questões de transparência e responsabilidade. A Secção 32(1)a da Constituição Sul-Africana declara que o público Sul-Africano ‘tem o direito de acesso a qualquer informação detida pelo Estado’. As três DFIs são órgãos do Estado que devem, de acordo com a secção 41(1)c da Constituição, “proporcionar um governo eficaz, transparente, responsável e coerente”. Para concretizar estes direitos, foi aprovada em 2000 a Lei de Promoção do Acesso à Informação (PAIA), que visa “promover a transparência, a responsabilidade e a governação eficaz de todos os organismos públicos e privados”.²⁷¹ Estes direitos previstos na PAIA estão “sujeitos a limitações justificáveis, incluindo, mas não se limitando a, limitações destinadas à proteção razoável da privacidade, da confidencialidade comercial e de uma governação eficaz, eficiente e boa”.²⁷²

267 ‘10 Things You Didn’t Know About the World Bank Group’s Work on Climate Change’, The World Bank, 29 Outubro 2021, <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2021/10/29/10-things-you-didn-t-know-about-the-world-bank-group-s-work-on-climate>. Acedido a 28 de Setembro 2023.

268 Ferragamo, M. & Auth, K., ‘Do major DFIs finance fossil fuels?’, Energy for Growth Hub, 3 Maio 2021, <https://energyforgrowth.org/article/do-major-dfis-finance-fossil-fuels/>. Acedido a 29 Setembro 2023.

269 ‘EDFI group outlines shared commitments to phase out fossil fuels and mobilise private sector climate finance, aligning with Paris Agreement and high disclosure standards’, Association of European Development Finance Institutions, 2 Novembro 2020, <https://www.edfi.eu/news/edfi-climate/>. Acedido a 28 Setembro 2023.

270 ‘Guterres calls for phasing out fossil fuels to avoid climate ‘catastrophe’’, United Nations News, 15 Junho 2023, <https://news.un.org/en/story/2023/06/1137747>. Acedido a 28 de Setembro 2023.

271 Promotion of Access to Information Act”, Governo da África do Sul, 2000, secção 9(e).

272 Promotion of Access to Information Act’, secção 9(b)i.

Embora as limitações no acesso à informação sejam justificáveis em determinadas circunstâncias, parece que as DFIs Sul-Africanas rejeitam habitualmente pedidos de informação sobre investimentos que efectuaram com base na confidencialidade comercial. Embora, por vezes, possa ser necessário proteger informações comerciais confidenciais, as recusas generalizadas de partilha de informações, como ilustra este relatório de investigação, estendem-se mesmo às políticas de partilha que as DFIs utilizam para fundamentar a sua tomada de decisões, incluindo a consideração de factores que podem prejudicar o público, através da atribuição de fundos públicos a empresas privadas.²⁷³ Esta recusa em partilhar até mesmo documentos políticos revela a natureza sistémica desta questão de responsabilização, uma vez que estas instituições criam e implementam obstáculos às formas legítimas de escrutínio público.

Esta incapacidade sistémica de prestar contas ao público sobre o investimento de fundos públicos foi revelada em 2020, quando uma organização da sociedade civil Sul-Africana, o Centro para os Direitos Ambientais (CER), utilizou o PAIA para tentar aceder a informações sobre o papel do DBSA nos projectos de GNL em Moçambique. Todos os pedidos de informação do CER foram recusados, mesmo um que se limitava a pedir ao DBSA documentos que indicassem “se foram realizadas avaliações de impacto ambiental e social para este projecto”.

É de notar que as limitações ao acesso à informação, tal como estão inscritas no PAIA, são também limitadas. A posição por defeito do PAIA é a favor do acesso. A secção 46 estabelece que as informações devem ser concedidas se, ao fazê-lo, forem expostas actividades ilegais ou se for revelado “um risco iminente e grave para a segurança pública ou para o ambiente” ou se “o interesse público na divulgação do registo superar claramente o dano contemplado na disposição em questão”.²⁷⁴ Dado que pessoas e organizações em todo o mundo estão agora a litigar contra governos por causa da sua recusa em tomar medidas para evitar as alterações climáticas, é possível que esta secção do PAIA possa ser usada para tentar obter acesso a informação sobre os investimentos em Moçambique, dado o seu impacto nas emissões globais de GEE e a ameaça que isto representa para a “segurança pública”, para além das ameaças pré-existentes.²⁷⁵ Também deve ser notado que, se um pedido de informação for recusado, pode ser revisto pelo Regulador de Informação na África do Sul, que está mandatado para assegurar que o PAIA é implementado correctamente.²⁷⁶

273 Ver também: Halim, D. & Omar, Z., “Financing Fairly: Assessing the Sustainability of Investment Policies for Development Finance Institutions in South Africa”, Centre for Environmental Rights, 2020, p. 7 e Panula, B. & van Staden, J., “Understanding South African Development Finance Institutions to promote accountability”, Fair Finance Southern Africa, 2022, pp. 50 - 52.

274 Promotion of Access to Information Act, secção 46(a) e 46(b).

275 ‘Climate litigation more than doubles in five years, now a key tool in delivering climate justice’, United Nations Environment Programme, Julho 2023, <https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/climate-litigation-more-doubles-five-years-now-key-tool-delivering>. Acedido a 25 de Setembro 2023.

276 Ver: Information Regulator South Africa, <https://inforegulator.org.za/>. Acedido a 27 de setembro de 2023.

Os estudos realizados no início de 2022 indicam que nenhuma das DFI Sul-Africanas tem um bom desempenho em termos de transparência e responsabilidade, embora a DBSA pareça estar a fazer mais esforços nestas áreas críticas do que a IDC ou o ECIC.²⁷⁷ É encorajador o facto da DBSA ter reconhecido, no início de 2021, que estava ciente da “crescente exigência global de maior transparência na atribuição de investimentos e na apresentação de relatórios”.²⁷⁸ Infelizmente, existe um fosso significativo entre estar ciente de algo e fazer efectivamente algo em resposta. Dito isto, é importante reconhecer que a investigação demonstrou que o DBSA é mais transparente e responsável do que o IDC ou o ECIC.

É evidente que as DFI Sul Africanas precisam de levar muito mais a sério as suas responsabilidades em termos de responsabilização pública e abandonar a sua cultura de secretismo.

Energia renovável em vez de GNL

A investigação indica que Moçambique tem um “enorme potencial em energias renováveis” que poderia provir de uma mistura de energia hidroeléctrica, biomassa, eólica, geotérmica e solar. Mais de 23 gigawatts poderiam vir destas fontes renováveis, o que poderia resolver o desequilíbrio no acesso à energia entre as zonas urbanas e rurais, ao mesmo tempo que mitigaria as alterações climáticas. A propósito, Cabo Delgado tem níveis particularmente elevados de radiação solar e é a província mais ventosa de Moçambique, o que a torna muito adequada para as energias renováveis.²⁷⁹

Dado este enorme potencial de energia renovável e os alegados interesses das DFIs Sul-Africanas no acesso à energia e nas alterações climáticas, estas deveriam redireccionar o seu financiamento do GNL para apoiar o fornecimento de centrais de energia renovável à escala dos serviços públicos em Moçambique. Devem ser explorados modelos de propriedade comunitária.

Financiamento verde

Os países com uma dívida climática histórica devem fazer um esforço genuíno para fornecer ao Sul Global os recursos necessários para permitir que estes países abandonem os combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, desenvolvam as respectivas economias de acordo com os princípios de uma Transição Justa. Esta é uma questão de justiça climática que os países do Norte Global devem levar a sério. O financiamento actual é totalmente inadequado e inapropriado. É inadequado porque não é suficiente - o objectivo actual de 100 mil milhões de dólares por ano fica muito aquém dos 2,5 biliões de dólares que as Nações Unidas estimam serem necessários para permitir que os países do Sul Global “cumpram

²⁷⁷ Omar & Thorp, 2022.

²⁷⁸ ‘DBSA Integrated Just Transition Investment Framework’, p. 11.

²⁷⁹ Cristóvão, L., (et al), ‘The Potential of Renewable Energy in Mozambique: An Overview’, *Journal of Energy Technologies and Policy*, 11(2), 2021, pp. 30 -34.

os objectivos climáticos e de desenvolvimento”.²⁸⁰ Também é inadequado porque menos de 30% do dinheiro que está a ser disponibilizado actualmente é sob a forma de subvenções. A grande maioria é sob a forma de empréstimos que aumentam o peso da dívida dos países do Sul Global.²⁸¹

Não é apenas a dívida climática que deve ser considerada aqui. É hoje bem sabido que grande parte do desenvolvimento económico do Norte Global só foi possível graças à exploração histórica da mão de obra (especialmente através da escravatura) e dos recursos naturais do Sul Global, bem como à manipulação generalizada nas economias do Sul Global para servir os interesses específicos das economias coloniais do Norte Global.²⁸² Esta longa história de exploração, por vezes brutal, levou a que as potências ex-coloniais apelassem constantemente ao pagamento de reparações financeiras às ex-colónias para as compensar por essa exploração.²⁸³ Foi recentemente calculado, por exemplo, que a Grã-Bretanha extraiu 45 biliões de dólares da Índia entre 1765 e 1938.²⁸⁴ Em 1999, numa conferência da “Comissão da Verdade”, a União Africana calculou que o custo das reparações pela escravatura e outras injustiças perpetradas em África seria de 777 biliões de dólares (mais juros).²⁸⁵ Existe, portanto, um imperativo moral adicional para que os países do Norte Global financiem de forma abrangente as medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas em todo o Sul Global.

A menos que o Norte Global seja sério quanto ao cumprimento destas obrigações, os esforços para desviar os países do Sul Global da exploração de recursos poluentes de combustíveis fósseis, irão provavelmente falhar.

Exploração e Extração de Combustíveis Fósseis no Norte Global

É urgente que os países do Norte Global interrompam qualquer exploração e extração de combustíveis fósseis nos seus respectivos territórios. Os exemplos dados pela Irlanda, França e Dinamarca, países que proibiram a emissão de novas licenças de exploração de combustíveis fósseis, devem ser seguidos por todos os países do Norte Global.²⁸⁶ Este imperativo no sentido dos países do Norte Global tomarem medidas significativas e directas em relação às alterações climáticas remonta à Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no

280 Kozul-Wright, R., 'A climate finance goal that works for developing countries', United Nations Conference of Trade and Development, 14 Junho 2023, <https://unctad.org/news/climate-finance-goal-works-developing-countries>. Acedido a 27 de setembro 20-23.

281 'Climate Finance Shadow Report: Assessing the Delivery of the \$100 billion commitment', Oxfam, 2023, p. 17.

282 Ver, por exemplo, Rodney, W., *How Europe Underdeveloped Africa*, Verso - New Edition, 2018 & Davies, M., *Late Victorian Holocausts*, Verso, 2017, Wallerstein, I., *Historical Capitalism*, Verso, 2011.

283 Howard-Hassmann, R., 'Why the West is morally bound to offer reparations for slavery', *The Conversation*, 25 Janeiro 2021, <https://theconversation.com/why-the-west-is-morally-bound-to-offer-reparations-for-slavery-153544>. Acedido a 25 de Outubro 2023.

284 Hickel, J., 'How Britain stole \$45 trillion from India', *Aljazeera*, 19 Dezembro 2018, <https://www.aljazeera.com/opinions/2018/12/19/how-britain-stole-45-trillion-from-india>. Acedido a 26 de Outubro 2023.

285 Craemer, T., 'International Reparations for Slavery and the Slave Trade', *Journal of Black Studies*, 49(7), 2018, p. 701.

286 Waltham, D., 'We should ban all new oil and gas fields', *The Conversation*, 7 Dezembro 2021, <https://theconversation.com/we-should-ban-all-new-oil-and-gas-fields-172905>. Acedido a 24 de Setembro 2023.

Rio de Janeiro em 1992, onde a questão da justiça climática foi formalizada com o princípio da “responsabilidade comum mas diferenciada”. Este princípio reconhece que, embora todas as nações partilhem a responsabilidade moral comum de enfrentar as alterações climáticas, as proporções dessa responsabilidade são diferenciadas em função da contribuição histórica de cada nação para as alterações climáticas.²⁸⁷ É no contexto deste princípio internacionalmente aceite que os países do Norte Global têm a enorme responsabilidade de agir. O facto de não o fazerem dá verdadeira substância às acusações de hipocrisia quando as nações do Norte Global dão instruções às nações do Sul Global para abandonarem os combustíveis fósseis, mas não o fazem por si próprias, e muito menos ajudam os países do Sul Global a abandonarem os combustíveis fósseis como é necessário.

287 Zhang, Y., Zhang, C., ‘Thirty years with common but differentiated responsibility, why do we need it ever more today?’, Blavatnik School of Government - University of Oxford, 4 Maio 2022, <https://www.bsg.ox.ac.uk/blog/thirty-years-common-differentiated-responsibility-why-do-we-need-it-ever-more-today>. Acedido a 10 de Novembro 2023.



FAIRFINANCESOUTHERNAFRICA.ORG
INFO@FAIRFINANCESOUTHERNAFRICA.ORG

